

**Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro**  
**UNIRIO**  
**Programa de Pós-Graduação em Memória Social**

Juliana Baptista Pereira

“Por que só pode ter cartão-postal do Cristo?”: Memórias, disputas e inscrições em  
Realengo

Rio de Janeiro

2023

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
UNIRIO  
**Programa de Pós-Graduação em Memória Social**

**JULIANA BAPTISTA PEREIRA**

**“POR QUE SÓ PODE TER CARTÃO-POSTAL DO CRISTO?”: MEMÓRIAS, DISPUTAS E  
INSCRIÇÕES EM REALENGO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Linha de Pesquisa: Memória e Espaço

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Edlaine de Campos Gomes

Rio de Janeiro

2023

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

B222 BAPTISTA, JULIANA  
Por que só pode ter cartão-postal do Cristo?: Memórias,  
disputas e inscrições em Realengo / Juliana  
Baptista Pereira, 2023.122f.

Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2023.

Orientadora: Edlaine de Campos Gomes.

1. Espaço Urbano. 2. Memória. 3. Materialidades.  
4. Realengo. II - Universidade Federal  
do Estado do Rio de Janeiro (2003-). Centro de  
Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-  
Graduação em Memória Social. III. Título.

JULIANA BAPTISTA PEREIRA

**“Por que só pode ter cartão-postal do Cristo?”: Memórias, disputas e inscrições em Realengo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Linha de Pesquisa: Memória e Espaço

Aprovada em 24/ 03/ 2023.

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente  
 EDLAINE DE CAMPOS GOMES  
Data: 15/05/2023 13:46:26-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edlaine de Campos Gomes (Orientadora)  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Documento assinado digitalmente  
 CAMILA MARIA DOS SANTOS MORAES  
Data: 15/05/2023 11:09:47-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Camila Maria dos Santos Moraes  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO



---

Prof. Dr. Frank Andrew Davies  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Rio de Janeiro  
2023

*À comunidade de moradores de Realengo  
que desejam ver suas  
histórias contadas e valorizadas.*

*Aos que acreditam na potência do subúrbio.*

*A cada um que nasceu nesse chão e o valoriza.*

## AGRADECIMENTOS

À minha família e aos meus amigos por não me deixarem desistir em nenhum momento. Mãe, irmã, pai e família que eu escolhi, se não fosse por cada um de vocês não haveria dissertação. Amanda, Dudu, Paula, Livia, Sarah, Maíra, Dani, Leka, Vitinho, Gab, Marcela, Thaís e Eliz. A meus pais Marina e Cláudio pelo investimento constante em minha formação pessoal e profissional, minha irmã Cláudia pelo carinho atento e pela confiança perene em quem eu sou e no que eu faço.

À minha orientadora Edlaine de Campos Gomes que mais uma vez “comprou” o desafio de me guiar em um árduo percurso, inclusive me apoiando quando eu disse “professora, quero mudar meu tema de pesquisa”, depois de mais de seis meses de aulas. Nossa parceria desde a graduação é preciosa. Sem o seu incentivo eu provavelmente não teria me dedicado tanto ao ingresso no programa e esse trabalho não seria possível. Obrigada pelo incentivo de sempre e a confiança em mim e no meu processo.

Aos professores Camila Moraes e Frank Davies que não apenas leram atentamente esses capítulos, mas contribuíram com valiosas sugestões desde a qualificação. Agradeço pela disponibilidade de participar desse trajeto não apenas como professores mas como amigos, me presenteando sempre com paciência, palavras de carinho e estima.

À toda equipe do PPGMS/ Unirio, pelo investimento na minha formação, ainda que no contexto adverso de dois semestres inteiros em Ensino Remoto. Deixo um abraço especial à professora Andrea Lopes, parceira e amiga desde a graduação, referência para mim de pessoa, mulher e profissional. E aos amigos de mestrado que mesmo de longe fizeram parte dessa caminhada, Rafinha, Keison, Ju Pecly e Fernanda.

Aos órgãos competentes de fomento à educação superior em educação que permitiram que toda essa pesquisa fosse financiada, como bolsista CAPES/CNPQ.

À professora Renata Menezes, docente do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/ UFRJ, pela abordagem carinhosa e competente de ensino do campo das materialidades na disciplina oferecida nem 2021 que me abriu tanto os olhos para a importância das “coisas” no espaço.

À Martha Nogueira, pela calorosa conversa inspiradora, pela mente borbulhante em criatividade e pela paixão pelo bairro de Realengo que fica evidente em cada uma de suas ações.

À Dona Leila e seu filho Leonardo pela abertura do precioso acervo de família e relato minucioso sobre a vida e trajetória do vô Affonsino. A história de Realengo resiste pela presença de pessoas como vocês que mantêm os registros desse passado- presente tão frequentemente esquecido

de nossa identidade operária e festiva. Agradeço imensamente à Vivian por possibilitar essa ponte e a Bernardo linha da ponta dessa linhagem tão rica.

À Sluchem, colega de programa e conterrânea, e Raphael, jovem do programa Ama Rio e Bate bola de linhagem, pelas lindas fotografias disponibilizada com tanto carinho para essa pesquisa.

Ao grande amigo Vitor Mihessen e a toda família, tia Denise e tio Ivan, por compartilharem suas histórias como moradores e pelo trabalho lindo que realizaram por toda sua vida como fazedores de cultura e amantes do bairro.

Aos parceiros de vida e militância, da Agenda Realengo 2030 por terem colocado meu tema de pesquisa de ponta cabeça e vivido comigo o processo de ter tomado um rumo acadêmico totalmente novo e excitante. Cecele, Lari, Bebeta, Fê, Isa e Eric, obrigada!

À Tia Vânia, Vandrê, Vanielle, toda família Nascimento e grupo Lata Doida. Além de Dó, Beth, Tristeza, Ângelo e toda a família Parquinho Verde pela ação incansável de melhoria do bairro, pelo compartilhamento das histórias e pelos momentos tão afetuosos que passamos juntos em nosso parquinho. Desejo que sejamos ainda mais felizes agora no “Parcão”.

Aos jovens do projeto AMA Rio, que me ensinaram tanto sobre o vigor e a vontade de pertencer, sendo parceiros e apoiadores incessantes nessa reta final. Somos Realengo. Espero continuar vivendo, partindo, voltando e repartindo como vocês me ensinaram.

A cada um que tirou um tempinho para me mandar uma foto, contar uma história, mandar uma fotografia, uma obra de um artista suburbano, sem vocês talvez essa pesquisa ficasse no caminho.

A todos aqueles que se dedicam a fazer de Realengo um lugar melhor para se viver.

*Talvez seja bom partir do final*

*Afinal, é um ano todo só de sexta-feira treze [...]*

*Viver é partir, voltar e repartir*

*(Mas ouça de alguém que nasceu num tapume)*

*Partir, voltar e repartir*

*(É só na escuridão que se percebe os vagalumes)*

Letra: Felipe Vassao / Leandro Roque / Thiago Jamelão  
Voz: Emicida e Gilberto Gil

## RESUMO

PEREIRA, Juliana Baptista. **Por que só pode ter cartão-postal do Cristo?": Memórias, disputas e inscrições em Realengo.** 2023. 122f. Dissertação (Mestrado em Memória Social), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Este trabalho se dedica a analisar os processos de materialização da memória no espaço urbano, em particular, analisando o contexto de Realengo, bairro da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. A memória é aqui considerada a partir de sua inscrição material, ou seja, como ela se instala na paisagem, em sua materialidade, como processo que inclui experiências, disputas, imaginários. Para além do suposto congelamento da matéria, parte-se da perspectiva de que a produção da percepção passa pela relação dialógica com a materialidade. A “fisionomia da cidade” (Halbwachs, 1990) e as diferentes subjetividades transmitidas por meio de sujeitos-objetos escolhidos para a presente análise, inscritos materialmente no espaço, constituem-se como foco desta dissertação. A cartografia urbana afetiva e o percurso pessoal, considerando a dupla identificação no meu itinerário da pesquisa, como moradora e pesquisadora, emergem como recurso metodológico para fundamentar as reflexões sobre a constituição socioespacial da memória do bairro e seus arredores. Nota-se particularmente um processo marcado pelo silenciamento e pela invisibilização de memórias locais, subalternizadas pela memória oficial, ligada ostensivamente pela forte presença militar em sua conformação como bairro, evidenciada nas características arquitetônicas dos edifícios que se destacam na paisagem. Emergem neste contexto suportes memoriais considerados “dissidentes” que permanecem frequentemente invisibilizados, ofuscados, diante da narrativa hegemônica. No entanto, a pesquisa mostra as potencialidades do acionamento da memória como recurso e estratégia de articulação coletiva local, para o enfrentamento de questões sociais emergentes e urgentes. A presente análise problematiza os usos da memória como ferramenta que enseja pertencimento e engaja sujeitos, que resistem inscrevendo sua presença e pertença no espaço por meio de diversos meios e suportes materiais como muros, estátuas, praças, estações de trem, plantas, pixos etc., assim como em ações coletivas por reconhecimento e direitos.

**Palavras-chave:** Espaço Urbano. Memória. Materialidades. Realengo.

## ABSTRACT

PEREIRA, Juliana Baptista. **“Why can we only have postcards of the Christ?”: Memories, disputes and inscriptions in Realengo.** 2023. 122f. Dissertação (Mestrado em Memória Social), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

This paper is dedicated to analyzing the processes of materialization of memory in urban space analyzing the context of Realengo, a neighborhood in the West Zone of the city of Rio de Janeiro. Memory is considered here from its material inscription, that is, how it is installed in the landscape, in its materiality, as a process that includes experiences, disputes, imaginaries. In addition to the supposed freezing of matter, we start from the perspective that the production of perception passes through a dialogic relationship with materiality. The “physiognomy of the city” (Halbwachs, 1990) and the different subjectivities transmitted through the subject-objects chosen for the present analysis, materially inscribed in space, constitute the focus of this dissertation. An urban cartography made from affection, considering the double identification in my research itinerary, as a resident and a researcher. A methodological approach to research through self-reflections on the constitution of the socio-spatial memory of the neighborhood and its surroundings. Particularly noticeable is a process marked by the silencing and invisibilization of local memories, subordinated by the official memory, ostensibly linked by the strong military presence in its conformation as a neighborhood, evidenced in the architectural characteristics of the buildings that stand out in the landscape. In this context, memorial supports considered “dissident” emerge, however, they often remain invisible, overshadowed, in the face of the hegemonic narrative. However, the research shows the potential of activating memory as a resource and strategy for local collective articulation, for facing emerging and urgent social issues. This analysis problematizes the uses of memory as a tool that entails belonging and engages subjects, who resist inscribing their presence and belonging in space through various means and material supports such as walls, statues, squares, train stations, plants, graffiti, etc., as well as in collective actions for recognition and rights.

**Keywords:** Urban space. Memory. Materialities. Realengo.

## RESUMEN

PEREIRA, Juliana Baptista. “¿Por qué sólo puede haber postales del Cristo?”: **Memorias, disputas e inscripciones en Realengo**. 2023. 122f. Dissertação (Mestrado em Memória Social), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Este trabajo está dedicado a analizar los procesos de materialización de la memoria en el espacio urbano, en particular, analizando el contexto de Realengo, un barrio de la Zona Oeste de la ciudad de Río de Janeiro. La memoria es considerada aquí desde su inscripción material, es decir, cómo se instala en el paisaje, en su materialidad, como un proceso que incluye experiencias, disputas, imaginarios. Además de la supuesta congelación de la materia, partimos de la perspectiva de que la producción de la percepción pasa por una relación dialógica con la materialidad. La “fisonomía de la ciudad” (Halbwachs, 1990) y las diferentes subjetividades transmitidas a través de los sujetos-objetos escogidos para el presente análisis, materialmente inscritos en el espacio, constituyen el foco de esta tesis. La cartografía urbana afectiva y el recorrido personal, considerando la doble identificación en mi itinerario de investigación, como habitante e investigador, emergen como recurso metodológico para sustentar reflexiones sobre la constitución socioespacial de la memoria del barrio y su entorno. Particularmente notorio es un proceso marcado por el silenciamiento e invisibilización de las memorias locales, subordinadas a la memoria oficial, ligadas ostensiblemente por la fuerte presencia militar en su conformación como barrio, evidenciado en las características arquitectónicas de las edificaciones que se destacan en el paisaje. En este contexto emergen soportes memoriales considerados “disidentes”, sin embargo, muchas veces permanecen invisibles, ensombrecidos, frente a la narrativa hegemónica. Sin embargo, la investigación muestra el potencial de activar la memoria como recurso y estrategia de articulación colectiva local, para enfrentar problemáticas sociales emergentes y urgentes. Este análisis problematiza los usos de la memoria como herramienta que implica pertenencia y compromiso a los sujetos, que se resisten a inscribir su presencia y pertenencia en el espacio a través de diversos medios y soportes materiales como muros, estatuas, plazas, estaciones de tren, plantas, pixos, etc. así como en acciones colectivas de reconocimiento y derechos.

**Palabras clave:** Espacio Urbano. Memoria. Materialidades. Realengo.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Roupas no varal. ....	20
Figura 2 - Mapa de campo, Bairro de Realengo. ....	21
Figura 3 - Mapa de inscrições. ....	27
Figura 4 - Zoneamento RA XXXII. ....	29
Figura 5 - Zoneamento Área de Planejamento V. ....	30
Figura 6 - Concentração de quartéis do Exército. ....	43
Figura 7 - Inauguração do CMRP. ....	48
Figura 8 - Post na página do Facebook do CMRP após inundação. ....	50
Figura 9 - Atividade pedagógica na Escola Coronel Corsino. ....	52
Figura 10 - Cobertura vegetal no terreno da antiga Fábrica de Cartuchos. ....	54
Figura 11 - Tapumes colocados na área onde ficava a antiga Ocupação Parquinho Verde. ....	56
Figura 12 - Remoção da Comunidade do Ideal. ....	57
Figura 13 - Churrasqueira construída na Ocupação Parquinho Verde. ....	58
Figura 14 - Aula do Curso de Políticas Públicas. ....	59
Figura 15 - Escultura “Chumbo Trocado”. ....	60
Figura 16 - Ruínas da Fábrica de Cartuchos. ....	60
Figura 17 - Protesto do Movimento 100% Parque Realengo Verde. ....	61
Figura 18 - Placa Pouplex - FHE exposta na entrada do terreno do futuro Parque Realengo. ....	62
Figura 19 - Projeto do Parque Susana Napolini. ....	62
Figura 20 - Monumento Bem-vindo a Realengo. ....	65
Figura 21 - Placa da estação Realengo indicando as duas direções do ramal Santa Cruz. ....	69
Figura 22 - “Casinha” da estação de Realengo. ....	72
Figura 23 - Muro do Espaço Cultural Viaduto de Realengo. ....	74
Figura 24 - Monumento às vítimas da tragédia na Escola Tasso da Silveira. ....	77
Figura 25 - Borboleta simboliza uma das vítimas. ....	79
Figura 26 - Flores depositadas nas estátuas. ....	80
Figura 27 - Mural de azulejos com inscrições produzidas pelos estudantes. ....	81
Figura 28 - Pixo memorial. ....	82
Figura 29 - Família de seu Affonsino e Dona Pulcina no carnaval. ....	88
Figura 30 - Meninas fantasiadas de baiana. ....	89
Figura 31 - Carnaval em realengo nos anos 1970. ....	90

Figura 32 - Figurinos do grupo A.M.E.M. ....	91
Figura 33 - Bonecos carnavalescos de Seu Tião. ....	92
Figura 34 - Bate bolas na Dílson Funaro. ....	92
Figura 35 - Rafael e seu pai. ....	93
Figura 36 - Fantasia KND com tema “Veneza”. ....	94
Figura 37 - Festa da inauguração do muro da KND no Campo do Periquito.....	94
Figura 38 - Bonde da praça nos arredores do Campo do Periquito. ....	95
Figura 39 - Trabalhadores na Fábrica de Cartuchos e Artíficos de Guerra. ....	97
Figura 40 - Seu Affonsino. ....	97
Figura 41 - Oficina de Marcenaria. ....	98
Figura 42 - Minha casa da infância. ....	99
Figura 43 - O subúrbio é dentro da gente”. ....	101
Figura 44 - Publicação no “Impressões suburbanas”. ....	103
Figura 45 - Série: “Verão no subúrbio”. ....	105
Figura 46 - Bandeira “Nascido no subúrbio nos melhores dias”.....	106
Figura 47 - Um galo na Rua Major Cavalcante.....	107

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A.P	Área de Planejamento
CMRP	Centro de Memória de Realengo e Padre Miguel
CPII	Colégio Pedro II
CRIR	Centro Recreativo dos Industriários de Realengo
ECVR	Espaço Cultural Viaduto de Realengo
IAPI	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
MPRV	Movimento Parque Realengo Verde
R.A	Região Administrativa
SESI	Serviço Social da Indústria

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2. REALENGO: O BAIRRO E SUAS MEMÓRIAS .....</b>	<b>29</b>
2.1. A influência da presença militar nos imaginários e memórias locais.....	39
2.2. O Centro de Memória de Realengo e Padre Miguel.....	47
2.3. O Parquinho Verde .....	53
<b>3. INSCRIÇÕES NO ESPAÇO URBANO: DESCONTINUIDADES E PERMANÊNCIAS.....</b>	<b>65</b>
3.1. A presença da linha férrea .....	68
3.2. O Espaço Cultural Viaduto de Realengo .....	73
3.3. A Praça Anjos da Paz .....	75
<b>4. MEMÓRIAS SUBMERSAS DE UMA REALENGO EM MOVIMENTO .....</b>	<b>84</b>
4.1. Realengo festivo .....	87
4.2. Realengo Operário .....	96
4.3. A virada suburbana .....	100
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>113</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Ao pensar em Realengo quem não lembra do clássico de Gilberto Gil: “*Alô, Alô Realengo / aquele abraço*” (GIL, 1969)? A letra que se tornou um símbolo homônimo do bairro, aparece frequentemente como a primeira lembrança quando se menciona Realengo a um não-morador. Uma pena que o “abraço” afetuoso evocado pela música, em nada se pareça com ao razão de sua escrita, ou com outros estigmas constituídos sobre o bairro. Seja o da violência, como no caso do massacre na escola Tasso da Silveira, do passado rural, que frequentemente impede investimentos em infraestrutura, ou da extensiva presença militar.

Essa dissertação, se propõe a analisar formas de memória no espaço urbano, o que aqui chamamos de *inscrições*, perceber como são materializadas certas identidades e como essas ensejam sentidos de pertencimento local. Segundo Abreu (1998), a “memória da cidade” necessita de uma base material precisa e geográfica; e estabelece uma síntese entre o geral e o particular que serve como anteparo e êmbolo do que se imagina sobre tal lugar. É, entre outras palavras, perceber como as memórias estão ancoradas no espaço a partir de narrativas positivadas, mas também de estigmas já pré-existentes no senso comum sobre determinado lugar. Alguns dos imaginários, por exemplo, que entendemos ser constitutivos do bairro de Realengo são o de “longe”, por estar geograficamente distante do que se convencionou chamar de “região central” do Rio de Janeiro; o de um bairro com extensiva presença militar; o de parte de uma região conhecida no passado (talvez até hoje) como “sertão carioca” (CORRÊA, 2017) e o de um bairro violento. Esses são apenas algumas pistas de imaginários possíveis que esta pesquisa mapeou. Em sua maioria se atendo a características que podem ser consideradas “negativas”. Este trabalho se dedica, portanto, a negociar com essa formação histórica de Realengo constitutiva de tais imaginários. Ressaltando como é possível que outras formas mais positivadas de lembrança emergam enquanto imaginários sobre o bairro. Pensado enquanto “espaço limiar entre o rural e o urbano, um lugar configurado por habitações dispostas em grandes lotes e também ocupado pelas camadas médias em ascensão social” (GUIMARÃES, DAVIES, 2018, p. 463), Realengo é um exemplo complexo da forma híbrida com que foram constituídos os bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Em uma frequente negociação entre o olhar sobre o passado e sobre o futuro, cujas inscrições de memória presentes no espaço, nos ajudam a guiar a imaginação seja para um tempo ou para outro.

Já nos adverte um dos principais autores do campo da Memória Social, Maurice Halbwachs (1990), que a memória não é algo que está preso no passado, senão se constitui a

partir do que se aciona do passado no presente, sendo constantemente ressignificada como uma via de mão dupla de subjetividades estabelecidas, tanto interna quanto externamente, de forma individual e coletiva através da articulação de suportes e narrativas. Essas diferentes tensões que as inscrições de memória exercem no contexto de um espaço da cidade oferecem a possibilidade de múltiplas disputas e produções de memória, este trabalho, no entanto, se detém no estudo de expressões de memória materializadas no espaço público. Busca-se analisar quem têm o poder de recordação, de definir o que pode e deve ser transmitido, reproduzido, coletivamente. Qual memória, por exemplo, pressupõe conflito quando presente no espaço público? E analisar essas tensões a partir do recorte delimitado do meu lugar, do meu “pedaço”, (MAGNANI, 1992) Realengo.

A partir das reflexões iniciais expostas acima, a noção que norteia essa dissertação parte da premissa de que a memória não é um espectro ou recurso mental, individual, destituído de suportes materiais, mas sua conformação se inscreve em certos regimes de valor, incorporados na materialidade e nos sentidos constantemente empregados a/por elas em sua relação com as pessoas e o espaço. A premissa é que imaginários constroem o mundo e são também construídos por ele (SIMONDON, 2014) ou seja, há uma via de mão dupla entre imaginação e espaço. O pressuposto de Simondon é que os imaginários são constituídos pela experiência com as materialidades ao mesmo tempo que criamos materialidades a partir da nossa imaginação. Pensar a memória da cidade é analisar um “estoque de lembranças que estão eternizadas na paisagem ou nos registros de um determinado lugar” (ABREU, 1998, p.89). O “imaginário” é, portanto, uma espécie de representação social, um conjunto de valores determinantes na constituição subjetiva do moradores sobre o lugar que habitam (PAZ, GEVEHR, 2021)

Segundo Merleau-Ponty (1999), materialidades constituem a nossa percepção. Quer sejam essas materialidades construídas ou parte de elementos naturais constitutivos da paisagem (SCHAMA, 1996), observa-se que os diferentes esteios que constroem as memórias coletivas aparecem em ambos. Tanto em construções de “pedra e cal” como edifícios, quartéis, estações de trem, quanto em suportes considerados menos legítimos ou mais efêmeros como grafites, pixos, lambes, plantas ou outras formas imponentes pelas quais é possível que imaginários sejam representados como o maciço da Pedra Branca. Assim, nesta dissertação adota-se a noção de *inscrição* para definir os tipos de materialidades abordadas na análise, considerando que mesmo aparatos não legitimados enquanto suportes de memória podem assim funcionar dependendo de quem os aciona e seus usos. Objetiva-se pensar tais *inscrições* não apenas pelo que elas significam, mas pelo que elas efetivamente fazem (IRELAND, LYDON,

2016) e observar como determinados valores, histórias e memórias são construídos por meio dos suportes já existentes e como a emergência de outros suportes pode ajudar a fazer surgir novas memórias e imaginários do/sobre o bairro.

Para dialogar e complexificar com as noções previamente concebidas do que vem sendo valorizado enquanto memória, se faz necessário abordar o caminho que os “arquitetos da memória” (CHUVA, 2009), edificaram, refletir sobre os valores civilizatórios e as noções de modernidade que “entram em campo”, ao se pensar quais os sujeitos e histórias negligenciados no processo de constituição da memória. Através da reflexão de Chuva, percebe-se que as instituições designadas para a edificação de monumentos, arquivos e espaços de preservação negligenciam, no que tange às políticas de reconhecimento, algumas memórias. Este trabalho observa então que há novas formas de contar memórias, memórias consideradas atualmente dissidentes que vêm sendo produzidas, buscando disputar valorização e legitimidade em relação às memórias construídas pelos antigos “arquitetos”. A valorização dessas memórias dissidentes se dá principalmente pela presença no espaço público de atores oriundos desse lugar, em espaços de decisão e representação, ocupando também as instituições “guardiãs” das memórias, como museus e centros culturais.

*Inscrições* imprimem determinadas relações, significados, narrativas e valores no espaço. Assumo abordar, portanto, o debate sobre memória social sob a perspectiva dos paradigmas das teorias da materialidade (APPADURAI, 2008; KOPYTOFF, 2008; LATOUR, 2012; MILLER, 2013; GONÇALVES, 2002, 2005, 2007; INGOLD, 2015; GOMES, MARTINS, 2017; FABRE, 2019; SAHLINS, 2022) valorizando as dinâmicas que as formas, sejam elas, estátuas, monumentos, edifícios, objetos, fotografias, pixos, murais entre outras, exercem quando inscritas ou ocultas do espaço. Como tais expressões da memória acionam representações sociais, e se manifestam como ponto nodal de análise das relações? Como tais inscrições aparecem em Realengo? Quais meios de memória são utilizados e por quem? Este trabalho disserta sobre as condições de produção de memória na região, avalia alguns de seus suportes mais emblemáticos e problematiza a ausência de outros evidenciando como certas inscrições emergem no presente buscam diminuir sua invisibilidade nesse espaço social.

Tal contexto se revelou mais do que diverso, considerando as disputas sobre as possibilidades de se fazer memórias sobre/neste espaço da cidade. Os suportes de memória exercem as funções do lembrar e fazer lembrar na cidade e os materiais são o encontro de superfícies que possibilitam tal transmissão. Observar como são dispostas as materialidades na localidade foi uma estratégia metodológica do trabalho de campo, um exercício de olhar o lugar

em sua geografia e cartografia, ou seja, as transformações visíveis na paisagem local, mas também os imaginários já existentes, qualificando-os, para observar que outros, ainda submersos ou ignorados, buscam emergir. As escolhas teórico-metodológicas partem da observação desses imaginários que estigmatizam o bairro, bem como do que é considerado enquanto marca da vida local. Imaginários positivados ofuscados por esses imaginários pejorativos: O Realengo fruto de articulação operária, festivo, berço de diversas escolas de samba e de algumas das maiores turmas de bate bola da capital versus o imaginário de um bairro violento, distante e precário.

Um indicativo da presença da violência como parte desse imaginário pejorativo pode ser sinalizado por um simples experimento. Em pesquisa no site de vídeos *Youtube*, encontramos como resultado ao digitar as palavras “Memória” e “Realengo”, uma quantidade muito maior de conteúdos relacionados à violência. Dos doze primeiros vídeos exibidos, isto é, os resultados considerados mais relevantes, pela infraestrutura das redes, nove dizem respeito à tragédia ocorrida na Escola Municipal Tasso da Silveira. Os outros três, os únicos que não tratam da tragédia, são alguns dos poucos vídeos que contam a história do bairro. Há, portanto, maior número de conteúdos que levam a títulos como: “Massacre de Realengo”, “Vítimas de Realengo”, etc., do que aqueles que buscam celebrar aspectos positivos do lugar. Esse rápido experimento exemplifica como é possível que determinados imaginários sobre uma localidade permaneçam em detrimento de outros. Os recortes e bricolagens no processo de construção das memórias dos grupos sociais incluem estigmatizações e esquecimentos de algumas identidades. Neste sentido, se só os resultados do site de buscas forem levados em consideração, “Realengo” é sinônimo de “violência”.

Além da carência de publicações sobre a localidade, e a Zona Oeste do Rio de Janeiro no geral, tanto nos estudos da Memória Social quanto em outras áreas transversais, como a Antropologia, a História e os Estudos Urbanos, este estudo se dá também objetivando pontuar como narrativas protagonizadas por novos atores podem ser consideradas “marginais” ou ilegítimas, e insistentemente minimizadas e silenciadas. Vale referir que pesquisas sobre a Zona Oeste vêm sendo realizadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Memória Social, com investimento nas articulações de temáticas aqui abordadas, direta ou indiretamente (VIEIRA, 2015). Nesse sentido, um objetivo específico dessa pesquisa é investigar onde e como se manifestam algumas dessas memórias subalternizadas no espaço e quais as memórias que não emergem por serem consideradas menos relevantes por aqueles que detêm o poder de decidir sobre a instalação de monumentos no espaço público, por exemplo. Afinal, que grupos

têm o direito de lembrar e fazer permanecer sua recordação no espaço público? Em outras palavras, parafraseando a conhecida frase de Spivak (2010): pode o subalterno lembrar?<sup>1</sup>. Esta dissertação é ela mesma resultado das reflexões e respostas às inquietações que têm me provocado ao longo desse percurso, como moradora, pesquisadora e articuladora em projetos locais.

As perspectivas apresentadas nesta análise compõem experiências de minha trajetória pessoal e intelectual através de materiais que foram sendo incorporados no caminho que entrecruza o vivido “nativo” e a formação de um “olhar antropológico”, propiciado pelos estudos nas Ciências Sociais. Além disso, a aproximação com a bibliografia do campo da Memória Social possibilitou adicionar problematizações teóricas relevantes. O bairro foi sendo “(re)descoberto” conforme eu percorria outras localidades da vizinhança, além daquelas mais próximas a minha casa, como meu percurso para a estação de trem e as ruas próximas a ela. Percebo nessa busca que também minha trajetória religiosa possui um lugar fundante em meu passado. Principalmente se tratando da importância dos estudos da religião na minha trajetória acadêmica até aqui, sendo principalmente as relações entre a presença da religião cristã no espaço público em suportes não convencionais uma temática de estudos muito presente em minha formação. A importância que a religião possui na vida de quem mora nas regiões mais precárias da cidade como instrumento de sociabilidade e emancipação se faz evidente no olhar sobre a minha história de vida e moradora do bairro.

A igreja da minha infância, Igreja Metodista de Magalhães Bastos, ficava a um trajeto de poucos minutos a pé da minha casa. Além de um espaço de reuniões, a igreja era conhecida por integrar diversas frentes de iniciativas sociais, uma delas era o “Sabadão Missionário”, nome dado ao dia em que a igreja abria suas portas para diversos profissionais e serviços como exame de vista, cortes de cabelo e atendimento jurídico, gratuitamente. O cristão metodista desde muito cedo aprende que possui responsabilidade na melhoria do bairro em que o templo se encontra. Trabalhando dentro da igreja em diversos setores, fui participando em diferentes atividades de “Ação Social”. A tradição metodista estabelecida por seu fundador João Wesley, leva a máxima: “o mundo é minha paróquia”, tais escritos buscam advertir que uma igreja viva e abundante é uma igreja engajada nas questões sociais de seu entorno. Se faz, portanto, necessário questionar as condições materiais que tornam possíveis a vida material. Além disso, outros atendimentos como recreação infantil e apresentações dos grupos de dança e teatro,

---

<sup>1</sup> Essa paráfrase faz referência à obra de Spivak (2010), cujo título é “*Pode o subalterno falar?*”.

também faziam parte da atividade missionária. Foi como parte do movimento de juventude da Igreja Metodista do Brasil que tive a oportunidade de visitar diversas localidades do Rio de Janeiro, conheci quase todos os municípios que integram o estado e algumas das regiões mais empobrecidas do nosso estado. A vivência na igreja, ao contrário do sentimento filantrópico que frequentemente parece entorpecer aqueles que nela convivem, em mim, gerou indignação pela presença sistêmica e obsidiante de uma desigualdade que em nada parecia ser autorizada por desígnios divinos.

Conto brevemente esses aspectos de minha experiência pessoal porque a busca pelas condições que tangem o Direito à Memória em um bairro como Realengo, passa também por Direito à Cidade e, sendo assim, uma possibilidade de implicação na pesquisa se propicia ao contar a minha história de circulação por ela. Aliado à como explicam os pesquisadores Mário Chagas e Regina Abreu (2007), a uma “vontade de memória” que afirma a não espontaneidade no desejo de buscar essas histórias, de se deixar levar pelo impulso de quem é “do lugar”, pelo desejo de ativar as memórias locais para que as histórias sejam contadas a partir de nós, moradores.

Conforme nos ensina Magnani (1992), há uma relação explícita entre práticas sociais e os espaços em que elas ocorrem fundamentadas nos diversos “trajetos”. Essas extensões, promovidas pelas necessidades de se deslocar para regiões mais distantes, seja para acesso à serviços, cultura, emprego ou estudos. No meu caso, em primeiro momento as configurações casa/escola/igreja, estavam situadas em uma mancha (MAGNANI, 1992) comum. Depois casa/atividades da igreja/ faculdade, em que a caminhada pelas periferias da cidade se fazia cada vez mais presente. Um percurso de vida que por certo, se assemelha a outros tantos, daqueles que, como eu, também foram crianças e adolescentes em regiões do subúrbio da Zona Oeste do Rio de Janeiro nos anos 90.

Um outro destaque pertinente ao observar meu percurso-trajetória é pensar que de alguma forma esta dissertação já começa pelo fim. Enquanto escrevia estas páginas, a minha casa da infância, onde morei e vivi parte dos trajetos apresentados, foi vendida e não pertence mais à minha família. Falo, portanto, também do lugar da saudade, de estar ausente da materialidade que me possibilitou essas memórias por 33 anos. Mas não da romantização de crescer em um subúrbio bucólico que na prática só existe na lembrança. Percebo na verdade o registro de um movimento recorrente entre os jovens da minha idade, da necessidade de morar em outras regiões da cidade por conta dos novos trajetos trabalho/lazer/estudos. Como forma de registro deixo abaixo uma fotografia feita da janela do quarto de minha mãe enquanto

observava as roupas secarem no varal (Figura 1). Registro de um ritual que me remete ao que considero o cotidiano de uma típica casa de subúrbio. Na imagem, roupas brancas, lavadas em separado, cuja dobra feita pelo vento, deixa ver em seus entre-espacos o fundo do muro de tijolos pintados por cima e sem reboco, fazendo um bicolor com a tinta azul. O resultado de uma construção erguida, e não-finalizada. Metaforicamente é dessa Realengo inacabada em movimento que falo.

**Figura 1 - Roupas no varal.**



**Fonte:** Autoria própria, 2018.

Inserir na análise minha perspectiva de moradora consiste num convite ao aprofundamento no que me é familiar. Não é simples pesquisar o que lhe é conhecido como já nos advertia Gilberto Velho (1987), contudo é possível “estranhar o familiar”. Sendo Realengo o bairro em que passei toda minha infância, adolescência e juventude, apesar das voltas e do deslocamento diário a outros pontos da cidade e do mundo, na maior parte da escrita dessa dissertação estava ainda no bairro, falando das ruas dessa localidade tão familiar e ao mesmo tempo tão estrangeira para mim.

Andando pelas ruas já costumeiras com o olhar de pesquisadora, desenvolvi e refinei a dádiva da curiosidade. A sensação de que a cada virada de esquina havia algo novo e desconhecido a se desvelar, mas também a me espantar. O movimento sobre o que desconheço e o que ainda pode ser criado, é o que me move. É preciso contar sobre essas histórias que não aconteceram, o que ainda não é conhecido, o que ficou pelo caminho. Como forma de guiar o leitor por essas ruas, proponho um “mapa”, algo que apresento enquanto “percurso afetivo”, mostrando algumas das principais subáreas e localidades que aparecem demarcadas na pesquisa. O mapa (Figura 2) foi construído a partir das informações cartográficas possibilitadas por softwares de gerenciamento de localização como *Google Maps* e o *OpenStreetMap*, porém a proposta não é que nos detenhamos apenas nas fronteiras geográficas e administrativas.

**Figura 2 - Mapa de campo, Bairro de Realengo.**



**Fonte:** Autoria própria, 2022.

Aparecem no mapa algumas estações de trem, os bairros vizinhos e o contorno da Região Administrativa de Realengo que é composta por outros bairros além do bairro de Realengo em si. Aparece também a Avenida Brasil, que, como se observa no mapa, “corta” Realengo em dois, senão mais lados. Ademais, aparecem marcos como a Praça de Realengo onde fica a Paróquia Nossa Senhora da Conceição, o bar Xodó de Realengo, onde aconteceram diversas das conversas informais realizadas no trabalho de campo, utilizadas aqui, além da

Escola Municipal Coronel Corsino do Amarante, que abrigou até há pouco tempo o acervo do Centro de Memória de Realengo e Padre Miguel. Também são marcos importantes no mapeamento das inscrições do bairro, a Escola Tasso da Silveira e a Praça Anjos da Paz, construída em anexo à escola, onde está o monumento às vítimas da tragédia conhecida como “massacre de Realengo”, ocorrida em 2011. Também aparece a igreja na qual passei boa parte da minha infância, a minha casa, que ficava em frente a um campo, onde se realizavam alguns dos festivais de balão mais conhecidos da região nos anos 70, segundo conta meu pai. No mapa, também é possível ver onde se localizava a Ocupação Parquinho Verde, anexa ao terreno da antiga Fábrica de Cartuchos do Realengo, um espaço que há quase vinte anos vem sendo reivindicado por moradores para que se transforme em um Parque Urbano Ecológico Verde.

Dado o exposto, a metodologia que compõe a pesquisa inclui o olhar especializado de pesquisadora em campo, mas também os percursos de moradora “nascida e criada”, que percorre as ruas e se desloca por espaços dos quais se entende como “cria”. Aciono então aspectos de minha própria vivência/experiência como moradora e pesquisadora, pertencas essas que detêm características particulares, mas que atuam vivamente na conformação do olhar sobre as questões aqui abordadas.

Desde que nasci sou moradora de Magalhães Bastos, um bairro fronteiriço, pertencente à Região Administrativa de Realengo, a R.A-XXXII, que abrange os bairros de Realengo, Deodoro, Vila Militar, Campos dos Afonsos, Jardim Sulacap e Magalhães Bastos. Refletir sobre o bairro onde nasci e fui criada é trazer à tona temáticas que constituem não apenas o aspecto físico do bairro e as narrativas sobre ele, mas a minha própria trajetória. A partir da proposta de “sujeito posicionado” (ROSALDO, 1989) sou alguém que testemunha a mudança nos fluxos do espaço e do tempo, em função do lugar onde vivi, incorporando, portanto, meus próprios processos subjetivos à análise. Pois, é do meu “pedaço” (MAGNANI, 2002) que me refiro, e das possibilidades de reinvenção e mazelas que me “afetam” (FAVRET-SAADA, 2005). Ao me perguntar, por exemplo, quando comecei a observar o meu entorno enquanto parte de um processo histórico maior de urbanização da cidade, fruto de remoções históricas da Zona Central da cidade (VALLADARES, 1978), concluo que tal interesse provém em parte da indignação pessoal que a conscientização dessas desigualdades provocadas por projetos de governo distintos ao longo do último século gerou.

Buscando transformar essa realidade, engajo em lutas sociais, vivência que reverbera tanto em minha trajetória acadêmica através dos escritos nos campos da Religião (BAPTISTA 2021a, 2021b; GOMES, BIZARRIA, BAPTISTA, 2022, no prelo), quanto no envolvimento

peçoal em discussões sobre o Direito à Cidade e o Direito à Memória. Foi através da participação em grupos organizados com quase ou nenhum financiamento público ou privado, que pude efetivamente conhecer a pluralidade de manifestações culturais do meu lugar. A convivência com esses diversos atores e movimentos sociais, ajudou-me a perceber que é a “manga arregaçada” dos “fazedores” de cultura, que efetivamente torna possível que se produzam novas narrativas muito mais positivadas acerca de um bairro marcado pela violência e descaso contínuo. Entendendo que a luta por melhorias nas condições objetivas de vida cidadina consiste na preservação e criação de espaços possíveis de articulação popular em que memórias insurgentes (WALSH, 2013) possam emergir, materializando-se e exercendo seu papel de constituidoras de identidades, assim como de instrumentos fortalecedores de processos democráticos, construo essa dissertação.

A autorreflexão sobre os percursos adotados indica que a metodologia desta pesquisa se desmembrou não em uma “observação participante”, mas uma “participação observante” (WACQUANT, 2002), na qual o observador é um experimentador, um meio a serviço da observação, pois o processo que conforma a pesquisa surge tanto através da leitura de bibliografias especializadas quanto do meu enlace prévio e engajamento na transformação das desigualdades existentes no bairro. Permito, então, na condição de participante, não apenas olhar, mas observar Realengo, nos sentidos propostos por Roberto Cardoso de Oliveira (2000), em que olhar, pensar e escrever se dão como movimentos concomitantes e, para mim, simultâneos à experiência de participar, ser de dentro. Confronto, desse modo, meus paradigmas de observação e preconceitos já existentes pela condição de moradora. É um retorno ao mesmo lugar, com uma combinação de olhares e afetações. Buscando na direção que aponta Janice Caiafa (2007) produzir um relato onde se transmita o que foi observado na pesquisa. Onde o pesquisador “deverá dar conta não só do que viu e viveu, falando em seu próprio nome, mas também do que ouviu no campo, do que lhe contaram, dos relatos dos outros sobre a sua própria experiência” (CAIAFA, 2007, p.138), afinal, “quando a experiência de campo inspira a teoria, é possível conseguir uma inteligibilidade dos fenômenos que pouco tem de interpretação, é antes mais uma forma de experimentação, agora com o pensamento e a escritura” (CAIAFA, 2007, p. 140) no sentido de uma pesquisa-intervenção que se alie à produção de políticas públicas na cidade, tendo a própria vivência como método de investigação social.

Parte dos dados analisados aqui foram obtidos através da minha participação no grupo formado pela organização “Casa Fluminense”, em seu trabalho de criação das “Agendas

locais”<sup>2</sup>. Parte das conversas com interlocutores e propostas epistemológicas aprofundadas aqui surgem a partir dos encontros no Curso de Políticas Públicas promovido pela Casa, na região de Realengo que culminou com a produção da agenda local do bairro.

O curso durou quase quatro meses e durante nove encontros abordaram-se temas diversos: “Pertencimento: história e memória de Realengo”; “Dados de Realengo e Acesso à Informação”; “Habitação e moradia: viver e pensar Realengo”; “Saúde: mental e física, qualidade de vida”; “Cultura é direito em todo lugar”; “Justiça Socioambiental e Segurança Alimentar”; “Segurança em um bairro cercado”; etc. Os temas eram orientadores dos encontros que visavam entender quais as principais dificuldades que os moradores enfrentam, mas também mostrar os potenciais que o bairro tem. Os resultados obtidos nesses encontros se tornaram então o documento “Agenda Realengo 2030”, inspirado nos objetivos de desenvolvimento sustentável da década promovidos pela ONU<sup>3</sup>. A Agenda, além de conter diversas informações relevantes sobre a história, as ações culturais e as mudanças mais importantes realizadas nos últimos anos na região, ainda apresenta um conjunto de trinta propostas de melhorias para a região administrativa XXXII.

Esses encontros ampliaram meu conhecimento sobre algumas das dificuldades já observadas ao longo da recorrida pelo bairro, como também apontaram novos caminhos de pesquisa, fontes de busca. Pude ouvir “causos” e histórias até então eram desconhecidas para mim, informações que chegaram de forma oral e permanecem registradas no diário de campo que mantenho com carinho. Essas conversas foram o substrato do pensamento imaginativo que compõe esses escritos e que, infelizmente, por questões de privacidade, impede que as pessoas envolvidas sejam nomeadas. No entanto, escrevo baseada nos atravessamentos possibilitados por esses encontros, buscando ainda que sem exibir seus nomes, valorizar nesta dissertação,

---

<sup>2</sup> Criadas a partir das demandas dos moradores de determinadas localidades, as agendas são construídas no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela Organização das Nações Unidas para a próxima década. As agendas reúnem um conjunto de propostas articuladas para regiões do Rio de Janeiro, e são organizadas seguindo diferentes eixos como cultura, saúde e transporte. Uma metodologia de construção de políticas públicas de forma coletiva e popular organizada pela Casa Fluminense com a ajuda de uma rede de parceiros, além de levantamento bibliográfico, encontros colaborativos e entrevistas e encontros colaborativos. Texto produzido a partir do conteúdo disponibilizado pelo site da CF. A Casa, é uma organização sem fins lucrativos formada em 2013 que reúne pesquisadores, ativistas e cidadãos que buscam construir coletivamente políticas públicas e ações para a cidade do Rio de Janeiro e região metropolitana. Disponível em: <https://casafluminense.org.br> Acesso em: 12 de ago. 2022.

<sup>3</sup> “Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e garantir que as pessoas, em todos os lugares possam desfrutar de paz e prosperidade.” Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> Acesso em 12 de ago. 2022.

esses que muito antes de mim já pensavam esse espaço, essa história e trabalharam por sua melhoria.

Me posiciono então em campo como moradora-ativista-pesquisadora, e das histórias que emergiram empenhei-me nas possibilidades de registro dessas memórias locais ainda submersas, incluindo registros visuais. Na dificuldade de materiais iconográficos e resultados bibliográficos sobre a Zona Oeste, foi através dos parceiros de bairro que pude conhecer parte do acervo mostrado aqui. Percebo também que essa ausência de catalogação formal indica os extensos processos de apagamento e silenciamento da memória da região. É pela busca digital por mídias de bairro, que muitas dessas *memórias submersas* conseguem emergir. Conjugando o material encontrado nas redes com os processos de escuta ativa dos atores envolvidos, comendo bolinho de bacalhau no Xodó de Realengo, pude criar relações tais com esses sujeitos de pesquisa que pude acessar acervos domésticos, nunca digitalizados e exibidos publicamente. Algumas das fotografias que mostro, principalmente no terceiro capítulo, fazem parte dessa coleção de pequenos tesouros encontrados através do empenho daqueles que acreditaram nessa pesquisa. Ao encontrar esses materiais, foi necessária uma seleção, realizada levando em consideração a relevância que certas temáticas possuem enquanto imaginários que considero constitutivo do bairro. Busquei me ater aos materiais que versavam sobre a memória operária e a memória dos carnavais. Ainda mantendo a relação de privacidade e anonimato tão essenciais para a ética em pesquisa, foi usado um termo simples de direito de imagem, em que as famílias cedem a digitalização de seus materiais para essa dissertação e estudos derivados da mesma, com uso para atividades acadêmicas.

As percepções sobre o bairro, as inscrições presentes em sua paisagem e a omissão de certas memórias em espaços de relevância, levam à construção das questões que permeiam esta dissertação, considerando dois objetivos fundamentais: 1) analisar os suportes já existentes, legitimados enquanto inscrições memoriais predominantes no bairro; 2) observar as iniciativas insurgentes com relação ao resgate e valorização das características singulares locais, quando positivadas, mas que permanecem submersas ou deslegitimadas como suportes e meios de memória possíveis; 3) ser uma forma de suporte iconográfico para o registro e catalogação dessas memórias para que elas possam emergir e serem, finalmente, visualizadas.

A dissertação está dividida em três capítulos. O Capítulo I, “Realengo: O bairro e suas memórias” discorre sobre as aproximações e afastamentos proporcionadas pelo campo da Memória Social, também são apresentados os principais dados demográficos do bairro e sua posição enquanto parte da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Pontuam-se os imaginários recorrentes

ao bairro, sob a influência do equipamento militar que conforma sua paisagem, como memória hegemônica ou “hegemonizante”, a partir da observação de seus edifícios e monumentos e a possibilidade que “outros passados” emergjam através da análise do Centro de Memória de Realengo e Padre Miguel (CMRP), sua trajetória de lutas e formulação de estratégias de contramemória. Ao final, como caso emblemático da força militar na constituição urbanística do bairro analisa-se a disputa pela construção de um parque urbano ecológico na área da antiga Fábrica de Cartuchos, sob o viés da luta da Ocupação Parquinho Verde, um movimento criado em área anexa à fábrica que visava levantar o debate sobre seus usos e apropriações.

O Capítulo II, intitulado “Materialidades e o espaço urbano”, recebe o debate sobre espaço e materialidade, concentrando a análise nos suportes ou como chamamos aqui, as “inscrições”. A partir de alguns autores importantes nesse campo de estudos como Appadurai (2008) e Kopytoff (2008), discutimos a importância dos suportes da memória na constituição subjetiva do espaço. Nesse capítulo, os objetos que compõem esses espaços são compreendidos como formadores da percepção (MERLEAU-PONTY, 1999) e as vivências promovidas por eles formam as relações com o ambiente na medida em que são formadas por ele (INGOLD, 2000, 2012, 2015). Abordamos a presença da linha férrea como uma infraestrutura urbana definidora não apenas de uma forma de transporte, mas também um imaginário suburbano. Introduz-se aqui as noções de “memórias insurgentes” (WALSH, 2013) e “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1989), colocando em diálogo/tensão ambas as concepções. Estudando mais a fundo, alguns dos monumentos e espaços de memória da região, analisamos o caso da Praça Anjos da Paz, problematizando os espaços de recordação, e as formas de ocupação urbana pela memória, como nos convoca, Aleida Assman (2011).

No Capítulo III, aprofundamos os efeitos, impactos e ressonâncias que as materialidades promovem no entorno, nas relações e a influência na conformação de imaginários sociais. Sob o título “Memórias submersas de uma Realengo em movimento”, são apresentadas algumas das memórias consideradas ainda submersas, como a memória operária e a memória do carnaval de rua. Para isso, contamos com a consulta de acervos domésticos e páginas de bairros, numa busca iconográfica dessas memórias.

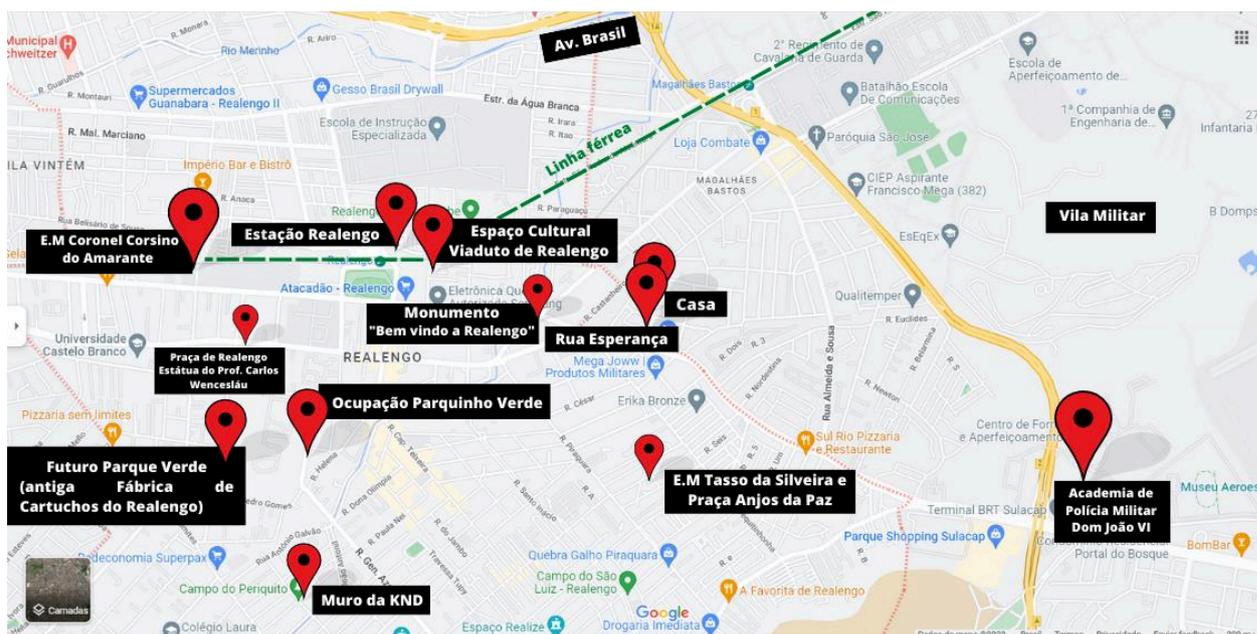
Em “Arquitetos da Memória” (CHUVA, 2009), Márcia Chuva mostra como a formação da ideia de patrimônio no Brasil é uma história contada por elites intelectuais que definem o que deve e o que não deve emergir enquanto memória nas cidades e que apenas recentemente iniciativas populares vêm sendo consideradas em processos de tombamento e preservação, em decorrência de legislações, debates nacionais e internacionais. As hegemonias observadas

previamente, a saber a extensa memória militar, são artefatos criados e podem, portanto, ser recriados, que a cultura é uma invenção (WAGNER, 2010). Ao final do capítulo ressalta-se, o que “novos atores sociais”, artistas visuais, fotógrafos e administradores de perfis no *Instagram* têm logrado produzindo mecanismos de valorização de suas memórias e pluralização da noção de subúrbio.

Nas considerações finais, ressaltamos algumas iniciativas das lutas por reconhecimento, evidenciando que a Zona Oeste tem se mostrado uma temática profícua para entender as dinâmicas da cidade do Rio de Janeiro, e desejando que surjam outras abordagens das Ciências Sociais sobre esse pedaço da cidade.

Considerando a importância que os aspectos visuais adquirem nessa análise, busco através da criação do mapa exibido na Figura 3, aproximar mesmo o leitor que nunca visitou o bairro, da distribuição espacial dos pontos memoriais abordados no texto.

**Figura 3 - Mapa de inscrições.**



Fonte: Autoria própria, 2018.

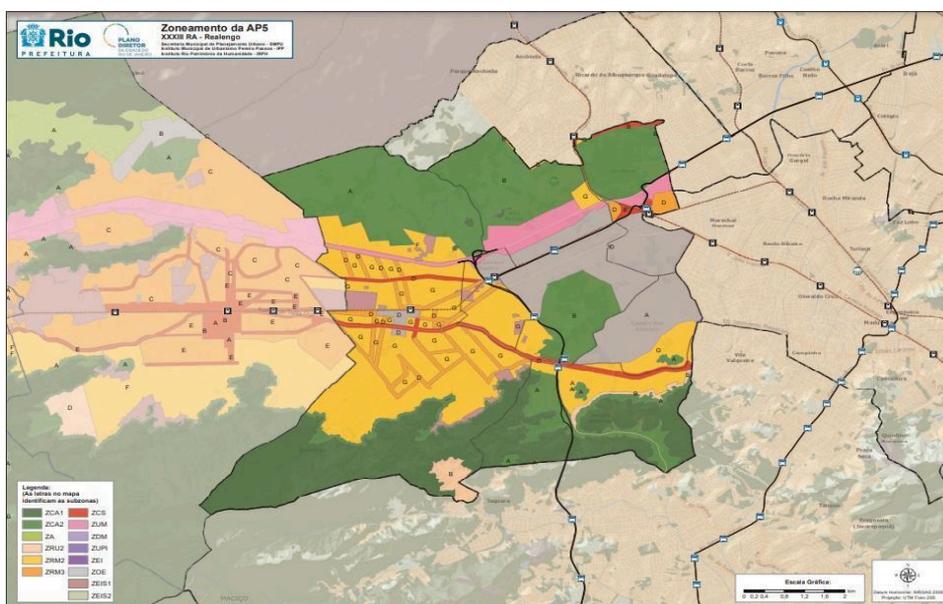
A escolha por trazer tais pontos, aparece por sua função iconográfica mas também para que se perceba a extensão territorial das inscrições que aprofundaremos aqui, a relação que eu como pesquisadora e moradora estabeleço com elas a partir do meu local de residência e também a presença ostensiva de repartições militares, das diferentes forças na região, como a Academia Dom João VI, onde são treinados os futuros policiais militares do estado do Rio de

Janeiro, a Vila militar, bairro da RA 32 e importante local de residência para os militares que trabalham nos quartéis do exército da região, e o terreno da antiga Fábrica de Cartuchos do Realengo. O mapa também busca explorar a pluralidade de manifestações culturais do carnaval, contendo por exemplo o local onde anualmente o grupo de bate-bolas da região, “KND” pinta seu muro com o tema do desfile daquele ano. Fica de fora do mapa, um outro importante espaço para a cultura Bate Bola da região, o Bazar Peter Pan, localizado na Rua Carumbé. O bazar funciona como lugar de escambo de fantasias e encontro das turmas de Realengo. Vemos no mapa também, a “Rua Esperança” onde se encontra um pixo memorial analisado, o local do Parquinho Verde e a Praça Anjos da Paz, onde foi erguido o memorial às vítimas do Massacre de Realengo. Inscrições que serão abordadas em maior profundidade nos capítulos que se seguem.

## 2. REALENGO: O BAIRRO E SUAS MEMÓRIAS

Um dos bairros mais populosos do Brasil (IBGE, 2010), e quarto bairro mais populoso do município do Rio de Janeiro, Realengo figura juntamente com os outros três primeiros como parte da Zona Oeste da cidade. Parte da mesma Área de Planejamento, a Zona Oeste AP-5 respectivamente nesse ranking se encontram: Campo Grande, Bangu e Santa Cruz (IBGE, 2010). Além disso, é o 11º em extensão territorial, estendendo-se por cerca de 26,0542km<sup>2</sup> (DATA RIO, 2022). Um bairro que possui como característica fundante a presença da linha férrea, aspecto urbano sui generis na cidade do Rio de Janeiro, tendo em vista que a maioria dos bairro cortados por ela hoje fazem parte da periferia da cidade. O bairro, também é cortado pela Avenida Brasil, importantes vias de acesso à região central da cidade, e escoamento de produções da região rural da cidade, essencial na mobilidade dos moradores e do aspecto primordial que o transporte rodoviário assume em nosso país. Cotidianamente é através do trem ou da Av. Brasil que os moradores se deslocam para os postos de trabalho nas regiões Sul e Central da capital.

**Figura 4 - Zoneamento RA XXXII.**



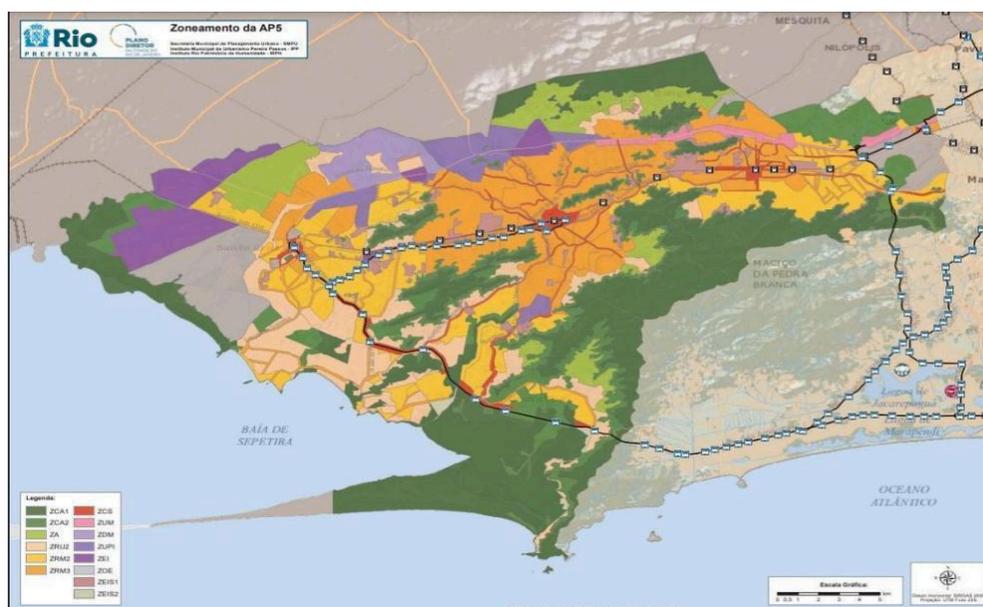
**Fonte:** Instituto Pereira Passos, 2022.

Para fins desta dissertação, considera-se a existência de “dois Realengos”. Um que se refere à área mais extensa e ao conjunto de bairros que compõem a Região Administrativa (RA), e o "Realengo", bairro em si. As fronteiras administrativas como são demarcadas hoje foram definidas por dois decretos, o N° 3158 e o N° 5280, emitidos respectivamente em 1981 e 1985 (DATA RIO, 2022). Em conjunto, todos os bairros dessa Região Administrativa de Realengo

somam mais de 200.000 habitantes, segundo dados do último Censo (IBGE, 2010). Apesar de diferentes entre si, as fronteiras entre a R.A. e o bairro preservam diversas similaridades. Para além das demarcações cartográficas, a proximidade cultural dos bairros envolvidos é um marcador essencial em nossa abordagem, pois, em diversos momentos, seus perímetros serão compreendidos de maneira conjugada e nomeados enquanto “Realengo”, ainda que estejamos falando de lugares “fora do bairro em si”.

É relevante apontar também de qual Zona Oeste partimos, pois, apesar das similaridades existentes no que tange à região há um recorte espacial que se restringe principalmente ao que foi delimitado enquanto Área de Planejamento 5 (AP-5)<sup>4</sup>. Desta maneira, excluem-se os bairros da AP-4<sup>5</sup>, região de Jacarepaguá, também Zona Oeste.

**Figura 5 - Zoneamento Área de Planejamento V.**



**Fonte:** Instituto Pereira Passos, 2022<sup>6</sup>

<sup>4</sup> Bairros da AP. 4: Bangu, Gericinó, Padre Miguel, Senador Camará, Campos dos Afonsos, Deodoro, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos, Realengo, Vila Militar, Campo Grande, Cosmos, Inhoáiba, Santíssimo, Senador Vasconcelos, Barra de Guaratiba, Guaratiba, Pedra de Guaratiba, Paciência, Santa Cruz e Sepetiba. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4290214/4105682/06.AnexoVIDescricaoeMapadaAreadePlanejamento5.pdf>> Acesso em 12 de jan. 2022

<sup>5</sup> Bairros da Área de Planejamento 4: Jacarepaguá, Anil, Gardênia Azul, Curicica, Freguesia, Pechincha, Taquara, Tanque, Praça Seca, Vila Valqueire, Cidade de Deus, Joá, Itanhangá, Barra da Tijuca, Camorim, Vargem Pequena, Vargem Grande, Recreio dos Bandeirantes e Grumari. Disponível em: [http://aplicnt.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/a99e317a9cfec383032568620071f5d2/cdd6a33fa14df524832578300076df48/\\$FILE/ATT53C50.pdf/ANEXO%20V.pdf](http://aplicnt.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/a99e317a9cfec383032568620071f5d2/cdd6a33fa14df524832578300076df48/$FILE/ATT53C50.pdf/ANEXO%20V.pdf) Acesso em 13 de abr. 2022.

<sup>6</sup> Disponível em: <http://aplicnt.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro2124.nsf/d305f3c25ec55a360325863200569353/29c579e>

Priorizamos especificamente a AP-5.1, Área de planejamento que comporta os bairros de Deodoro, Vila Militar, Campo dos Afonsos, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos, Realengo, Padre Miguel, Bangu, Gericinó e Senador Camará. A delimitação é assim proposta para fins analíticos, dada a relevância histórica que os edifícios militares e o passado fabril possuem para os diferentes bairros que a compõem. O que, como veremos a seguir, constitui um dado essencial em nossas análises. Outra demarcação relevante, é de fundo paisagístico, já que nos aprofundaremos na influência que a linha férrea exerce no imaginário de tais bairros, um marcador importante de diferenciação entre “as Zonas Oestes”. Há diferenças no processo de urbanização, tanto a alta densidade de edifícios militares quanto os elementos da natureza, como o imponente maciço da Pedra Branca, as vias expressas e linha férrea que são fundamentais na para a abordagem de Zona Oeste a que nos referimos, e como tal possui diferenças exponenciais em relação aos da região de Jacarepaguá e Barra da Tijuca, ainda considerados Zona Oeste.

Diversas transformações ocorreram para que Realengo tivesse as características que tem hoje. Região próxima à antiga Aldeia “Sapopemba”, na época da invasão portuguesa foi dividida em sesmarias que posteriormente se transformaram em fazendas (FRÓES, 2004). Inclusive o termo que dá nome ao bairro, possui origens que geram uma divertida polêmica. Desde uma abreviação de “Real Engenho”, ou da inscrição “REAL.engo” que seria vista nas placas dos bondes. No entanto, o nome do bairro se refere a expressão “campos realengos”, que consistia na definição de áreas públicas destinadas principalmente à pastagem de gado para aqueles que não tinham terras próprias durante o período do império (MANSUR, 2011) Nessa época, as terras realengas passaram a ganhar notoriedade pela posição estratégica que ocupavam no abastecimento das comitivas reais a caminho do bairro imperial de Santa Cruz (DATA RIO, 2022)<sup>7</sup>.

A dita vocação agrícola e de pastagem, que toda a extensão do entorno do maciço da Pedra Branca possuía, fez com que essa área fosse conhecida como “Sertão Carioca”, termo que se tornou homônimo com a publicação de Corrêa (2017) em 1936. Ao que parece, como afirma Armando Magalhães Corrêa, a vocação agrícola e campestre da região, parece justificar o descaso infra estrutural continuado que a região sofre até hoje. A virada do século XIX para o século XX, trouxe mudanças definitivas para a urbanização do bairro como a construção da

---

[1ba143199032587580054c6a6/\\$FILE/ANEXO%20XXIII%20-%20Zoneamento\\_AP5.pdf](#)> Acesso em 28 de mar. 2022.

<sup>7</sup> DATA RIO. História dos bairros. Instituto Pereira Passos, 2022. Disponível em: <http://apps.data.rio/armazenzinho/historia-dos-bairros/> Acesso em 19 abr. 2022

linha férrea do Ramal Mangaratiba (1878), quando também foi construída a Estação de Realengo (DATA RIO, 2022). Segundo consta, alguns dos principais quartéis do Exército Brasileiro começaram a se instalar na região o que fez com que o passado indígena, agrícola e fazendeiro, fosse aos poucos dando lugar ao presente militar.

Ao observar quais as iniciativas de preservação em voga na região, principalmente no que tange à preservação de seus patrimônios., poderemos perceber que nos bairros da A.P 5, a presença de museus e acervos públicos destinados a armazenar registros e estimular o acesso às memórias locais ainda são incipientes. Apesar da presença abundante de edifícios antigos na região e da importância que tiveram em momentos considerados cruciais do processo de formação do Estado Brasileiro, e da história Militar, a revitalização e o acesso a tais monumentos é ainda dificultado. Não apenas pela existente divisão entre o mundo que abrange a vida “civil” e a vida “militar” (CASTRO, 2002), mas pela ausência de políticas públicas de preservação da memória local que incluam a criação de museus e espaços culturais contando a história do bairro, incluindo seu passado/presente militar.

Atualmente, há um conjunto de vereadores debatendo o patrimônio na Zona Oeste. Em novembro de 2021, ocorreu o primeiro debate público da recém-criada Frente Parlamentar de Proteção e Ativação do Patrimônio Cultural da Zona Oeste do Rio de Janeiro. A Frente<sup>8</sup>, possui como presidente o vereador do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) William Siri, e conta com outros 35 vereadores. Segundo Siri, parlamentar morador de Campo Grande, a frente foi criada para combater a “a grave desigualdade na implementação de políticas voltadas à cultura e ao nosso patrimônio” na Zona Oeste da cidade<sup>9</sup>. Na reunião de lançamento da Frente, era possível perceber nas falas dos parlamentares que mesmo havendo um objetivo único de “ativar” e “proteger” os patrimônios culturais da região, diversas podem ser as razões que ensejam tal desejo.

Um dos integrantes, por exemplo, o vereador Pedro Duarte (Partido Novo) afirma que: “(...) dois dos bairros mais antigos e históricos do Rio estão em ‘pontas opostas’: o Centro e Santa Cruz. Falamos muito da revitalização do patrimônio histórico de um, mas muito pouco do outro”. E continua: “A Zona Oeste tem muitos imóveis e locais tombados, merecendo atenção especial do Poder Público, em especial da Câmara de Vereadores. Precisamos pensar

---

<sup>8</sup>Resolução da mesa diretora nº 10668 de 2021. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/08/202208023780F96F.pdf> Acesso em 12 de ago. 2022.

<sup>9</sup>Disponível em: <https://diariodorio.com/rio-tera-frente-parlamentar-de-protacao-e-ativacao-do-patrimonio-historico-cultural-da-zona-oeste/> Acesso em 13 de dez. 2022.

em leis que conciliam preservação histórica e desenvolvimento econômico”<sup>10</sup>. A fala do vereador é um exemplo dos diferentes interesses que atualmente conflitam na região: preservação *versus* especulação imobiliária. Nas falas de outros parlamentares, mas também integrantes da sociedade civil, aparecem outras reivindicações. Há aquelas que privilegiam questões como a importância do Direito à Memória e o Direito à História. O vereador William Siri que presidiu a sessão, afirma que o projeto da Frente também é possibilitar que novas gerações tenham acesso a esses patrimônios, fadados à extinção a menos que ocorram iniciativas de preservação.

Fica evidente como é possível que distintas concepções de História e Memória sejam acionadas por diferentes atores. A fala de William Siri priorizando de certa forma, educação patrimonial através de políticas de preservação e reconhecimento do patrimônio local, em muito se assemelha com a da professora Martha Nogueira, um nome que frequentemente aparecia nas conversas com interlocutores ao perguntá-los sobre a memória do bairro.

A importância de trazermos o legado da professora Martha se dá em respeito ao seu pioneirismo ao compilar dados, acontecimento e histórias do bairro e de seus moradores. Como idealizadora e coordenadora de um dos mais importantes acervos conhecidos sobre Realengo, o CMRP (Centro de Memória de Realengo e Padre Miguel), Martha tem sido uma defensora ativa da importância da educação patrimonial. Uma educadora, que busca criar formas de incentivar o sentimento de pertencimento, o engajamento político e a busca pela valorização da história do bairro de quem vive na região. As palavras do vereador William Siri: “Nós só valorizamos o que conhecemos.”<sup>11</sup>, assemelha-se ao que defende Martha. Nesse sentido, ao pensar o trabalho da Frente Parlamentar, percebemos que iniciativas como a de Martha poderiam ter tido um destino bem distinto se fossem contempladas por investimentos em preservação. Em páginas posteriores abordaremos mais da trajetória do CMRP, mas destacamos algumas das falas dessa interlocutora importante para exemplificar como se dá e em que parâmetros se estabelece, a luta de quem busca preservar a memória da região. Buscamos trazer

---

<sup>10</sup>“Debate Público da FRENTE PARLAMENTAR DE PROTEÇÃO E ATIVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO, RMD Nº 10668/2021, para discutir as ações a serem implementadas pela Frente”. Rio TV Câmara (10/11/20220), Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=X5vUG7QtqIs> Acesso em 6 de abr. 2022.

<sup>11</sup> “A preservação do patrimônio histórico cultural da Zona Oeste é tema de reunião de Frente Parlamentar”. Rio TV Câmara (2022), Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3FRwDFBoqw> Acesso em 4 de jun. 2022.

a partir da perspectiva da professora como moradora, historiadora e memorialista, alguns dos principais argumentos trazidos na busca pela preservação.

Para popularizar a luta em prol da valorização das memórias do bairro, a professora Martha, assim como outros atores engajados nessa pauta, cria uma página no Facebook. Para tais atores sociais, as redes terminam por ser uma forma simples e objetiva de exibir seus acervos, se comunicar com o público, compartilhar histórias e tornar possível que novas surjam.

É fato que a falta de conhecimento e comprometimento de uma comunidade interfere no desenvolvimento local, produzindo muitas vezes a degradação do ambiente seguida por uma baixa autoestima de seus moradores. Aliado a isso enfatizo a importância da educação patrimonial contemplada no Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº9.394/96 e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997). Colocada na prática cotidiana do Centro de Memória de Realengo e Padre Miguel por acreditar que a escola, patrimônio Cultural, educa nas diferentes áreas do campo cognitivo, no exercício da cidadania e na preservação e valorização dos patrimônios materiais e imateriais (NOGUEIRA, 2013).

A professora nesse mesmo texto, também destaca as dificuldades que encontrou para acessar dados e informações confiáveis sobre a história do bairro durante seu trabalho de pesquisa. O perfil de rede social que é o Facebook prioriza a produção de textos longos, e comunidades, possibilitando que as pessoas compartilhem pequenos desabafos, relatos e manifestos<sup>12</sup>. A página do Centro de Memória se torna então lugar de exibição e popularização das memórias *realenguenses*, tal qual lugar de luta por espaços de preservação dignos, e maior equidade na distribuição dos recursos relativos à preservação e criação de instituições de memória na cidade. Em uma de suas publicações, a professora ressalta:

Mas a memória do Rio de Janeiro não deve ser fragmentada e nem manipulada pelas autoridades, sabemos que fatos marcantes para o Brasil aconteceram no Centro (Primeiras ruas da cidade) e na Zona Sul (Igreja N. Sra. Da Glória) e tenho orgulho dessas memórias, que não estão sozinhas, pois a história também se deu em outros lugares da cidade, mas se não tivermos a preocupação em registrá-las, divulgá-las em nossa sociedade só teremos conhecimento de parte de nossa história, não temos o direito de arrancar as folhas de capítulos tão importantes que acabaram por definir a vida do Rio e de traçar o perfil do “carioca”. Por conta desse aborto histórico as dificuldades em encontrar fontes seguras, confiáveis é outro problema. Onde procurar? No Arquivo da Cidade, Biblioteca Nacional, Museu Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, Gabinete Real português? Nas Universidades? Internet? A grande massa desconhece ou não tem como se deslocar para esses locais, principalmente por conta de seus trabalhos, por isso é essencial que espaços de memórias sejam criados em todos os bairros do Rio.

---

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/centromrp/photos/a.382054998540690/531727530240102/> Acesso em 12 de fev. 2022.

A demanda explicitada pela professora, pela criação de lugares apropriados para preservação e acesso à memória local, escancara a iminência da perda. Com a ausência de lugares apropriados para os acervos, muitos se perdem. Com isso, a memória do bairro passa a ser a memória possível de ser encontrada nos documentos e arquivos históricos, suportes que tendem a privilegiar o processo de urbanização da região, através da construção de edifícios, no entanto que abordam pouco a memória de seus moradores, suas histórias.

O passado é sempre conflituoso. A ele se referem, em concorrência, a memória e a história, porque nem sempre a história consegue acreditar na memória e a memória desconfia de uma reconstituição que não coloque em seu centro os direitos da lembrança (direitos de vida, de justiça, de subjetividade) (SARLO, 2007, p.9).

É nesse sentido que a presente abordagem se pauta em análises que articulam Memória e História, pensado quais os registros e suportes que não são contemplados enquanto parte do que é considerado a memória/história oficial. Quem foram os expulsos da região central e favelas da Zona Sul que vieram para Realengo? O que esses sujeitos teriam para contar e mostrar se tivéssemos acesso as suas memórias? Ou ainda, em se tratando de um bairro periferia, será que elas foram efetivamente registradas? Resumindo, quem tem o direito de lembrar?

Importantes atores são esquecidos e suas memórias silenciadas. Muito da bibliografia encontrada sobre o bairro analisa a importância da Fábrica de Cartuchos do Realengo como fornecedora de arsenal de guerra para o Exército Brasileiro, e a instalação da Escola Militar do Realengo até sua transferência para o município de Resende. No entanto, pouco se sabe sobre as formas e manifestações culturais da região. Qual a origem das turmas de bate-bola? Quem possui registros sobre as peças de teatro que os operários dos conjuntos IAPI apresentavam nos coretos próximos?

Essa ausência indica que, ao buscar dados e registros sobre personagens periféricos e suas manifestações culturais, essa demanda pode ser em si restritiva, afinal, como nos lembra Le Goff (2003), são as classes dominantes que detém o poder de criar instituições de memória, quem guarda ou não, quem define o que é considerado uma lembrança importante e constrói objetos com materiais duráveis. Segundo Abreu (1998, p.88), quando se trata da memória de um local, “a história de um lugar é o resultado da ação, num determinado momento e sobre um determinado espaço, de processos que atuam em escalas que são ao mesmo tempo desiguais e combinadas”. Ao se abordar o processo de conformação social do bairro desde sua origem até a atualidade, em muitos casos, os registros sobre a ocupação popular repousam em páginas de

Facebook, sites de jornais locais, grêmios literários e centros de memória, organizados e geridos por voluntários a partir dos acervos que encontram não sendo assim possível encontrar de forma sistematizada, registros sobre as mais diferentes ocupações do bairro.

A proliferação na criação do número de museus e espaços de memória principalmente nos séculos XIX e XX demonstrou a efervescente necessidade de controle do passado. Em *Seduzidos pela Memória*, Andreas Huyssen (2000) destaca que a modernidade instaurou uma pela preservação. É certo que muitas vezes instituições de memória são responsáveis por um certo “congelamento” da História, parecendo não levar em consideração que não existe a possibilidade de apreensão exata do passado (BOSI, 2017). Afinal, a história é uma construção incompleta do que já passou (NORA, 1984). Entretanto, há atores e lugares que não tiveram suas memórias preservadas e carecem dos espaços para que sejam visibilizadas, preservadas e consideradas enquanto registros valiosos para a História. Se com as transformações do presente nosso olhar para o passado muda, é preciso que essa história “congelada” seja visibilizada para que outras versões da história, oriundas de atores sociais distintos possam, enfim, emergir.

O debate em torno do conceito de memória coletiva ressalta o notório poder que as representações exercem tanto nos modos de permanência da memória quanto nos aparatos que asseguram sua transmissão (HALBWACHS, 1990). Há uma seletividade inerente ao campo da Memória que se traduz no efeito transgeracional que possui. Contar e passar adiante, é sempre um processo de seleção que prioriza certos eventos, atores, em detrimento de outros (ibid.). É possível que diferentes sujeitos narrem memórias afins a partir de diferentes pontos de vista e é relevante se essa memória foi vivida e experimentada por quem a conta ou apreendida e repassada (ibid.). O efeito de edição contido no ato de transmissão produz no repertório das memórias coletivas uma seleção que atinge também seus suportes (ibid.). Entre outras palavras, lembrar e produzir essas memórias no espaço público é um exercício coletivo sobre decidir o que se deseja salientar, passar adiante e o que se deseja esquecer. E como tal, esse feito aparece submetido pelos valores do tempo.

Tais processos de edição, são marcados por relações de poder que estruturam e definem “quem”, o “que” e “como”, se produzem memória. Isso nos faz lembrar sobre o caso do incêndio à estátua de Borba Gato, ocorrido em São Paulo. Ressalto esse caso, pelo tipo de discussão entre história, memória e suportes na cidade que o caso evoca.

Aos que porventura não estão familiarizados com esse evento, ele ocorreu no dia 24 de julho de 2021, quando membros do coletivo “Revolução Periférica” (grupo que mais tarde

reivindicou a autoria da ação) desembarcaram de um caminhão, espalharam pneus ao redor da estátua do bandeirante Borba Gato, localizada na Zona Sul de São Paulo e atearam fogo. O processo foi todo filmado e o vídeo amplamente reproduzido nas redes sociais. Um dos líderes da ação, Paulo Galo, que inclusive foi preso, afirmou que o objetivo do grupo era abrir o debate: “Agora, as pessoas decidem se elas querem uma estátua de 13 metros de altura de um genocida e abusador de mulheres<sup>13</sup>”. O grupo, portanto, considera que a figura do bandeirante não deveria ser homenageada em um espaço público. Ao contrário das marcas de arrojo, progresso, bravura e resistência consideradas o símbolo do bandeirantismo (SOUZA, 2007), Borba Gato, para Galo era um escravista e explorador.

A partir da fala de Galo, é possível pensar as propostas de intervenção em monumentos que novos atores sociais têm realizado. Apesar da iconoclastia do ato, a reivindicação dos grupos não parece ser por uma intervenção à revelia das práticas patrimoniais, ou que busca exterminá-las enquanto ferramentas de memória entendendo ser apenas formas de manutenção do poder da elite, mas as disputa. O objetivo é a substituição da estátua e não sua simples retirada. Vale dizer, que esse caso não aparece como isolado, já que tanto nos protestos “Black Lives Matter”, um movimento gigante nos Estados Unidos que ficou mundialmente conhecido após a morte de George Floyd pela polícia americana, tanto movimentos antirracistas e decoloniais em outros países como a Inglaterra e o Canadá, que destruíram estátuas de colonizadores e donos de escravos.

Há época circulou uma petição convocando uma substituição da estátua de Borba Gato. Uma das reflexões que nos chamou atenção vem de Martinelli (2020), que afirma: “Se vidas negras importam de verdade, Borba Gato deve ir para o campo da conscientização, nos museus em que a histórias dos genocídios devem ser contadas. E não no campo da homenagem na rua, sem contexto ou questionamento”. Essa fala de Martinelli sugere que há uma separação a ser feita entre as memórias presentes no espaço da rua e as que ficam dispostas nos espaços de recordação. Ao enfatizar o papel explicativo que lugares de preservação, como museus e bibliotecas, exercem na relação com o passado, fica evidente que essas reivindicações do passado, essas novas histórias emergentes que dialogam e disputam narrativas históricas reivindicam que se complexifiquem histórias oficiais até agora dadas como “únicas” (ADICHIE, 2020).

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://tnonline.uol.com.br/noticias/cotidiano/lider-de-entregadores-vai-a-policia-e-assume-participacao-no-incendio-de-estatua-541348?d=1> Acesso em 28 de julho, 2021.

A reflexão de Martinelli também corrobora com o pensamento de José Reginaldo Gonçalves, sobre essa tensão entre a história e a memória quando presentes no espaço público. O que deve ou não ser passado adiante enquanto história “legítima”, “nacional” e como:

As narrativas nacionais sobre o patrimônio cultural estão estruturalmente articuladas por essa oposição entre transitoriedade e permanência, sendo que as práticas de resgate, restauração e preservação incidem sobre objetos que podem ser pensados como análogos a ruínas, quando não se constituem literalmente em ruínas. Como tais, esses objetos estão sempre em processo de desaparecimento, ao mesmo tempo que provocando uma permanente reconstrução. Esse interminável jogo entre desaparecimento e construção é que move as narrativas nacionais sobre patrimônio cultural em sua busca por autenticidade e redenção (GONÇALVES, 2002, p. 28).

Nesses momentos críticos, de ebulição social, essas homenagens públicas aos “heróis nacionais” são problematizadas e emergem como fragmento, vestígios – cascas (DIDI-HUBERMAN, 2017a). Nossos imaginários, povoados pela história dos livros didáticos, agora contestam tal sedimentação e decidem destituir tais mitos de seus lugares de poder. Esses monumentos, inscrições materiais e imateriais que modelam o espaço das cidades (FERNANDES, 2009), se tornam os alvos de uma disputa sobre tempo, história e identidade nacional. A ampla comoção do caso, realmente trouxe à tona a discussão, e foi possível também perceber que dos grupos favoráveis à restauração e permanência da estátua alguns dos principais argumentos faziam referência à história do lugar e à tradição.

É nesta medida que esta pesquisa identifica a possibilidade de emergência de novas inscrições no espaço público. Esse regime de historicidade que privilegia os arquivos e os meios técnicos de preservação (NORA, 1993) é também apropriado por tais populações, na medida em que esses novos grupos vão se familiarizando com a dimensão constitutiva do que torna possível a construção de um monumento, por exemplo. Além de seu caráter iminente simbólico e representativo, as disputas também passam a ser sobre como apropriar-se do direito a erguê-los.

Em Realengo, a presença militar povoa as memórias locais através da extensa presença de edifícios e quartéis (VIANA, 2009, 2010, 2016). Observar os processos que envolvem a ocupação militar é também percebê-la enquanto parte dessa história que se legitimou como “oficial” percebendo que sua influência se estende a nível espacial, paisagístico, político e social na construção da cidade do Rio de Janeiro (VIANA, 2010). Se a memória, segundo Assman (2011), quando presente no espaço público enseja uma relação entre “a mente que se lembra e o objeto que faz lembrar” e existe, tanto “em interação com outros seres humanos,

mas também com objetos, celebrações, textos etc.” (ASSMAN, 2011, p.111). Ao estudar Realengo, sobretudo o que reverbera até hoje de seus anos fundacionais, cabe compreender o papel histórico dos militares enquanto organizadores do espaço urbano (DOS SANTOS, 2020),

Tendo em vista que identidades coletivas se fazem ao longo do tempo, e demandam “unidade, continuidade e coerência” (POLLAK, 1992, p.7), como afirma Pollak em diálogo com Nora (1993), é importante analisar a mudança na significação das imagens presentes na iconografia conservada por determinados grupos através dos monumentos, é preciso “interrogar a tradição” e reconhecer que ela não é construída por apenas um portador (NORA, 1993, p. 11).

### 2.1. A influência da presença militar nos imaginários e memórias locais

Segundo Simondon (2014), imagens são parasitas da memória, microrganismos que invadem a mente e o corpo o dos sujeitos. Muitas das imagens que produzimos surgem “espontaneamente”, mas “se tornam padrões de percepção que estruturam a experiência e servem como mecanismos de adaptação do mundo” (SIMONDON, 2014, p. 215, tradução nossa), “formam um sistema de relações, evocações e mutações que criam modelos analógicos reflexivos” (ibid., p. 215, tradução nossa). Imagens formam estruturas de pensamento que conformam nossos valores, ou seja, monumentos se tornam instrumentos narrativos ainda mais relevantes por sua aparente “camuflagem”.

Viana (2009), em seu artigo *Realengo e a Escola Militar: um estudo sobre memória e patrimônio urbano*, realiza uma descrição minuciosa dos processos que deram origem à Escola Militar do Realengo, abordando a importância que foi conferida ao bairro a partir da presença destes aparatos militares. A chamada Academia Real Militar (fundada em 1898) foi transferida para Realengo em 1905 e adjacente a ela foi construído o Campo de Marte, popularmente conhecido até hoje como Praça do Canhão, pela presença de tal artefato (MANSUR, 2008). Era um momento no qual se estabeleciam os pilares fundacionais da capacitação dos militares no Brasil. Fazia-se necessário que os combatentes fossem especializados nos ensinamentos militares, “Realengo passou a ser uma cidade militar.” (WENCESLAU, 2004, p.82).

Até meados do século XX, o Cemitério do Realengo, localizado na rua Murundu (atualmente localizado no bairro de Padre Miguel), era o único empreendimento sob administração pública, [...] O restante do bairro demorou para receber serviços de iluminação e abastecimento, assim como investimentos de mais fôlego em infraestrutura voltados para a habitação, demonstrando que o interesse dos governos da época, e principalmente do Ministério da Guerra, era consolidar um espaço capaz de atender seus interesses prioritários ao invés de elaborar um plano de ocupação capaz de atender o tamanho crescimento populacional da região já previsto diante da

crescente necessidade de mão de obra para atender as demandas das instalações militares. [...] “Apenas anos depois estas demais áreas receberam uma urbanização, porém desordenada e espontânea (DOS SANTOS, 2020, p.48).

Em certo sentido, o desenvolvimento de Realengo se deu com a criação da Fábrica de Armas do Rio de Janeiro (1769). A fábrica teve suas instalações transferidas para Realengo, entre outras razões, por conta da Estrada de Ferro D. Pedro II, que facilitava a comunicação entre a Região Central e o bairro, também atravessado pela Estrada Real de Santa Cruz. A construção do edifício passou por diversas dificuldades durante cerca de 20 anos. Pode-se imaginar os empecilhos na construção de um Arsenal de Guerra, principalmente tendo em vista que havia ocorrido uma explosão no Laboratório em que anteriormente eram fabricados os aparatos de guerra. Em 1896, foi construída a fábrica de cartuchos *Mauser* e, em 1897, as obras foram concluídas e se fundiram, então, o antigo Laboratório e a *Mauser*, dando início à Fábrica de Cartuchos e Artíficos de Guerra (VIANA, 2016). No início do século XX, alguns dos quartéis mais modernos do Brasil estavam nas adjacências de Realengo (DOS SANTOS, 2020, p.43).

Após os armamentos *Mauser* passarem a ser completamente fabricados no Brasil, foi necessário um aumento no quadro de funcionários, e o limite de verbas fez com que fosse priorizada a contratação de mão-de-obra de menor custo, passando-se a contratar, com isso, mão-de-obra feminina, que recebiam diárias inferiores aos homens. Às mulheres era destinado o trabalho em equipamentos que não exigiam “exagerada concentração de atenção” (VIANA, 2016, p.58). Havia a promessa também que os antigos trabalhadores do Laboratório que explodiu seriam integrados ao quadro de funcionários da Fábrica de Realengo, entretanto, restrições orçamentárias impossibilitaram tal integração.

No artigo de Viana (2009), ao descrever o processo de instalação da fábrica, o autor atribui aos espaços militares a função de “pontos de articulação de questões relacionadas ao patrimônio e memória” e os considera “suporte na formação de uma memória coletiva” (VIANA, 2009, p.39). Para isso, o autor faz uso principalmente do conceito de “lugar de memória” cunhado por Pierre Nora (1993). Nos apontamentos de Claudius Viana sobre o papel da Escola Militar no processo de ocupação e modulação do espaço urbano da região de Realengo (VIANA, 2009, p.47), nota-se a centralidade desses edifícios e suas conformações na produção dos imaginários do bairro. O autor ressalta inclusive que “o desenvolvimento de Realengo pode ser considerado singular dentro do processo de urbanização da Zona Oeste

Carioca, como um espaço ocupado segundo uma lógica de integração às funções das instituições militares” (ibid., p.51).

As aquisições de áreas, a urbanização e as construções realizadas durante o período de funcionamento da Escola Militar são testemunhos dos investimentos e projetos na constituição dos espaços militares do Realengo. Nesses espaços materiais - prédios, praças, ruas - transitaram grupos que lhes conferiram um caráter simbólico particular, como expressão da presença do poder público. Presença que se tornou ausência a partir de 1944, quando a transferência da Escola Militar para Resende deu início a um período de esvaziamento e decadência da área, também nesses dois sentidos - material e simbólico (VIANA, 2009, p.55).

A “ausência”, do qual nos fala o autor, na realidade, pode ser percebida como apagamento. Isso porque, havia outras formas de memória, mas a hegemonia da legitimidade militar impedia que elas emergissem. Há uma necessidade, portanto, de escavar as memórias dessa população. Pouco se sabe efetivamente sobre as manifestações culturais “civis” existentes nesse período, sobre essas mulheres trabalhadoras. A memória militar segue sendo considerada “legítima” e “nacional” em detrimento da operária, ofuscada, “ausente”.

Recentemente, uma interlocutora, ex-moradora do bairro, lembrou que há mulheres conhecidas que trabalharam na fábrica, estão vivas, lúcidas e poderiam dar seus depoimentos. Essa pesquisa não conseguiu mapear muitos desses agentes e suas histórias, todavia segue na tentativa de conhecer um pouco mais sobre o cotidiano de quem efetivamente viveu Realengo durante o período de pleno funcionamento da Fábrica. Como a extinção da circulação naquele espaço alterou a rotina dos moradores? A sensação de pertencimento em relação ao bairro? Como as perseguições da ditadura afetaram a eclosão de agrupamentos sindicais e operários que visavam as melhorias das condições locais?

É possível apenas imaginar a perda de relatos que a impossibilidade de conhecer as memórias fabris de Realengo gerou para a atualidade. Em parte, tais memórias também permanecem submersas pela degradação material e o desfazimento dos prédios. Preservam-se os quartéis, mas não os espaços fabris? A reflexão que essas perguntas buscam trazer é que, apesar de constituído enquanto um imaginário hegemônico, a presença militar se efetiva de forma dialógica. Ela enseja a permanência de um imaginário militar, mas também havia civis, que trabalhavam nas fábricas cuja memória permanece submersa.

O poder militar decide sobre os desígnios do patrimônio na região, e tal ação não é algo novo. Como observa Davies (2022), a presença militar organiza a ocupação e a presença da memória no bairro:

De Deodoro a Realengo, os militares têm ao longo do tempo produzido seu espaço da cidade seguindo suas próprias concepções e lógicas, conduzidas de modo autoritário a partir de licenças jurídicas excepcionais. Em contrapartida, suas realizações têm limitado significativamente as estratégias de moradores organizados no contexto democrático, que optam por modular suas reivindicações conforme as hierarquias e decoros que constituem a autoridade militar (DAVIES, 2022, p.183).

Dos Santos (2020), em seu trabalho sobre a influência dos militares no processo de urbanização de Realengo, analisa justamente o papel desempenhado pelas Forças Armadas, enquanto agentes diretos da produção do espaço urbano nesse local. Observando a interferência que promovem na construção e organização do bairro desde sua fundação.

É fundamental que durante um longo período, até meados de 1930, as Forças Armadas foram a única intervenção de maior relevância na evolução urbana e também na organização da vida social. Desenvolveu as primeiras políticas de habitação, ainda que pequena se comparada às futuras, e geração de emprego e formação profissional (DOS SANTOS, 2020, p.61).

E continua:

Contudo, não se pode desvincular todas as transformações ocorridas como parte de um plano maior, nem mesmo isentar os militares da responsabilidade de representação do Estado nas primeiras décadas de sua presença (DOS SANTOS, 2020, p.61).

A presença desses edifícios até hoje conforma, com outros símbolos, a memória do bairro. A Escola Militar por exemplo, após anos de funcionamento, foi transferida, em 1944, para o município de Resende/ RJ<sup>14</sup>, passando a ser chamada de Escola Militar de Resende, e, em 1952, sua denominação foi alterada, com a mesma nomeação adotada até hoje: Academia Militar das Agulhas Negras, principal Escola de formação de Oficiais do Exército Brasileiro. A mudança de município deixou uma ferida infra estrutural, já que a escola movimentava o bairro em diversos setores econômicos. Sua saída provocou a diminuição no volume do comércio, na valorização que o governo concedia à região, bem como uma série de sucateamentos infra estruturais que se sucederam à sua retirada. Os investimentos caíram vertiginosamente, em conjunto, alterando sobremaneira a vida cotidiana local. Apesar disso, o Exército nunca se retirou completamente do bairro e os prédios que antes abrigavam a escola hoje funcionam como uma organização militar de comando operacional, a saber: o Comando da 9ª Brigada de Infantaria Motorizada<sup>15</sup>.

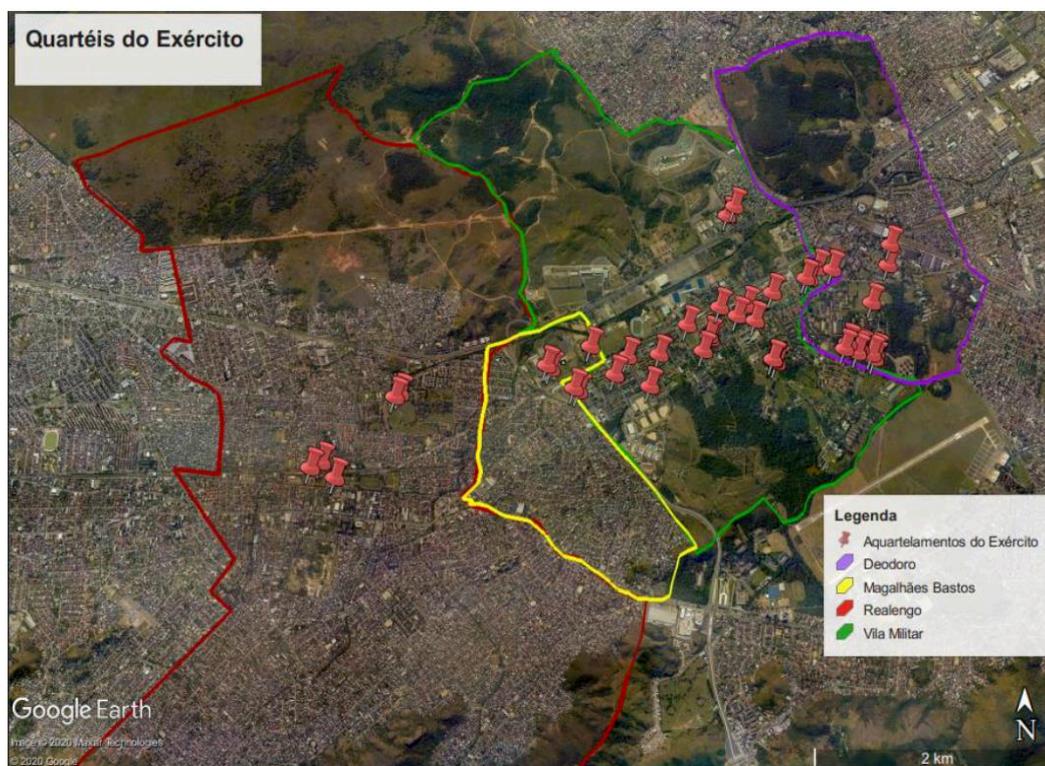
---

<sup>14</sup> “Academia Militar das Agulhas Negras: Forja de líderes”. (2019). Disponível em <http://www.aman.eb.mil.br/historico> Acesso em 10 de abr. 2022

<sup>15</sup> Disponível em: <http://www.9bdainfmtz.eb.mil.br/> Acesso em 10 de abr. 2022.

Segundo Dos Santos (2020, p.60), “toda essa influência permanece não só como um testamento da primeira estrutura urbana, mas também na construção da memória coletiva, à medida que se materializa nas homenagens feitas ao batizar inúmeras ruas com nome de antigos oficiais”. O bairro concentrou verdadeiros polos militares, pois, além dos quartéis, também era necessário que fossem criados conjuntos habitacionais e vilas para os funcionários. Na Figura 6, apresentamos um mapa criado pela autora (DOS SANTOS, 2020, p.57), em que pode se visualizar a distribuição espacial desses edifícios no bairro de Realengo, Realengo, Magalhães Bastos, Vila Militar e Deodoro.

**Figura 6 - Concentração de quartéis do Exército.**



Fonte: Google Earth, 2020.

Por conta dos quartéis ainda em funcionamento, a paisagem do bairro é conformada pela presença de comércios de fornecimento de material aos soldados, além de viaturas blindadas que fazem o patrulhamento das áreas adjacentes a que estão localizados esses edifícios. A Fábrica de Cartuchos e Artífícios de Guerra de Realengo, desativada em 1977<sup>16</sup>, foi transformada, em 2005, na atual sede do Colégio Pedro II. O edifício que foi tombado por

<sup>16</sup> Decreto n° 79.659, de 5 de maio de 1977.

decreto em 1993<sup>17</sup> apesar de atualmente diferenciar-se de seus usos do passado, preserva a estética de quando integrava o conjunto arquitetônico da fábrica.

Como nos advertem Ireland e Lydon (2016), é preciso “entender patrimônio como estrutura material para a acumulação dos afetos”. Compreender “como as pessoas sentem o patrimônio, e o passado através da experiência estética” (p.5). Segundo os autores, os aspectos sensoriais da materialidade e da autenticidade, nos aproximam do entendimento sobre a importância do patrimônio na sustentação das identidades e memória de um grupo. Essas edificações militares, como materialidades representativas de uma visão de mundo dominante, exercem influência na conformação de imaginários. A instalação do Colégio Pedro II, no antigo edifício fabril, parece ser emblemática para a problematização proposta aqui da dualidade que os edifícios militares exercem na conformação de imaginários sobre o bairro: objetos que estabelecem sentidos no decorrer do tempo e das mudanças, mas que repercutem diferentes sentidos conforme seus usos e agências.

A forma arquitetônica do Colégio Pedro II apesar de remeter às construções militares, características da época de sua inauguração, torna-se um exemplo de como edifícios construídos para produzir e abrigar material de guerra podem se tornar espaços plurais, nesse caso sendo usado como um equipamento de ensino e aprendizagem. Ou seja, mantém-se o patrimônio de “pedra e cal”, porém seus usos e significados são transformados a partir da ressonância que o edifício exerce na comunidade local. Cabe nesta reflexão, portanto, a citação de Abreu (2008) sobre como as diferentes estruturas urbanas são influenciadas pelas transformações sociais, tornando possível que novos sentidos se determinem sobre os edifícios:

As formas, entretanto, não têm apenas uma aparência externa, mas também possuem um conteúdo, isto é, realizam uma função. E esta função é determinada exclusivamente pelo período atual de organização social. Formas antigas podem, pois, ser chamadas a realizar funções totalmente distintas daquelas para as quais foram criadas; podem, inclusive, desaparecer, se assim o determinar a dinâmica da organização social (ABREU, 2008, p.582).

Em um bairro cujo investimento do Estado na valorização de espaços públicos ocorre de forma incipiente, a permanência dessa construção em sua forma original, em vez de ovacionar um passado militar de forma ufanista, emite a mensagem que Realengo também deve

---

<sup>17</sup>Lei n° 1.962, de 4 de maio de 1993. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4722991/4121901/106LEI1962FabricaCartuchodoExercito.pdf> Acesso em: 13 de abr. 2022.

ser considerado um bairro com uma história passível de preservação e manutenção por parte do poder público. Como salienta Abreu (2008) a respeito da desigualdade dos investimentos nas diferentes áreas da cidade do Rio de Janeiro, “O estado não pode, pois, ser considerado como entidade superior e neutra. Embora não deva ser conhecido apenas como um mero instrumento político ou como uma instituição estabelecida pelo capital, o Estado expressa, na realidade, seu interesse” (p.581). No presente caso, evidencia seu desinteresse, tendo em vista que a luta da população por escolas técnicas federais na região já existe a cerca de 26 anos<sup>18</sup>, como aponta a página oficial do campus Realengo do IFRJ Instituto Federal do Rio de Janeiro.

É importante salientar, que o IFRJ foi uma das primeiras instituições do tipo a se instalar dentro do perímetro da antiga fábrica de cartuchos (Setor III), que hoje também abriga o Colégio Pedro II (Setor I). O CP II foi inaugurado como fruto dessa reivindicação histórica. O Movimento Pró- Escola Técnica na Zona Oeste, como consta na página oficial da instituição, era uma “associação, que na época reivindicava a doação de uma área de 50 mil m<sup>2</sup> ao exército”, propondo que “a mesma fosse usada para a fundação de uma nova unidade escolar (atualmente *campus*) do tradicional Colégio Pedro II”.

Uma das principais referências sobre a memória de Realengo, é o professor Carlos Wenceslau. Wenceslau frequentemente é o primeiro nome lembrado por diversos moradores ao serem perguntados sobre a que perguntar se desejamos saber sobre a história local. O professor é autor do livro *Realengo, meu bem querer* (WENCESLAU, 2004), uma publicação que objetiva reunir escritos produzidos ao longo de sua carreira, consolidada como educador e importante memorialista da região. Além de ter fundado uma das maiores instituições de ensino superior privado da região, a Universidade Castelo Branco, o professor se envolveu em diversos processos memoriais importantes da região. A Universidade fundada por ele existe até hoje e seu nome, segundo Wenceslau, deve-se àquele que posteriormente se tornou um dos chefes de Estado no período da ditadura militar, por ser, segundo Wenceslau, um amante de Realengo. Essa alusão ao afeto de Castelo Branco com o local se fomentou principalmente no período em que Castelo estudou na Escola Militar do Realengo, de onde saiu elevado a oficial em 1921 e, posteriormente, a chefe do Estado-Maior. Em seu livro Wenceslau nomeia tal período como “*movimento político-militar de 31 de março*” (WENCESLAU, 2004, p.49), mas para efeitos deste trabalho, nomeio tal movimento como golpe político com objetivo de instalar uma ditadura governada por militares.

---

<sup>18</sup>Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/realengo/apresentacao> Acesso em 12 de nov. 2022

Em seu livro, Wenceslau enfatiza as transformações do bairro, desde as fazendas que existiam na região, até o estabelecimento das instalações militares e as infraestruturas necessárias para tal feito. Ressaltando a importância que o bairro teve para o desenvolvimento econômico do país como um todo, por conta de tais instalações e descrevendo algumas das personalidades e seus feitos mais importantes. Uma observação, entretanto, ao me debruçar sobre o livro do professor, é que pouco se comenta, sobre o cotidiano dos trabalhadores das fábricas e as manifestações culturais populares da região. No livro, há menções aos clubes sociais, ao Realengo Futebol Clube, à presença de Jacob do Bandolim na região, também sobre as temporadas do Grupo Guarany, a Banda Brasil-Portugal e o papel importante do Cineteatro Realengo como equipamento cultural. Mas, uma das únicas alusões ao samba, por exemplo, aparece apenas na menção ao CRIR, o Clube Recreativo dos Industriários de Realengo, que o autor descreve como criador de “carnavais inesquecíveis” (2004, p.63). Meu estranhamento se dá principalmente porque Realengo já possuía diversas agremiações como a “Embaixada Escola Amizade”, que desfilava na Praça Onze, com um samba concorrente, já em 1933 (CABRAL, 1996, p. 80). Outras agremiações, como Guarani do Realengo e União do Realengo, também desfilavam nos anos 1950. A proximidade com algumas das maiores atuais Escolas de Samba do Rio de Janeiro, como a Mocidade Independente de Padre Miguel e a Unidos de Padre Miguel também não é mencionada. Diversas manifestações culturais populares como os carnavais dos coretos não aparecem nos registros. Sabe-se por nossos interlocutores que diversos blocos organizados existiam muito antes da fundação das Escolas de Samba existentes na região. É preciso então que se fomente pesquisas dedicadas a escavar essas memórias.

No bairro, constam duas homenagens ao professor: uma rua com seu nome que fica nos entornos do terreno da antiga fábrica de cartuchos e um busto, alocado em uma das regiões mais centrais do bairro, erigido pelo Lions Club e pela universidade que fundou, a Universidade Castelo Branco.

No caso de Realengo, percebe-se que os edifícios militares aparecem como suportes que administram a presença do passado no presente (NORA, 1993) e se tornam eles mesmos, referentes da história. Apesar das transformações infra estruturais que experimentou ao longo dos anos, com a retirada da Escola Militar da região, os monumentos militares seguem sendo reificados enquanto lugares de memória (NORA, 1993). Com a alta concentração de profissionais das mais diferentes patentes vivendo na região, esse imaginário sobre o bairro se torna hegemônico. Segundo Davies (2020, p.260), a influência dos militares no desenvolvimento urbano das cidades muitas vezes passa ao largo da literatura clássica

(DAVIES, 2020, p.261). O que faz com que o tema seja visto inclusive com estranheza nas Ciências Sociais, possibilitando em parte que os comandos militares continuem se aproveitando de privilégios legais e a “falta de controle sobre suas ações” (ibid. p.261) para decidir sobre as “dinâmicas espaciais das cidades brasileiras” (ibid. p.261).

Nessa primeira parte, objetivou-se apresentar as dinâmicas espaciais do bairro tendo em vista seu entrelaçamento com o passado militar, principalmente a partir da presença de seus edifícios, porém há uma outra memória constituída e reivindicada por seus moradores que carece ainda de visibilidade enquanto narrativa constitutiva desse espaço. A carência ou a invisibilização de tais memórias é uma das preocupações que movem esta pesquisa.

Evidenciando que existem movimentos organizados de reivindicação por reconhecimento da importância de figuras do seio popular para a memória de Realengo, destacaremos a iniciativa da professora Martha Nogueira, com a organização do Centro de Memória de Realengo e Padre Miguel (CMRP). Um espaço, construído como forma de evidenciar trajetórias, lutas e a importância histórica de atores sociais diversos para a constituição do bairro.

## 2.2. O Centro de Memória de Realengo e Padre Miguel

Buscando congregiar fatos históricos e abordagens memoriais (LE GOFF, 2003), o Centro de Memória de Realengo e Padre Miguel surgiu com o objetivo de democratizar e ampliar o acesso às principais histórias da região a partir do relato de seus moradores, possibilitando a divulgação de diversos documentos, histórias e registros. A principal personagem nessa empreitada é a professora Martha Nogueira. Martha, é fundadora do Centro de Memória de Realengo, que após alguns anos de fundação passou a agregar também o bairro de Padre Miguel, tendo assim o nome que possui hoje. A iniciativa, pioneira na região, ganhou o apoio de personalidades e pesquisadores, já iniciando pelas presenças em sua inauguração. Um desses personagens ilustres foi o próprio professor Carlos Wenceslau; outra personalidade foi o atual deputado federal Paulo Ramos (Partido Democrático Trabalhista), que possui uma longa relação com o bairro. Na foto abaixo podemos ver Paulo Ramos à direita, e o professor Wenceslau à esquerda com óculos característicos. Essa fotografia, em certo sentido evidencia a “chancela” das principais figuras reconhecidas como portadoras da memória do bairro que o CMRP recebeu já em sua inauguração.

**Figura 7 - Inauguração do CMRP.**



**Fonte:** Acervo CMRP, 2012.

Como já mencionado, a maior parte dos acervos sobre o bairro não se encontra catalogado, ou exposto de forma acessível, sendo a internet muitas vezes a única maneira encontrada para a publicização dessas memórias. O CMRP utiliza principalmente o Facebook. Uma rede social que permite a criação de páginas e comunidade de forma gratuita, que promove a interação entre seus membros e fácil manuseio. Com a ausência de um sítio de internet específico para a catalogação do acervo, o Facebook se torna o principal veículo de armazenamento e difusão dos documentos. Muitas das informações que constam nesta seção foram retiradas de textos e publicações da página do Centro de Memória no Facebook. Outras fontes são reproduções e conversas com interlocutores privilegiados que possuem relação direta com o Centro de Memória desde a sua fundação.

Na descrição da página do CMRP no Facebook podemos encontrar o que consideramos ser o objetivo principal da iniciativa. Nas palavras de seus fundadores, o Centro se propõe a ser “uma artéria que alimenta a produção da História”, pois, “cada vez que as lembranças são reveladas elas fortalecem nossa identidade”<sup>19</sup>. Se nos determos apenas nesta frase podemos perceber a importância de iniciativas populares como o CMRP. A ideia de uma “artéria” demonstra a capilaridade que a memória pode proporcionar para alimentar a história. A História se alimenta da memória e vice-versa, entretanto, tal movimento não se dá sem assimetrias. A valorização de memórias populares, enquanto narrativas pertencentes a uma História oficial, é

---

<sup>19</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/centromrp> Acesso em 13 de fev. 2022

um movimento recente que necessita de iniciativas como a de Martha para que as diferentes versões e referências locais possam emergir.

Como descrito na página oficial do Centro, no Facebook, o objetivo é: “resgatar, preservar e divulgar a memória, as histórias de Realengo, Padre Miguel, dos moradores e de sua ligação com a História do Rio de Janeiro”. Histórias essas, que muitas vezes submersas, não sobrevivem ao fluxo contínuo das mudanças no bairro e à subserviência de um tipo de memória que aparece sendo considerada a única ou a mais “legítima”. Nesse sentido, iniciativas como a do CMRP, tornam-se formas de reunir, publicizar e democratizar o acesso à história do bairro, não apenas a considerada “legítima” a das “figuras ilustres”, mas a de seus moradores.

A importância do Facebook evidencia como atualmente as redes se tornaram fonte de informações e difusoras das histórias locais, mas outras redes, como por exemplo o Youtube, aparecem como fonte de armazenamento e compartilhamento dos relatos dos moradores da região. Foi nas publicações do CMRP do Facebook que foi possível encontrar a história de Cyro Monteiro, conhecido como compositor do “Samba de Realengo”<sup>20</sup>. Uma das únicas informações encontradas sobre Cyro, aparece em um vídeo: “Cyro Monteiro nasceu no Rio de Janeiro, e era sobrinho do grande pianista de samba Nonã, Romualdo Peixoto, conhecido como o "Chopin do samba" além de tio de Cauby Peixoto”. Cyro também teria feito sucesso atuando em programas noturnos ao lado de Carmen Miranda, Noel Rosa, entre outros. Ele é apenas um dos moradores ilustres, figura importante para a cultura brasileira, que tem seu legado silenciado pela falta de espaços dedicados à memória do bairro.

Durante boa parte de sua existência, o Centro de Memória funcionou em uma sala cedida na Escola Municipal Coronel Corsino do Amarante, período em que Martha Nogueira foi diretora e professora da instituição. A fundadora promoveu diversas atividades de educação patrimonial não apenas com os estudantes da Coronel Corsino, mas também de outras escolas públicas e privadas da região com o desejo de interpretar os acontecimentos do passado, produzir novas memórias no presente e estimular o sentido de pertencimento. Infelizmente, depois de exposto muitos anos em uma escola da região, o acervo do CMRP não se encontra disponível para consulta e procura até hoje um novo espaço para sua exibição, segundo informações dos interlocutores, no momento da finalização da pesquisa.

A luta do CMRP se assemelha com a de outros espaços de memória insurgentes. Em diversas postagens do Centro no Facebook vemos que apesar dos esforços de seus integrantes

---

<sup>20</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yldjD3tC1VY> Acesso em 30 de mar. 2022.

na organização de um acervo que pudesse ficar à disposição do público, os problemas infra estruturais e condições de produção de memória tornam mais difíceis que iniciativas como essa permaneçam. Nota-se que a falta de um espaço físico com condições adequadas de armazenamento se torna um entrave. No dia 7 de fevereiro de 2013, o grupo pedia socorro após uma inundação ter destruído parte do acervo. Se mesmo instituições de grande prestígio, como o Museu Nacional<sup>21</sup>, ficaram submetidas a anos de sucateamento infra estrutural, culminando no incêndio que destruiu grande parte de seus acervos, espaços muito menores como o CMRP encontram ainda maiores dificuldades e condições bem mais precárias de arquivamento e visitação.

**Figura 8 - Post na página do Facebook do CMRP após inundação.**



Fonte: Acervo CMRP no Facebook, 2003.

O texto, exibido na figura 8 diz: “Com as chuvas da semana passada, documentos, jornais e livros do centro de memória foram molhados e danificados. Precisamos da ajuda de todos para possuímos um novo local para o centro. As memórias de Realengo e Padre Miguel precisam ser preservadas!”<sup>22</sup>.

Grande parte do legado que o Centro de Memória de Realengo e Padre Miguel oferece para iniciativas, como a desta dissertação, é o de tentar mapear e registrar memórias esquecidas

---

<sup>21</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/jornal-globonews/video/incendio-atinge-o-museu-nacional-no-rio-de-janeiro-6991173.ghtml> Acesso em 13 de jan. 2023.

<sup>22</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/centromrp/photos/a.382054998540690/436126046466918/?type=3> Acesso em 12 de mar. 2022.

do bairro. Esta pesquisa, buscando conhecer as principais manifestações culturais de Realengo, observa que há um passado existente à revelia dos registros oficiais que permanece ainda encoberto pela carência de suportes e instrumentos de valorização da preservação. Uma das dificuldades encontradas durante a pesquisa foi justamente acessar o acervo não disponibilizado na internet, do CMRP. Segundo os interlocutores, o acervo guarda fotografias, jornais de época, e entre outros materiais, uma carta resposta solidária assinada por Gilberto Gil, após a Escola Coronel Corsino ter solicitado uma visita sua em um dos eventos de homenagem ao bairro. Nossa expectativa inicial era buscar nas caixas/arquivos as possibilidades de acessar esse passado que ainda se encontram submerso. Infelizmente, após diversos contatos foi informado que o acervo se encontrava sem espaço físico, ficando assim indisponibilizado para consulta. Tudo que foi possível saber sobre o que guarda o acervo nos chegou por meio de uma das tradições de memória mais antigas, a oralidade. Foi na relação com tais interlocutores privilegiados que várias histórias sobre o bairro e seus habitantes foram narradas. Se, ao estilo do que observa Benjamin (1987), a arte de narrar está em iminente extinção, em grande parte essa pesquisa foi possível pelo compartilhamento dessas experiências e vivências.

A Escola que abrigava o Centro de Memória, mesmo após a saída da Professora Martha, parece continuar engajada em trabalhos pedagógicos que estimulem o conhecimento sobre a história de Realengo e o sentimento de pertencimento. Na página da Escola no Facebook, pode-se ver uma atividade, criada com objetivo de estimular os estudantes a se envolverem com os problemas, mas também com as potencialidades de seu lugar de pertencimento, no contexto do aniversário do bairro. A atividade pedia que os estudantes desenhassem ou escrevessem o que eles dariam de presente para Realengo. Dentre os presentes, estão: a construção de um parque público; limpeza dos rios; um cinema e um teatro; mais praças e mais segurança<sup>23</sup>.

Uma das formas de estimular o cuidado e o engajamento na melhoria das condições de vida parece ser a promoção de ações como essa, em que jovens estudantes se veem como parte de uma trajetória mais ampla e anterior a eles. Produzir conhecimento sobre a região em que se vive, além de fundamental como pedagogia de aprendizagem, ajuda a ampliar o olhar sobre o entorno, podendo auxiliar tanto na produção de dados cidadãos<sup>24</sup>, quanto na reivindicação de

---

<sup>23</sup>“Parabéns, Realengo! Receba "Aquele Abraço" carinhoso de nossa escola! Disponível em: <https://www.facebook.com/coronelcorsinodoamarante/photos/pcb.4490548904371831/4490548644371857> Acesso em 1 abr. 2022

<sup>24</sup> Essa concepção presume uma produção de dados brutos construída por e para pessoas de periferia. Uma das iniciativas que já existe nesse sentido é o *data\_lab*, um laboratório de dados e narrativas, organizado por moradores da favela da Maré (RJ). Disponível em: <https://datalabe.org/dados-sem-cao/> Acesso em 3 de jun. 2022.

políticas públicas para a região. Para isso, os agentes sociais indicam que é preciso que existam espaços de memória que possam efetivamente abrigar tais histórias e preservá-las<sup>25</sup>.

**Figura 9 - Atividade pedagógica na Escola Coronel Corsino.**



Fonte: Facebook, 2021.

A valorização das produções culturais locais, muitas vezes, passa pela patrimonialização de espaços, pela construção de museus e centros de memória (FUNARI, PELLEGRINI, 2009). E, para que isso ocorra são necessárias políticas que considerem a cooperação entre população e poder público na definição sobre o que deve ser exibido enquanto história local como eixo dorsal das ações. Há outras iniciativas de memória na Zona Oeste, como por exemplo, o caso da “Casa Silveirinha”. A casa, não é tombada e aparece como uma das poucas construções que preserva partes da arquitetura original do período de fundação do bairro. Fica bem no centro comercial de Bangu, próxima à Igreja de Santa Cecília, essa sim, um

<sup>25</sup> Um dos exemplos recentes em que a população logrou o feito da construção de um museu a partir de uma iniciativa popular é o episódio do Museu Vivo do São Bento, em Duque de Caxias. Criado como um Ecomuseu de Percurso, foi instituído oficialmente pela reivindicação de Profissionais da Educação caxienses. Segundo consta, a Lei de Criação do Museu Vivo do São Bento surgiu a partir da demanda conjunta de diversas organizações. Hoje parte da história de Caxias pode ser vista e visitada tanto por instituições de ensino quanto pela população em geral, evidenciando a importância que a Educação possui nos processos constitutivos da Memória (OLIVEIRA, 2020).

dos poucos bens tombados da região. Há uma rede de apoiadores que luta para que a casa onde morou Guilherme da Silveira Filho, dono da Fábrica de Tecidos Bangu, se torne um Centro de Memória e Cultura<sup>26</sup>.

Como produzir as condições materiais necessárias para que as memórias populares sejam valorizadas, deixem de ser subterrâneas e sejam finalmente reveladas? Em diversas falas da professora Martha, como, por exemplo, nas diversas menções que fez sobre a questão da importância da Educação Patrimonial, essa dimensão da “revelação” enquanto pilar para o pertencimento, engajamento político e fortalecimento identitário, já aparece. O pertencimento social e o fortalecimento identitário são possíveis devido aos pilares das memórias preservadas na oralidade ou em registros físicos e suas consequentes revelações. Mas com a falta de políticas o CMRP, assim como tantas outras iniciativas nesse sentido, permanece pela força de seus fundadores, incansáveis no levantamento, registro e pesquisa das memórias dos moradores do bairro. Abaixo, abordo mais uma dessas iniciativas de resgate e valorização do sentimento de pertencimento local, que usa alguns dos imaginários do bairro como ensejo na luta por melhorias infra estruturais e investimento público no bairro, o Movimento Parquinho Verde.

### 2.3. O Parquinho Verde

O caso do Movimento Parquinho Verde se interconecta tanto com os imaginários do bairro de Realengo, quanto com os problemas sociais da região e a disputa com a influência militar existente no bairro até hoje não apenas em termos simbólicos, mas também jurídicos. Anexo à uma área próxima à Igreja de Nossa Senhora de Conceição, ficava a calçada que abrigava o “Parquinho Verde”, um espaço no limite externo do terreno da antiga Fábrica de Cartuchos do Realengo. Como mencionado anteriormente, a Fábrica segue desativada há mais de 40 anos e os diversos usos que o encerramento de suas atividades provocou, envolveu o terreno em grandes controvérsias. Na última década após diversos processos de permuta, o terreno foi destinado para a construção de habitações para militares reservistas, através do Fundo de Poupança do Exército, a FHE-POUPEX.

O extenso terreno de 142.000m<sup>2</sup> preserva ruínas das edificações originais da antiga Fábrica e vem sofrendo grande degradação, desde que a Companhia responsável pelo serviço

---

<sup>26</sup> Movimento Pró-Casa Silverinha. Disponível em: <https://www.instagram.com/casasilveirinha/> Acesso em 2 de jun. 2022.

de água da região, a Zona Oeste Mais Saneamento, utilizou-se de seu espaço ocioso para guardar materiais de construção no espaço. Os prédios previstos pela POUPEX nunca foram construídos e a extensa área verde e cobertura vegetal que o cobria foi aos poucos cedendo à degradação da entrada e saída de caminhões da Zona Oeste Mais. Na Figura 10, podemos ver um conjunto de imagens de satélites publicadas na Agenda Realengo 2030. Aparecem as coberturas vegetais do terreno nos anos de 2010, 2018 e 2020, após os usos indiscriminados do espaço por parte do poder público.

**Figura 10 - Cobertura vegetal no terreno da antiga Fábrica de Cartuchos.**



**Fonte:** Agenda Realengo 2030, 2022.

Iniciamos contando a história desse terreno porque ele se torna um sujeito importante de entrelaçamento das diversas das discussões que norteiam a presente análise. O Movimento Parquinho Verde e o espaço que se chamava Ocupação Parquinho Verde, ambos possuem estreita relação com essa reivindicação que já existe há muitos anos. Parte dos moradores deseja que essa área se transforme em um Parque Ecológico Urbano Verde de livre uso para toda a população<sup>27</sup>. O Parquinho Verde, criado em 2020, se tornou então um movimento de moradores que preocupados com questões de segurança e dignidade socioambiental na área decidiram ocupar a calçada lateral da antiga Fábrica. O espaço há muito gerava insatisfação por conta dos frequentes despejos ilegais, servindo como lixão a céu aberto. O movimento funda a Ocupação Parquinho Verde, buscando também levantar questões sobre os (não) usos do terreno da

<sup>27</sup>“Movimento 100% só parque de Realengo verde”. Disponível em: <https://www.instagram.com/parquederealengo/> Acesso em 12 de jun. 2022

fábrica<sup>28</sup>. Essa calçada, antes lixão, foi limpa, cuidada e ocupada por esses moradores - ativistas que durante quase três anos produziam eventos culturais nesse espaço, antes abandonado.

Plantaram diversas espécies de hortaliças, árvores frutíferas, plantas que remetiam “às de casas de vó”. Uma memória tátil e olfativa que vêm se perdendo pela carência de espaços de jardim em edifícios residenciais. Boldo, ora-pro-nóbis, saião, taioba, plantas que fazem parte da lembrança de um Rio de Janeiro onde é possível ter “quintais”. Além de pés de alecrim, manjerição, entre outras ervas à disposição de qualquer pessoa que passasse por ali. Tudo plantado, nutrido e mantido pelos moradores do entorno. Nos detemos brevemente nas plantas, pois há de se considerá-las também como uma inscrição de memória. Ao pensar santa maria, erva cidreira, capim limão remete-se ao quintal, ao lugar do familiar. Onde estarão no futuro os pés de jamelão, abacate e jabuticaba? Para esse grupo, poderiam estar na rua, no espaço público servindo às novas gerações.

O Movimento Parquinho Verde, além das atividades culturais pontuais, construiu diversas infraestruturas de convivência como uma churrasqueira, um palco para as atividades artísticas, um campo de futebol, além de composteira e uma horta comunitárias, tudo pensado e construído a partir do engajamento dos moradores<sup>29</sup> e iniciativas de financiamento coletivo. Todas as áreas eram de uso livre, público. Nos referimos a elas no passado porque várias dessas estruturas não existem mais. No tempo de escrita desta dissertação, o atual prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, decretou enfim a construção do parque reivindicado pelos moradores a tantos anos, no entanto, o processo de início das obras culminou na retirada de todos esses mobiliários urbanos construídos pelo Movimento no espaço da Ocupação Parquinho Verde. Buscamos produzir um registro do presente, das lutas que originam políticas públicas para que nunca nos esqueçamos delas.

Arelada à dimensão do registro institucional, a memória que repousa nos rituais e nos fios invisíveis possui sua legitimidade estabelecida cotidianamente também através da experiência vivida, de mãos dadas com as mudanças e descobertas de fatos históricos. Afinal, a memória é um processo dinâmico que produz consciência, subjetividade e formas de imaginar o futuro. É através da multiplicação, bricolagem e reconfiguração que imagens são refeitas,

---

<sup>28</sup> Cabe ressaltar que os integrantes desse movimento em diversos momentos se referiam ao Parque Realengo como “parcão” para que fosse possível diferenciá-lo do lugar de ocupação do “parquinho”, a calçada lateral da fábrica, do qual falaremos mais adiante.

<sup>29</sup> “Ocupação socioambiental e artística da lateral da antiga Fábrica de Cartuchos de Realengo”. Disponível em: <https://www.instagram.com/parquinhoverde/> Acesso em 20 de abr. 2022

reconstruídas e se transformam em um importante recurso de reparação. Um rearranjo das imagens que culmina num rearranjo do social. O dinamismo da memória reside justamente no seu entrelaçamento com a temporalidade. O presente é o passado do futuro. Nesse sentido, cabe nos determos em eventos recentes tendo em vista que a possibilidade de seu registro no agora, permite que em outros momentos essas experiências possam ser contadas por quem as experienciou. Na foto abaixo, vemos à esquerda o muro do terreno da fábrica, a extensão da calçada em que antes ficava o espaço da Ocupação Parquinho Verde, à direita, os tapumes que agora delimitam a nova fronteira do terreno onde está sendo construído o Parque de Realengo Jornalista Susana Napolini<sup>30</sup>.

**Figura 11 - Tapumes colocados na área onde ficava a antiga Ocupação Parquinho Verde.**



**Fonte:** Movimento Parquinho Verde, 2022.

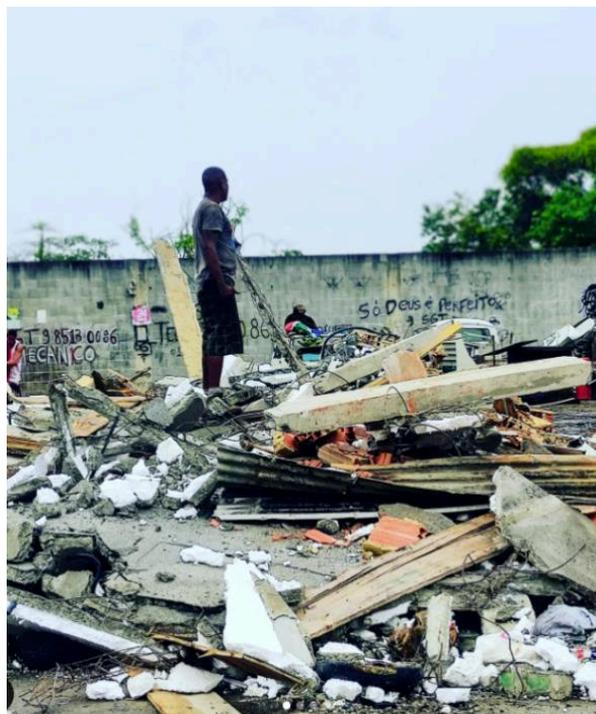
A inauguração das obras, em setembro de 2022, não por coincidência em um período pré-eleitoral, culminou não apenas na retirada dos mobiliários, mas também de mais de 30 comércios do entorno. A comunidade do Ideal foi avisada em novembro que teriam alguns meses para a retirada de seus equipamentos e utensílios de trabalho do local adjacente ao parque, porém, em dezembro desse mesmo ano, os comércios da comunidade do Ideal foram inteiramente derrubados. Tais remoções ocorreram, mesmo após a mobilização dos comerciantes, moradores e do relato público de uma das arquitetas da equipe da Ecomimesis,

---

<sup>30</sup> O nome, escolhido após a morte precoce por um câncer da jornalista Susana Napolini. Alguns integrantes do Movimento Parque de Realengo Verde, reivindicam que a jornalista não tinha relação com o bairro e se mostram insatisfeitos com a escolha do nome, realizado sem consulta pública. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CkONbTlOKSk/> Acesso em 15 de jan. 2023.

responsável pelo projeto do parque, sobre a possibilidade de faseamento da obra que evitariam esses transtornos. Uma das argumentações da arquiteta era justamente que o faseamento incluía a retirada desses comerciantes em uma etapa posterior do projeto e não no início. Segundo ela, se feito dessa forma se resolveriam os impasses pois em um breve período posterior os comerciantes seriam alocados dentro do parque, o que segundo ela, consta no projeto entregue à prefeitura<sup>31</sup>. Apesar dos esforços, a prefeitura, através da Fundação Parques e Jardins, decidiu, poucos dias antes do Natal, arbitrariamente remover todas as lojas e casas construídas ali, deixando mais de 100 pessoas diretamente afetadas e sem nenhuma contrapartida social, seja um auxílio que cubra suas despesas, já que a principal fonte de renda dessas famílias havia sido destruída, seja a possibilidade de realocação de suas lojas em um período próximo.

**Figura 12 - Remoção da Comunidade do Ideal.**



**Fonte:** Vandrê Nascimento, 2022.

Em recente reunião com os moradores, em janeiro de 2023, a prefeitura alegou que será construída dentro do parque uma área destinada a tais comércios, entretanto, tendo a obra sua entrega prevista para 2024, não ficou acertado com a comunidade se eles seriam realocados durante esse período, receberiam qualquer auxílio, além de não ter sido feita nenhuma espécie

---

<sup>31</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/ClmWhr4pWC1/> Acesso em 31 de nov. 2022.

de cadastro desses comerciantes que facilite sua realocação num período próximo ou após a inauguração do Parque Susana Napolini. Na Figura 12, feita no dia das remoções, vemos ao fundo o muro da antiga fábrica onde será construído o Parque e, na frente, um dos comerciantes que perdeu sua loja tentando resgatar sucatas para vender nos ferros velhos da região. No muro, a frase “Só Deus é perfeito” estabelece uma irônica relação com os escombros, nos pés do morador.

A Ocupação Parquinho Verde durou cerca de 3 anos, tendo um papel fundamental principalmente durante o período da pandemia da Covid-19. Isso porque com a necessidade de isolamento social e a priorização de áreas livres para atividades, foi constatada a carência delas, na região. Construindo por iniciativa própria, aquilo que o poder público e militar se recusava a enxergar como necessidade, os moradores, decidiram ocupar o espaço ocioso, usando como lixão, para melhorar a qualidade de vida na região. Da Ocupação Parquinho Verde e dos equipamentos, objetos de uso público, que foram construídos ficaram agora apenas escombros e tapumes. As Figuras 13 e 14 são do período em que as aulas do Curso de Políticas Públicas que participei, promovido pela Organização Casa Fluminense (RJ), ocorreram. A churrasqueira, o palco e algumas esculturas mostradas não existem mais.

**Figura 13 - Churrasqueira construída na Ocupação Parquinho Verde.**



**Fonte:** Bruno Araújo, 2022.

Na Figura 14 (abaixo), no fundo à esquerda, pode-se ver a parede branca dos muros da antiga fábrica, à direita, ao fundo, os prédios do condomínio Parque Real, terreno que antes compunha o setor II do complexo fabril. A Ocupação, instalada às margens da Rua General Raposo, resistiu autonomamente e se mostra um importante monumento de resistência à desvalorização da memória da região e à especulação imobiliária. Trata-se de um dos exemplos

sobre como iniciativas populares são criadas, mas não permanecem por conta das frequentes interrupções a que estão submetidas, muitas vezes sob o argumento de ordem pública e da chegada do “progresso”.

**Figura 14 - Aula do Curso de Políticas Públicas.**



Fonte: Bruno Araújo, 2022.

Uma das esculturas que resistiu à destruição conseguiu ser retirada a tempo pelo grupo e permanece sem novo espaço. São as esculturas sonoras da obra nomeada como “Chumbo Trocado”. As quatro esculturas brincáveis, idealizadas por Vânia, Vanielle e Vandré Nascimento, familiares e fundadores do Grupo Lata Doida<sup>32</sup>, compunham o Parquinho Verde e foram projetadas em consonância com os imaginários do bairro. Na esquerda, a montanha de pneus forma um brinquedo escalável que representa o Maciço da Pedra Branca, ao seu lado direito, há um trem, também feito de sucata, que funciona como “casinha” para as crianças, remetendo ao passado/presente férreo da Estação de Realengo. Mais à direita, o canhão, uma alusão à conhecida “Praça do Canhão”, que segundo seu construtor, seria uma arma artística. O “Chumbo Trocado”, portanto, se deve ao fato de, se de um canhão de verdade saem tiros, desse, sairia música<sup>33</sup>. A escultura sonora funcionava por meio de uma estrutura construída com tubos de PVC e garrafas pet, onde cada usuário podia usar seus chinelos como baquetas. Toda a metodologia de construção e execução das obras é de autoria dos integrantes do Lata Doida. No canto direito a pilha de pneus, escultura que representa a Serra do Gericinó.

---

<sup>32</sup> Grupo Cultural Lata Doida. Além de uma banda, o grupo atuante em Realengo há mais de dez anos possui entre algumas de suas propostas unir arte e sustentabilidade, inclusive através da reciclagem de resíduos que se transformam em instrumentos musicais. Disponível em: <https://www.instagram.com/latadoida/> Acesso em 11 ago. 2022.

<sup>33</sup> O vídeo-performance “Chumbo Trocado” onde podemos ver as quatro esculturas em ação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KmbtYEBZ9pM> Acesso em 31 de jan. 2022.

**Figura 15 - Escultura “Chumbo Trocado”.**



**Fonte:** Youtube Lata Doida, 2022.

Diversos coletivos da região reivindicavam há quase vinte anos que fossem iniciadas as obras desse parque dentro do perímetro da antiga fábrica. Essa proposta também foi incluída nas outras trinta que fazem parte da Agenda Realengo 2030 (2022), o documento ficou disponível ao público em maio de 2022. Criado coletivamente pelos alunos do curso de políticas públicas de Realengo, a Agenda Realengo 2030 se tornou um instrumento de reivindicação, um documento, cujo planejamento e execução participei ativamente.

Uma das reivindicações dos integrantes da Agenda, ainda no âmbito da construção do parque, sugere que parte das ruínas existentes no perímetro do terreno sejam preservadas, e construa-se um espaço de fomento à cultura e à divulgação do patrimônio e memória da região. Inclui-se na reivindicação um espaço para pesquisa e visitação do acervo do Centro de Memória de Realengo e Padre Miguel, abordado anteriormente.

**Figura 16 - Ruínas da Fábrica de Cartuchos.**



**Fonte:** Autoria Própria, 2022.

As imagens acima, mostram as ruínas presentes no terreno da antiga fábrica e foram feitas em uma das poucas ocasiões em que o terreno foi aberto à população, na inauguração das obras do projeto. No dia 03/09/2022, o prefeito Eduardo Paes, compareceu ao bairro e o terreno foi aberto temporariamente. O Movimento Parque de Realengo Verde, moradores e diversas lideranças políticas compareceram. Os integrantes do Movimento PRV, demandando uma maior participação social na elaboração do projeto do Parque, exibiram faixas como forma de protesto, entre elas uma na qual se lê: “Queremos parque em 100% do terreno”<sup>34</sup>. Essa é uma antiga disputa entre os ativistas da região e as forças militares, tema que merece ser abordado com mais profundidade.

**Figura 17 - Protesto do Movimento 100% Parque Realengo Verde.**



**Fonte:** Instagram Parquinho Verde, 2022.

O espaço disponibilizado para a construção do Parque por ser parte da área da antiga Fábrica permanece um terreno da autarquia federal que, como dito anteriormente, no plano original, após o encerramento das atividades fabris, seria destinado à construção de prédios, apartamentos cujas unidades seriam vendidas e o dinheiro destinado à FHE, a Fundação Habitacional do Exército, através da POUPEX, uma associação de Poupança e Empréstimos específica para a militares. Entretanto, o projeto dos prédios nunca se concretizou e o terreno, abandonado, passou a ser reivindicado pela população por seu potencial de área verde e posição estratégica, situado em uma área central do bairro.

---

<sup>34</sup> Disponível em: [https://www.instagram.com/p/CiNP\\_z\\_LpB4/](https://www.instagram.com/p/CiNP_z_LpB4/) Acesso em 31 de jan. 2023

**Figura 18 - Placa Poupex - FHE exposta na entrada do terreno do futuro Parque Realengo.**



Fonte: A autoria própria, 2022.

Uma das edificações que conseguiu ser construída dentro do perímetro do terreno foi o Campus-Realengo, do Instituto Federal do Rio de Janeiro, mencionado anteriormente como fruto de muita luta do Movimento Pró-Escola Técnica da Zona Oeste. Nas imagens do projeto do futuro Parque, divulgado pela prefeitura, podemos ver as construções do IFRJ no quadrante esquerdo superior.

**Figura 19 - Projeto do Parque Susana Naspolini.**



Fonte: Ecomimesis<sup>35</sup>, 2022.

<sup>35</sup> A “Ecomimesis” foi o escritório de Arquitetura contratado para o desenho do projeto de parque para Realengo.

A área que atualmente será destinada à construção do Parque aparece como a construção em L, e no quadrante inferior esquerdo, um grande quadrado que segue destinado à construção de prédios. A área destinada ao Parque atualmente cobre cerca de 72.000m<sup>2</sup>, dos 142.000m<sup>2</sup> totais do terreno. Diversas falas do prefeito Eduardo Paes no dia da inauguração indicam, que foi necessária tal “barganha” para que o início das obras acontecesse: renunciar à parte da área destinado aos prédios, para o Exército.

Como evidenciado, os militares possuem um papel ímpar enquanto organizadores do urbanismo. Disputas como essa evidenciam o poder que as Forças Armadas possuem não apenas como força de segurança, mas como sujeito estruturante configurações do espaço urbano.

A forma de urbanismo militar, tal como seu agente, é desse modo autoritária ao desprezar formas de controle institucional e se fazer por medidas excepcionais vertida ao benefício de seus próprios realizadores. No limite com a vida civil das cidades, a produção do espaço sob essa lógica produz tensionamentos que colocam em risco a própria possibilidade de disputa política, abrindo nenhuma margem para outras intervenções e alternativas de realização. As razões e os impactos do urbanismo militar são muitos [...]. (DAVIES, 2020, p. 262).

Essa falta de margem de negociação, que menciona Davies, também se revela na dificuldade de acesso a informações acerca dos possíveis usos futuros do lugar, visando o freio das forças de especulação imobiliária que ali atuam. Tais condutas se mostram fundantes na maneira como se organiza o espaço no caso do bairro de Realengo e seu entorno.

Na negociação de terrenos públicos, o urbanismo militar conduzido por comandos da corporação tem se realizado com “autonomia” nas últimas décadas, a partir de preceitos jurídicos *sui generis* que sobrevivem na sobreposição às normas do novo ordenamento jurídico. Para tanto, além das “gambiarras jurídicas”, os comandos militares têm lidado com essas práticas através da ausência ou insuficiência de divulgação de informações a respeito dos terrenos e das transações que realizam, quando se realizam. Entraves às interações com o movimento local de Realengo são reveladores das condutas unilaterais desses generais e dos modos autoritários com que escolhem lidar com os moradores, civis, seus concidadãos (DAVIES, 2020, p.261).

Os Movimentos que integram a luta pelo Parque de Realengo em toda extensão da área do terreno, continuam engajados na melhoria do bairro e na possibilidade de intervir no projeto do parque. Buscando apresentar aos moradores diferentes formas de participação social para que esse equipamento de lazer tenha as características desejadas e sonhadas por quem vive no bairro, e não apenas por especialistas e construtoras que desconhecem as peculiaridades da região.

Consideradas muitas vezes “fora” do eixo oficial, as narrativas constitutivas de bairros periféricos demandam um trabalho constante de resgate e de estratégias de transmissão para que não caiam novamente no esquecimento. Em parte, há um desejo desta pesquisa de encontrar esses registros iconográficos, as imagens, as materialidades, daquilo que emerge apenas em conversas informais. Congregar fotografias, recortes de jornais, e outros impressos, é um procedimento importante para analisar o poder das imagens na construção dos imaginários, estabelecendo conexões que desenvolvam novos presentes a partir da ligação com o passado.

### 3. INSCRIÇÕES NO ESPAÇO URBANO: DESCONTINUIDADES E PERMANÊNCIAS

Nesse capítulo nos dedicamos a analisar como a materialidade opera no espaço e o poder que as "coisas" têm na construção de significados. Observar o espaço a partir da noção das materialidades é perceber a influência que as *coisas*, sejam elas edifícios, montanhas, monumentos etc. ensejam na percepção humana, entender “como as coisas importam” (MEYER, 2019). Usamos o termo “coisas” no sentido empregado por Hodder (2012), um termo que abrange a diversidade de elementos concretos. A materialidade aqui é entendida como ponto de partida para a relação com os humanos. As coisas fazem (INGOLD, 2015; GOMES, MARTINS, 2017). É sobre analisar o que elas fazem, fazer. Trazer as “coisas” para o centro do debate é acrescentar a elas a capacidade de agência. Neste capítulo, ao pensar a linha férrea, a estação de Realengo ou a Praça Anjos da Paz, observamos a importância que as inscrições exercem na constituição da memória, intermediando pessoas, sentimentos, sentidos, temporalidades e imaginários.

Abaixo, um exemplo de inscrição. O monumento “Bem-vindo a Realengo”, instalado em colunas de mármore pela Loja Maçônica do bairro, posicionado em uma das principais vias de acesso ao bairro com interferências de pixo. Ao pensar monumentos, patrimônios, inscrições e estratégias de edificação não se pode esquecer sobre o constante movimento da vida cidadina.

**Figura 20 - Monumento Bem-vindo a Realengo.**



**Fonte:** Autoria própria, 2022

Inscrições, monumentos, memoriais, linhas férreas apresentam trajetórias, memórias e ressonâncias, e apesar de aparentemente estáticos, são agentes dinâmicos no espaço. Quando novos sujeitos de direitos (ABREU, 2015), novos corpos, decidem disputar as possibilidades de registro de si no espaço público, esse processo vem permeado pelas desigualdades infra estruturais e existenciais que os atravessam. Perguntar por que um monumento é feito de bronze ou de tinta spray, de mármore ou de ferro; se ele está num lugar de destaque ou escondido; se é considerado relevante, conhecido, ou não, são reflexões que valem um aprofundamento posterior. Para além da forma, existem diferentes imaginários e regimes de valor produzidos, que podem ser criados ou recriados por meio de materialidades.

Segundo Tim Ingold (2000, 2012, 2015) as “coisas” fazem parte do ambiente não apenas fomentando relações, elas *são* relações. O autor define “coisa”, a partir da diferenciação com a noção de “objeto”. Segundo Ingold, “o objeto coloca-se diante de nós como um fato consumado, oferecendo para nossa inspeção suas superfícies externas e congeladas [...]. A coisa, por sua vez, é um “acontecer”, ou melhor, um lugar onde vários acontecimentos se entrelaçam” (INGOLD, 2012, p.84). Essa noção de que as coisas exercem um papel fundamental nas relações sociais foi tão importante para os estudos antropológicos que passou a ser conhecida como “virada material”.

A virada material não é uma discussão inteiramente nova por considerar o papel e a agência das coisas, mas é nova por questionar as epistemologias hegemônicas que tratam todas as coisas sempre como objetos, passivos e representacionais em oposição aos sujeitos, ativos e sempre humanos. Essa é, na verdade, uma concepção particular entre muitas, e essa é a herança do novo materialismo [...] (SOUZA, 2022, p. 244).

As coisas constroem nossas percepções. O ambiente em que vivemos é formado pelas coisas que nos rodeiam, pelos laços afetivos que estabelecemos com elas, esse grande entrelaçamento entre experiência, matéria e paisagem. É a partir do campo de estudos das materialidades (APPADURAI, 2008; KOPYTOFF, 2008; MILLER, 2013; GONÇALVES, 2002); SAHLINS, 2022; LATOUR, 2012) que serão analisadas as inscrições apresentadas aqui.

Um exemplo da importância da materialidade nas relações pode ser encontrada no artigo de Fábio Araújo (2022) que observa as peculiaridades de usos e ocupações no bairro de Bangu. Ao pensarmos em Bangu, frequentemente os principais marcos de memória (HALBWACHS, 2004) indicam: um bairro operário, por conta da Fábrica de Tecidos que no passado foi uma das maiores exportadoras desse produto no mundo, e o bairro do presídio. O autor considera o efeito que tais edificações promovem nos modos de circulação, autoestima e percepção dos moradores.

Cada um desses objetos técnicos - fábrica, conjunto habitacional, complexo prisional, aterro sanitário - atribui valor moral ao território e às pessoas, imprime usos, ritmos e intensidades, orienta e determina a circulação, a distribuição e a regulação de modos de morar e habitar a cidade, produzindo territorialidades urbanas. [...] Novos pedaços, lugares, quebradas, vão surgindo e permanentemente redefinindo fronteiras, redesenhando os mapas administrativos, mentais e políticos da região, além de demarcar espaços e circulações (ARAÚJO, 2022, p. 99).

Monumentos, edifícios, outros equipamentos urbanos, podem atribuir valor positivo ou depreciativo a uma região. A presença de prisões, por exemplo, deprecia uma região, por conta da estigmatização e os riscos relacionados a tudo que envolve o setor. Da mesma forma, a presença de “lixões” produz desqualificação. Ambos são exemplos das tensões sociais quanto ao par pureza versus perigo (DOUGLAS, 1991). Essa forma de criar a cidade, analisar em que parte das regiões em que são instalados determinados objetos técnicos, também pode ser entendida através do conceito de “regiões morais” (PARK, 1967), esses pedaços que vão redefinindo fronteiras, em localidades apartadas das/pelas cidades.

O complexo penitenciário, existente nas proximidades da Vila Kennedy e Gericinó, vem transformando completamente os modos de ocupação nesse local, desde a sua instalação. Pensar o espaço, como nos adverte Santos (2002), equivale refletir sobre a presença da geografia física, bem como sobre as relações que os elementos presentes na paisagem ensejam para a constituição da nossa noção de espaço. Um espaço é constituído por formas de organização social para além das barreiras físicas ou dos elementos naturais da paisagem (SCHAMA, 1996). Nesse sentido, a noção de espaço, aparece imbricada a de cultura, não sendo possível, portanto, conceber o espaço sem abordar seus usos, seus elementos naturais ou fabricados e como isso afeta o desenvolvimento local.

Observar como as *coisas* influenciam processos mnemônicos traz à tona a dinâmica das diferentes práticas e usos da memória social entre populações subalternizadas, como formas de evocar as assimetrias existentes no que se refere ao direito à memória. Em seu trabalho “Arquitetos da memória”, Márcia Chuva (2009) coloca em evidência que a invenção da ideia de patrimônio no Brasil está intimamente ligada às estratégias do Estado brasileiro em conceber uma ideia de nação, da construção de sentimentos de pertencimento a uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2008). Ao abordar principalmente o movimento de patrimonialização nas décadas de 30 e 40, a autora demonstra que o patrimônio é uma invenção, a materialização no espaço de uma história considerada “nacional” (CHUVA, 2009, p.30) podendo servir aos mais diversos interesses dependendo de quem tem o poder de construí-lo de forma considerada “legítima”.

A patrimonialização é a imposição de valores civilizatórios, estéticos e morais (CHUVA, 2009, p.31), sendo assim, investigar as representações que se tornaram hegemônicas nesse processo inventivo da categoria patrimônio, da instalação de monumentos por parte do Estado, inclui também observar o que é considerado dissidente, insurgente. Entendendo que essa categoria está intimamente ligada a um valor atribuído pelo tempo, algo que hoje é considerado dissidente, amanhã pode ser considerado hegemônico, e vice-versa. Embora não seja uma alternância recorrente, diante das estruturas sociais historicamente consolidadas, pelas elites, inscrições consideradas subterrâneas (POLLAK, 1989) ou invisibilizadas, podem emergir, visto que estão invisibilizadas, mas não desaparecidas.

Nesse sentido, ao observar certos monumentos do bairro, analisa-se a materialidade que sobrevive e como problematizar o processo de construção da percepção sobre o espaço e os suportes de memória existentes, ao caminhar por um bairro permeado por desiguais condições no Direito à Cidade e Direito à Memória, são alguns dos objetivos propostos por esse capítulo. No campo da memória, desde a obra seminal de Halbwachs (1990), passando por Nora (1993), entre outros percebe-se que a conexão entre percepção e materialidade está explícita, se tratando de duas faces de um mesmo processo mnemônico (MERLEAU – PONTY, 1999). Logo, pensar as coisas, o que as coisas fazem, fazer, é perceber as relações que ensejam, o espaço que delimitam e a presença ou ausência de estigmas e imaginários hegemônicos evocados por elas.

### 3.1. A presença da linha férrea

Um dos grandes objetos técnicos concretos de Realengo é a estação de trem. Ancorada na Zona militar do bairro, difere de outras da região pela ausência de comércios ao redor. Ao contrário do que usualmente se dá ao redor das estações de trem que funcionam como marcos de centralidade, essa estação nasce junto com os quartéis e fábricas da região. Ao seu redor é possível ver de um lado o Campo de Marte (praça do canhão), os quartéis, um grande mercado atacadista, as atuais instalações do Colégio Pedro II, antigo Setor I da Fábrica de cartuchos. E de outro, a Unidade de Pronto Atendimento de Saúde da prefeitura, o Espaço Cultural Arlindo Cruz e reminiscências dos espaços dos quartéis.

Um objeto fundante na história do bairro que além de infraestrutura material ganha vida nos modos de narrar, como elemento simbólico. Seja por quem usa como meio de transporte para as diferentes zonas da cidade: central, norte e oeste. Para quem apenas utiliza aos fins de semana para acessar lugares de lazer como a Quinta da Boa Vista e o Parque Madureira. Seja

como o meio de transporte em que o “calote” na passagem, é prática social fundante, concebendo inclusive buracos abertos nos muros da passagem dos trilhos e a presença de anteparos que funcionam como escadas para se driblar o preço exorbitante dos transportes. A conformação da identidade do bairro passa pela compreensão do papel da estação de trem como marcador urbano de Realengo e as múltiplas interações que enseja como elemento do/no espaço.

**Figura 21 - Placa da estação Realengo indicando as duas direções do ramal Santa Cruz.**



Fonte: Autoria própria, 2022.

A presença da estação faz com que sejam abertas vias ligando-a a diferentes pontos do bairro e se congregam em seu entorno diferentes serviços e equipamentos (DOS SANTOS, 2020, p. 28). A linha férrea existe não apenas enquanto modalidade de transporte, mas possui um aspecto urbanístico gerador de um tipo de movimentação e organização dentro dos bairros marcados por ela. Isto é, a presença de tais infraestruturas urbanas “corta” e divide o bairro, inclusive nos aspectos subjetivos como já nos apontava Gilberto Velho (1973). Frequentemente, em Realengo, os moradores se situam topologicamente como pertencentes a “um lado” ou a “outro” lado. Em que um lado pode ser considerado mais “moderno”, mais “desenvolvido”, e o “outro”, mais desordenado. É possível introjetar diferentes características de ser morador de Realengo simplesmente por morar de “um lado” ou “outro” dos trilhos. Com a construção da linha férrea e da pré-existente Estrada Real, passa a ser dividido em dois, senão, mais, lados.

Realengo é um bairro que além das infraestruturas materiais fabricadas, possui aspectos naturais relevantes. Um bairro que já nasce como um vale entre dois maciços. O Maciço da Pedra Branca, a Serra do Mendanha e do Gericinó criam um contorno natural da colocando o bairro em seu interior. Topologicamente há o “entrave” desses dois grandes relevos que criam barreiras naturais à expansão do bairro. O maciço da Pedra Branca, pela diversidade como floresta urbana se tornou área de preservação ambiental. Essa divisão de maciços, estradas e linha férrea cria regiões que podem ser consideradas periferias, dentro da periferia, pois marcam de forma relevante as outras subáreas do bairro. O “lado de lá”, por exemplo, sendo a parte que se espreme entre a linha do trem e a Avenida Brasil, uma das principais vias da cidade do Rio de Janeiro, possuindo cerca de 60 km de extensão possui áreas como o Batan e Vila Vintém que frequentemente aparecem como zonas violentas do bairro. A proximidade com a Avenida Brasil, além de outros lugares considerados violentos estigmatiza quem mora ali. “Do outro lado”, os bairros mais próximos ao maciço da Pedra Branca, há também as áreas mais distantes da estação e mais próximas aos maciços. Podemos mencionar a Cohab, Jardim Novo e Barata, que diferentemente da área que se estende pelas margens da Avenida Santa Cruz, possuem menos ofertas de serviços e são com frequência considerados mais “violentos”.

A influência desses marcadores nos modos de habitar Realengo, pode ser notada no poema da professora Martha Nogueira, “*Do mesmo lado*”. Martha aborda essa particularidade e evidencia tal divisão a partir das duas estradas que atravessam o bairro, cada uma de um dos lados da linha férrea. A Avenida Santa Cruz “do lado de cá” e a Estrada da Água Branca “do lado de lá”:

Realengo, nos seus 191 anos/ Como todo bairro/ Teve e tem seus altos e baixos/ Seus amores e suas dores/ E muitas histórias dos seus dois lados/ De um, a Avenida Santa Cruz e do outro/ A Estrada da Água Branca. / O tempo passou e só a um lado privilegiou/ Em vários setores se desenvolveu/ E, o outro lado, o governo esqueceu

E continua:

[...] Não importa se vamos à Praça dos Cadetes ou à do Canhão. / Se vamos à Paróquia São José Operário ou à Nossa Senhora da Conceição/ Se vamos jogar bola no Campo do Cruzeiro ou no de Equitação/ Se dançamos no CRIR, na Mútua ou no Grêmio a nossa dança de Salão./ Temos o direito de ir e vir, principalmente em nosso/ próprio bairro, que as autoridades competentes, entendam que somos/ todos moradores de Realengo, somos todos brasileiros e estamos/ todos/ Do mesmo lado!

O poema de Martha expressa a influência dessa construção no imaginário do morador suburbano. Segundo Guimarães e Davies:

A ideia de subúrbio carioca [...] costuma ser utilizada nos produtos acadêmicos para delimitar um território bastante consensual, que faz referência ao conjunto de bairros da cidade do Rio de Janeiro atravessados pelas linhas de trem e simbolicamente distantes do que seria o “centro”, sendo recorrentemente indexados à pobreza, à subalternidade e às classes populares (GUIMARÃES, DAVIES, 2018, p.457).

Ter uma estação de trem no seu bairro indica um certo tipo de dinâmica urbanística, que aparece em contorno a ideia de subúrbio. Como nos aponta Fernandes (2011, p.120), tanto a Zona Oeste quanto a Baixada Fluminense possuem interferência direta do transporte ferroviário sobre trilhos. Essa ligação entre subúrbio e infraestrutura ferroviária é tão expressiva que Soares (1960) determina que tal característica é fundante no que se entende como subúrbio (SOARES, 1960 apud FERNANDES, 2011). Ou seja, se não há trem, não há subúrbio. Com o passar dos anos, essa conexão direta entre trem e subúrbio se tornou menos objetiva. A definição de “suburbano”, além da ideia de um lugar genuinamente popular, passou a se dar muito mais por um conjunto de práticas comuns, uma identidade de ser carioca.

As estações de trem funcionam não apenas como meio de transporte de massa, mas como forma de subjetivação e adequação ao espaço urbano. Ser alguém que pega o trem todos os dias nos faz lembrar que moramos a cerca de 30km de nossos empregos. O meio de transporte frequentemente sucateado, privatizado, para além do aspecto subjetivo e característico suburbano, ao contrário de outros países em que pode ser considerado um transporte de luxo, aqui nos lembra da precariedade de quem tem que “descer” todos os dias para voltar para a casa, e que ao lado no vagão, estará também um suburbano.

A estação de trem, além de um meio de transporte e de uma linha que corta e modela os modos de circulação do bairro, é também um registro do passado fabril da região, em que funcionava desde transporte de cargas à transporte de trabalhadores. É possível ver restos dos trilhos que passavam por dentro da Fábrica de cartuchos e há até hoje na estação uma edificação que chamo de “casinha”.

A “casinha”, é um dos poucos marcos de memória da região que recebeu algum tipo de reconhecimento patrimonial. Apesar de funcionar hoje como almoxarifado, estoque de materiais e não possuir nenhum fim cultural, foi preservada e recebeu recentemente uma placa instalada pelo projeto “Circuito do trem”. A placa destaca: “A estação original foi construída em 1878. O edifício atual, em estilo Art Déco, foi construído em 1937 e é importante registro da tipologia ferroviária e marco arquitetônico da cidade”. A placa, é uma das poucas mensagens explicativas da história do bairro que temos ciência. Instalada em um local em que passam milhares de trabalhadores todos os dias, considero sua subutilização um desserviço à memória

do bairro. A obsolência dessas construções pode ser vista em diversas estações do Ramal Santa Cruz, como por exemplo na Estação de Marechal Hermes, outro importante bairro operário.

**Figura 22 - “Casinha” da estação de Realengo.**



**Fonte:** Autoria própria, 2022.

A “casinha da estação” é um importante marcador social, criando a referência de quem por ali passa, devido à sua peculiaridade estética de um edifício Art Déco. Considero que sua presença instala uma anacronia de calma em meio ao tempo apressado do abrir e fechar das portas do vagão do trem, fazendo com a vista das montanhas uma conjunção peculiar de passado e presente. A privatização da linha férrea em certa medida impede que sua utilização possa ser vista com outros fins que não espaço de armazenamento. O esmagamento da subjetividade suburbana oriundo das horas em pé em transportes lotados e sucateados, precisa ser contornado por melhores infraestruturas de acesso aos locais de trabalho, mas também pelo fortalecimento e valorização de sua condição trabalhadora e suburbana. Espaços como esses, poderiam se tornar centros culturais gratuitos onde seria possível divulgar a memória operária de um bairro tão fortalecido pelas lutas políticas de emancipação coletiva que no passado chegou a ser chamado de “moscouzinho”. A memória é uma importante ferramenta na conscientização de nosso lugar social e no pertencimento identitário a um coletivo, seja ele uma forma efêmera de agregação como “pessoas que pegam o trem todos os dias”, seja ele o local de moradia onde me estabeleço, vivo e construo relações.

O efeito que os objetos técnicos possuem na conformação do imaginário, deve ser também pensado pelo entrecruzamento de relações que proporciona. A presença da linha férrea, faz com que frequentemente nas regiões que cortam sejam necessárias a construção de viadutos

que liguem os dois lados divididos por elas. Se as características da estação podem produzir o fortalecimento de uma identidade no presente a partir de marcos do passado, o viaduto, peso e concreto, está intimamente ligado aos ares modernos das grandes construções do presente. Sendo também um espaço amplamente simbólico nos modos de circulação dos bairros.

### 3.1 O Espaço Cultural Viaduto de Realengo

Importante equipamento construído no entorno da estação, o Espaço Cultural Viaduto de Realengo (ECVR) possui relevância para este estudo por se tratar de uma iniciativa jovem, popular e autônoma de grupos de pichadores e admiradores do ritmo Rap, na região. O ECVR<sup>36</sup> é considerado um exemplo singular da modificação dos modos de circulação de um bairro a partir dos usos e apropriações de espaços residualmente ociosos, pela cultura (ROSA, 2018, 2021). Grandes infraestruturas urbanas como viadutos, por sua forma de construção, tendem a produzir grandes espaços vazios protegidos da chuva, o que faz com que frequentemente a parte inferior seja utilizada para diversos fins. É o caso também do Viaduto de Madureira<sup>37</sup>, localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro, cortado por duas linhas férreas, em que o viaduto abriga diversas atividades. Além de sede da CUFA, a Central Única das favelas, há feiras de roupas usadas e o tradicional Baile de Charme, entre outras atividades (BRENNAND, 2001; TAKAKI, COELHO, 2008).

O Espaço Cultural Viaduto de Realengo fica na descida da estação, do lado “mais desenvolvido” de Realengo. A proximidade com a Praça do Canhão e os equipamentos militares faz dele um exemplo de como, em Realengo, a relação entre civis e militares se propicia de forma dialógica. A proximidade, é claro, não deixa de apresentar seus conflitos, tendo em vista que o tipo de manifestação cultural mais frequente no ECVR, as “sagradas terça rap”, reúnem um público estigmatizado quanto a uso de substâncias ilícitas e a prática de crimes. Os organizadores dos eventos frequentemente se queixam de rechace. O ECVR além da música promove exposições de documentários, cursos, oportunidades profissionais, e aumenta a segurança do bairro, pois, segundo interlocutores, o “movimento” no caminho de volta do trabalho passando pela estação ajuda nesse sentido.

---

<sup>36</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/viadutoderealengooficial/> Acesso em 12 de fev. 2023

<sup>37</sup> Disponível em: <http://viadutodemadureira.com.br/2016/> Acesso em 12 jan. 2023

Como forma de remeter ao que entendemos enquanto inscrição, trazemos uma imagem não do viaduto em si, mas de uma das paredes da estação que também delimita o ECVR. O ECVR é um espaço sem paredes. Um equipamento cultural delimitado pelas inscrições quando não há evento. Em dias de evento a presença, o encontro cria a ambiência necessária, mas em dias comuns, são as paredes que indicam a presença da ausência.

A imagem que exibimos é uma parte específica, diferente dos grandes grafites coloridos ou temáticos que ilustram outras paredes do entorno, essa em específico é o livro de assinaturas permanente daquele espaço. A assinatura em pixo, é uma forma de comunicação, tendo em vista que instaura um código de reconhecimento daqueles que já usam aquele espaço. Indica também a presença da cultura de rua, funciona como uma chancela de quem passou por aquele espaço, o preserva e deseja que ele continue funcionando. Uma parede/documento (LE GOFF, 2013).

**Figura 23 - Muro do Espaço Cultural Viaduto de Realengo.**



Fonte: Autoria própria, 2022.

Analisar monumentos como inscrições e acontecimentos no espaço urbano, permite-nos complexificar as diferentes relações que são construídas e delimitadas a partir dessas inscrições. Nesse caso, a “vida social” (APPADURAI, 2008; KOPYTOFF, 2008) dessas inscrições está presente em uma discussão sobre a perenidade ou efemeridade das mesmas. Pixos, como

registros ‘marginais’ e submetidos à apagamentos, parecem não se relacionar com uma ampliação do conceito de monumento (CHOAY, 2001; IRELAND, LYDON, 2016), ou de documento (LE GOFF, 2013). Entretanto, a “sagrada” terça-*rap*, faz com que o sentido dessas assinaturas esteja presente como mais um aspecto ritual que constrói esse espaço e seus usos. Acionamos, portanto, a categoria de “monumento-evento” (FABRE, 2019), pela sensação de pertencimento que surge a partir da interação com essas diferentes “coisas” inscritas no espaço. Entendendo como diz Paola Jacques (2009) que os espaços não são estabelecidos *a priori*, mas atualizados a partir do movimento dos corpos com a cidade (JACQUES, 2009, p.136).

Distante da efemeridade característica, o muro tem resistido e continua sendo assinado pelos diversos frequentadores do Espaço Cultural Viaduto de Realengo, em funcionamento desde 2013. Sendo assim, uma importante inscrição de memória do bairro.

### 3.2. A Praça Anjos da Paz

Diferente dos casos discutidos anteriormente, a Praça Anjos da paz é um espaço de recordação criado intencionalmente para rememorar um triste caso de assassinato em massa. Conhecido como “Massacre de Realengo”, a tragédia na Escola Tasso da Silveira foi massivamente veiculada nacionalmente e durante anos o bairro de Realengo virou sinônimo da tragédia. Sabe-se por algumas matérias da época que Wellington Menezes de Oliveira era um jovem de 23 anos que havia estudado na escola anos antes e que por razões tanto de bullying quanto de ligação com discursos radicais extremos, em 7 de abril de 2011 assassinou doze jovens. Karine, Laryssa Martins, Milena, Géssica, Bianca, Mariana, Luiza, Laryssa Atanázio, Ana Carolina, Rafael, Igor e Samir. Testemunhas relatam que Wellington mirava principalmente as meninas.

Ao observar as estratégias existentes na forma de sublimação de uma dor coletiva, diversas podem ser as ferramentas procuradas para o uso memorial de determinado espaço. Nesse caso, a Escola passou por uma grande reforma, recebeu um mural de azulejos com mensagens de diversos estudantes sobreviventes, ganhou asas de anjos pintadas pela artista RafaMon<sup>38</sup>, além da praça, onde foram erigidas as estátuas para homenagear as doze vítimas da tragédia. O espaço da escola e seu entorno, permanecem um edifício vivo das lembranças do fatídico 7 de abril.

---

<sup>38</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/rafamon/> Acesso em 17 de jan. 2023

A praça, nomeada “Anjos da Paz”, foi concebida como espaço de recordação (ASSMAN, 2011) e sua criação foi permeada por diversos dissensos. Além de conflitos entre os usos e ocupação do espaço, houve uma discussão sobre a definição estética de execução da estatutária que entendo ser relevante para o tema em questão. Em parte, a controvérsia incorre porque determinados atores sociais, associados ao evento, defrontam-se com a impossibilidade do esquecimento. Um dos impasses na instauração de monumentos sobre eventos traumático no espaço público é que a monumentalização evoca permanentemente o ocorrido. Promove a lembrança do que se deseja esquecer.

Inicialmente, como relata o jornalista Luiz Fortes (FORTES, 2015), do jornal digital “Realengo em Pauta”, havia uma reivindicação das famílias dos estudantes mortos para que o memorial fosse instalado em um local de ampla circulação. A prefeitura, entretanto, escolheu o próprio terreno ao lado da escola, uma região muito menos central no bairro, o que para as famílias se mostrou um descaso com a tragédia e um desfavor à importância que seu exemplo poderia gerar pedagogicamente para que outros casos como esse não aconteçam no futuro. Apesar das controvérsias, o memorial e a praça foram inaugurados em 17 de setembro de 2015, cerca de quatro anos após o ocorrido, sendo composto por onze estátuas realistas de bronze em tamanho real representando cada um dos estudantes assassinados.

Em artigo recente (GOMES, BIZARRIA, BAPTISTA, 2023), foi possível explorar comparativamente a homenagem às vítimas da tragédia na Tasso, com outras homenagens mortuárias, como a instalação e derrubada da placa em homenagem às vítimas da chacina do Jacarezinho, e os grafites com imagens da vereadora assassinada Marielle Franco. Discute-se os processos de produção de homenagens mortuárias e as formas de lembrança, atentando-se principalmente às formas de necropolítica direcionada às populações racializadas e subalternizadas<sup>39</sup>. O trecho a seguir integra partes que foram abordadas no artigo, mas diferentemente do artigo em que o tema principal é a morte, aqui atento para os impactos e efeitos dos monumentos. Explorando principalmente as dimensões do material, do objeto, do monumento em si e as ressonâncias locais, o que ensejam nas relações de proximidade, dos moradores no entorno do memorial.

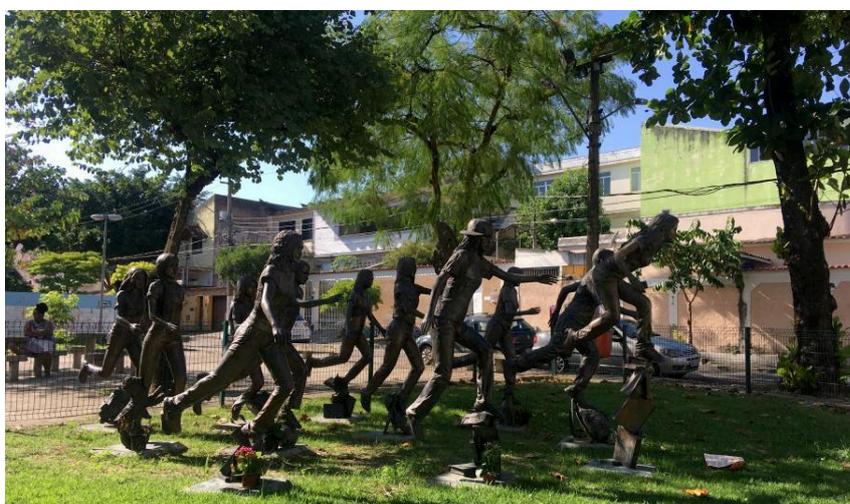
---

<sup>39</sup> Em um trabalho recente, citado posteriormente comparam-se diferentes monumentos. No artigo: *Quem pode ser lembrado? Homenagens mortuárias em contexto de políticas de morte* (GOMES, BIZARRIA, BAPTISTA, No prelo), analisam-se três homenagens mortuárias, entre elas a Praça Anjos da Paz. Além dessa, outras duas como a o local em que a vereadora Marielle Franco foi assassinada, e o monumento erguido em homenagem às vítimas da chacina do Jacarezinho. No artigo, ainda a ser publicado, analisam-se essas homenagens e suas repercussões tanto as formas de preservação tanto, como no caso das homenagens a Marielle, o vandalismo.

A autora Luciana Santos (SANTOS, 2016), em seu trabalho sobre a retomada das atividades da escola Tasso da Silveira, narra o impacto da chegada das estátuas. As peças chegaram envoltas em sacos pretos, forma como os corpos usualmente são envolvidos em caso de morte, o que gerou nos moradores forte incômodo. A instalação da praça não tinha sido discutida com a escola nem com a comunidade, que têm de “conviver com os símbolos do evento todos os dias” (p. 136). O caráter coletivo da morte é expresso amplamente pela circulação de narrativas, rituais, celebrações e objetos do luto (MAUSS, 1981; PINA CABRAL, 1984), sendo esses das mais diversas formas e origens. Como frequentemente acontece, a população não foi consultada nem em relação ao local da instalação das obras, nem quanto à escolha da técnica artística e da artista responsável.

A Praça Anjos da Paz fica localizada na esquina das ruas Jornalista Marques Lisboa e Almirante Clemente Pinto e ocupa uma área de cerca de 31,5 m<sup>2</sup>. Financiado pela prefeitura, o memorial teve um custo de aproximadamente 1,2 milhões de reais. As estátuas foram encomendadas à artista Christina Motta, que escolheu representar os estudantes como corpos no espaço, posando como se estivessem levitando. Fazem parte dos elementos da obra também, bolas de futebol, livros e mochilas como degraus. A artista afirma que criou as estátuas a partir de fotografias entregues pelas famílias, e seu objetivo era trazer elementos da infância para as esculturas. A artista também expressa que queria todos posicionados num mesmo sentido, como se estivessem “indo em direção ao céu” (ALFANO, 2015). Todas as estátuas aparecem vestidas com o uniforme escolar da prefeitura do Rio de Janeiro, o mesmo que vestiam no momento da tragédia.

**Figura 24 - Monumento às vítimas da tragédia na Escola Tasso da Silveira.**



Fonte: Autoria própria, 2022.

Uma matéria da Folha de São Paulo (20/09/2015), apresenta diversos relatos de moradores e vizinhos do local. Um dos estudantes, Marcus Vinícius Nunes, que escutou os tiros no dia da tragédia, relatou à jornalista Bruna Fantti, que o memorial o faria “relembrar o que ocorreu todos os dias”, completando com: “A gente já superou”. Outra moradora, Teresa Silva, que inclusive começou um abaixo-assinado para que a instalação do memorial fosse cancelada, em entrevista à jornalista, observa: “Serei obrigada a ver gente morta da minha janela”. A fala de Marcus e de Teresa evidenciam o quanto a escolha do realismo, enquanto técnica artística, pode ter significados bem distintos quando se trata de uma homenagem mortuária. Ao contrário da lembrança harmoniosa, o que a obra gerou em alguns moradores foi a percepção que a morte seria ali eternizada, pois a representação fidedigna dos corpos feitas por um material tão perecível quanto o bronze, tornaria impossível o esquecimento da morte, e não a lembrança da possibilidade da vida.

Há diferentes formas como o binômio lembrança e esquecimento operam no caso de uma tragédia como essa: Por um lado há quem desejasse que esses corpos-estátuas não viessem à tona porque o tempo fez com que o trauma fosse “superado”, como diz Marcos, e por outro há a necessidade da lembrança para aqueles que perderam seus queridos de forma tão dolorosa, como forma de expurgar o luto. Os familiares defendem que para além de um trauma individual essa ferida é também coletiva, e como tal merece seu lugar no espaço público. Fica, entretanto, a tensão de que, se expostas de forma permanente, essas obras, possam provocar, ao invés da mitigação do trauma, o reforço cotidiano da dor.

No relato da moradora Teresa, fica evidenciado que as dinâmicas de memória instauradas pelas estátuas também são potencializadas pela decisão formal e material da artista para compor a obra. A escolha por uma representação o mais próxima do real possível dificulta a dissociação do corpo-estátua enquanto corpo morto e não corpo vivo, como as dinâmicas da lembrança frequentemente desejam evocar. Se o objetivo da instalação de memoriais como esse é trazer a presença da ausência, nesse caso, segundo Teresa, os corpos expostos trazem a lembrança da morte e não da vida. (GOMES, BIZARRIA, BAPTISTA, 2023, p.8).

A artista responsável pela obra, Cristina Motta, também conhecida pela criação da estátua da atriz Brigitte Bardot, localizada na orla de Búzios (RJ), contra-argumenta a opinião da moradora Teresa, defendendo que o desconforto vivenciado por ela se daria ao fato que “pessoas de baixa renda não estão acostumadas com esculturas” (FANTTI, 2015). Gostaríamos de nos ater nesta fala da artista, não apenas porque toma a categoria “classe” como uma explicação para o rechaço a determinados tipos de arte, mas nos detendo em sua escolha formal.

No caso em questão, em se tratando de uma homenagem mortuária, o próprio estigma da representação do corpo morto aparece como problemática. Há um aspecto brutalizante, na representação realista desses corpos. Talvez esta seja a razão do porquê de uma das famílias preferiu representar sua filha como uma borboleta, ao invés da reconstituição visual de seu corpo como se ainda estivesse vivo. A representação realista corrobora para um congelamento que, como tal, tende a provocar sensações distintas em quem as observa. Há a possibilidade de uma ligação afetiva ratificada pela instância mimética da obra em questão, mas também a aversão de que, como nos adverte Pollak (1989), memórias que se desejam subterrâneas venham à tona. A vítima Ana Carolina Pacheco, que aparece sob a forma de uma borboleta, complexifica o efeito que a representação realista opera nesses casos. Se a tragédia acontece sob uma realidade cruel, a melhor escolha visual e material é congelar e apreender essa realidade? Ou subvertê-la pela possibilidade do encantamento? Segundo a família de Ana Carolina, a escolha se deu porque no dia de sua cremação uma borboleta azul pairou sobre o ambiente. A forma escolhida, portanto, simbólica, difere veementemente do realismo que configura a estatutária dos outros estudantes, escolhida pela artista Cristina Motta.

**Figura 25 - Borboleta simboliza uma das vítimas.**



**Fonte:** Autoria própria, 2022.

Considerando que a instalação de um monumento deve levar em conta não apenas o sujeito homenageado, a temática criadora ou seu espaço determinado, mas também sua matéria,

sua força estética e seus espectadores principais, vemos que para Teresa, era uma lembrança da dor, mas para a mãe de uma das vítimas, Adriana da Silveira, um mecanismo de combate à violência e consolo.

Essa noção de conforto no luto, ajuda-nos a pensar nos memoriais, principalmente mortuários, como espaços de lembrança que possuem características compartilhadas por ritos fúnebres e religiosos. Em fotografia feita recentemente, mais de dez anos depois da tragédia, pode-se ver que até hoje flores frescas são colocadas aos pés das estátuas, ação semelhante à que ocorre em lápides funerárias. O “monumento-evento”, como assinalado por Fabre (2019), evidencia justamente o papel constituinte das emoções na produção de vínculos coletivos em torno de bens materiais. Sendo assim, em certos momentos da história, o monumento se converte em evento, enfatizando que não existe história imóvel, o monumento-evento reencarna a história a cada encontro.

**Figura 26 - Flores depositadas nas estátuas.**



**Fonte:** Autoria própria, 2022.

Na praça há também um grande mural de azulejos que representa as possibilidades de reconfigurar o espaço escolar como um lugar do futuro, do sonho, do desejo, e não do passado, e da tragédia. Considerando que uma das principais motivações do crime seria o *bullying*, a presença das palavras: “sonhar”, “expressar” e “crescer”, exemplifica o desejo de que a escola seja um lugar mais inclusivo e acolhedor. Ao contrário das estátuas dos jovens, o mural, em sua forma material, não gerou grandes controvérsias. Composto por pequenos azulejos brancos e mensagens escritas por estudantes sobreviventes, ele permanece como espaço de esperança, diferentemente das esculturas de bronze instaladas quatro anos depois da tragédia.

**Figura 27 - Mural de azulejos com inscrições produzidas pelos estudantes.**



Fonte: Aurtoria própria, 2022.

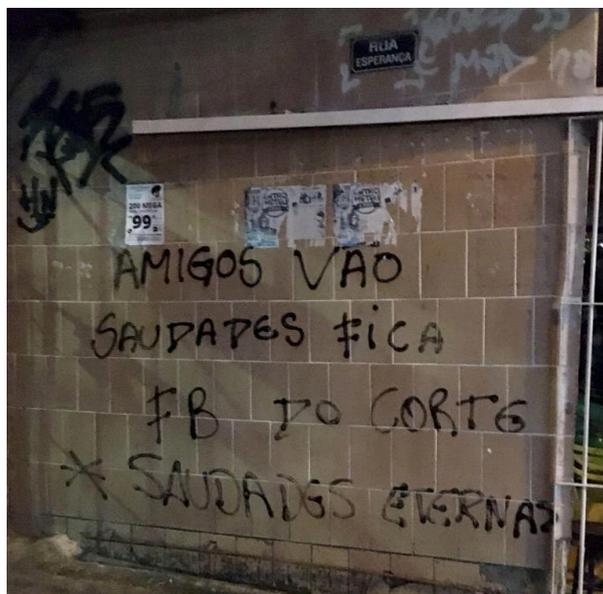
Em abril de 2021, quando a tragédia completou dez anos, foram colocadas máscaras nas estátuas, simbolizando a importância de reforçar os cuidados coletivos com a saúde em meio à pandemia da Covid-19. Segundo a matéria do Jornal o Globo<sup>40</sup>, no ano anterior o grupo de familiares não pode realizar sua tradicional homenagem, mas em 2021, além do ato na praça, foi realizada também uma missa em homenagem às vítimas, no Cristo Redentor. Lembrando que durante as homenagens o entorno da escola também estava vazio, pois as aulas presenciais permaneciam suspensas, por conta da pandemia.

Ainda como um exemplo de homenagem mortuária, na Figura 28, apresentamos um muro localizado em uma rua residencial do bairro de Magalhães Bastos. A inscrição, pelo uso da palavra “saudade” parece evidenciar essa homenagem póstuma. É comum em periferias e favelas observar que muitas vezes aqueles levados por confrontos bélicos são homenageados nos muros. Observamos nessa inscrição sua forma, a mensagem, seu anteparo e a constitutiva efemeridade material das obras do tipo “pixo”. A frase inscrita no muro diz: “Amigos vão saudades *fica* FB do corte \* saudades eternas.” A inscrição localizada na Rua Esperança, estabelece com ela uma intrigante contradição. Nos interessamos por tal homenagem pela sua característica autônoma, normalmente de rápida execução (característica do pixo como recurso) e porque aqui é possível que apenas um sujeito decida e crie seu próprio monumento. Não importa se todos se lembram de FB. Para um sujeito anônimo é preciso expressar em público a

<sup>40</sup> “Vítimas do massacre de Realengo são homenageadas com música e flores em memorial ao lado da escola nos dez anos da tragédia. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/vitimas-do-massacre-de-realengo-sao-homenageadas-com-musica-flores-em-memorial-ao-lado-da-escola-nos-dez-a%E2%80%A6> Acesso em 23 de maio, 2022.

saudade por alguém que já partiu, alguém que por alguma razão deveria ser lembrado, ali, na Rua Esperança. Alguém que só vamos conhecer pelo pseudônimo de “FB do Corte”.

**Figura 28 - Pixo memorial.**



**Fonte:** Autoria própria, 2022.

Consideramos a importância de inscrições como essa pois se estabelecem como marcos de memória (HALBWACHS, 2004) constituídos apenas pelos anseios dos sujeitos, à revelia da necessidade de iniciativas estatais ou de corporações. Essa inscrição também traz à tona qual a escolha estética que melhor define essa lembrança, seus suportes, materiais e locais de instalação. Com os recursos que possuem em mãos, com as possibilidades disponíveis, sujeitos autonomamente decidem pelo conteúdo da criação, e elegem espaços com mais ou menos movimento, mais ou menos protegidos para implementá-las. A efemeridade da inscrição também apresenta características que valem observar. Diferente do patrimônio de pedra e cal, das esculturas de bronze ou dos acervos protegidos por uma instituição, o pixo está suscetível à ação do tempo muito mais que outros materiais. Essa inscrição, apesar da possibilidade da deterioração, ainda estava conservada no mesmo local nos dois anos que delimitam o tempo desta pesquisa. Identificar quem seria afinal “FB do Corte” e acompanhar a trajetória desta inscrição requer uma imersão etnográfica, que não foi possível realizar neste momento, contudo vale considerar seu papel integrante na polifonia das inscrições abordadas aqui.

(...) essas implantações são traço marcante da ocupação do espaço urbano pelas populações subalternizadas da América Latina, oferecendo, àqueles que as contemplam, condições mínimas de segurança ontológica, senão de alívio, diante das

situações-limite impostas pela violência necropolítica. Para as pessoas da comunidade subalternizada, a memória pode ser o antídoto que preenche o vazio dos constantes saques promovidos à subjetividade daqueles que habitam e constroem esses territórios, imputados, por hábito de nossa imprensa, à margem e à violência. (...) (BAPTISTA, BIZARRIA, GOMES, 2022).

O caso da Praça Anjos da Paz elabora ainda muitas complexidades que não poderão ser abordadas nesta dissertação. Aqui o mais importante parece ser nos lembrar como adverte Pollak (2010) que as diferentes manifestações sobre o caso revelam a complexidade das formas pelas quais as sociedades tentam gestar seu luto, em casos em que as feridas são tão profundas a ponto de se tornarem indizíveis e por que não, dizer, irrepresentáveis. A presença das estátuas põe em xeque noções muito importantes sobre também o direito de esquecer, à revelia que a sedução pela memória parece provocar de uma lembrança perene. Quais as formas pela qual alguém pode ser lembrado? Como tornar a memória um auxiliar na mitigação da dor e não um mecanismo de perpetuação do sofrimento coletivo? Questionamentos que perduram e não se extinguem nessas páginas.

Aqui busquei ressaltar também a importância dos objetos-técnicos na constituição dos espaços pensando a relação que ensejam com a subjetividade dos moradores e passantes, além de investigar como diferentes coisas se estabelecem no espaço como sujeitos, ao contrário da forma passiva que muitas vezes parecem defini-las. Através de uma linha do trem, de um viaduto, doze estátuas e um pixo memorial pudemos ver que as coisas efetivamente, fazem.

#### 4. MEMÓRIAS SUBMERSAS DE UMA REALENGO EM MOVIMENTO

Nos capítulos anteriores, pontuou-se que os processos de edição da memória tendem a privilegiar determinados atores sociais em detrimento de outros. As memórias materializadas no espaço, por antítese evidenciam quais as mantidas submersas. O invisível se evidencia nos silenciamentos. Ao pensar quais memórias estão aqui sendo consideradas submersas, buscamos refletir sobre as possibilidades da memória enquanto ferramenta de agregação, pertencimento e fortalecimento de identidades sociais (POLLAK, 1989). Sendo assim, a partir do que emerge (ou não emerge) em evidência no espaço público, trazemos relatos, imagens, objetos e histórias de alguns moradores. Buscamos essas memórias populares onde elas estão. Não nos museus ou espaços de exibição, mas nos muros, nas ruas, nas redes e nos acervos domésticos. Se a falta de instituições de memória denuncia a desigual valorização da história a que estão submetidos os bairros suburbanos quando comparados às zonas mais centrais da cidade, o apego, daqueles que têm orgulho de seu passado, às imagens de sua história, supre em parte, a necessidade arquivística que essa análise demanda.

O termo *submersas* também foi escolhido por remeter as “memórias subterrâneas”, das quais nos fala Pollak (1989). Há memórias que estão à espreita, aguardando a ativação dos estímulos do presente para que apareçam. É importante ressaltar que “à espreita”, não significa que tais memórias sejam agentes passivos nesse processo. A diferença recai no tipo de ressonância que terão na sociedade a partir dos diferentes regimes de valor histórico. Poderíamos citar como exemplo de memórias que emergiram, mas que permaneceram latentes, carecendo de visibilidade, manifestações como o jongo (ABREU, DINOLA, 2017) ou a capoeira (CID, 2016). Práticas culturais que ensinam identidades e pertencimentos, garantindo sua transmissão através da relação que ensinam com/por/para os grupos. Pela ressonância em seus praticantes foram mantidas vivas e atuantes mesmo nos tempos em que eram marginalizadas e/ou criminalizadas.

É através da recuperação das memórias coletivas que sobraram do passado (estejam elas materializadas no espaço ou em documentos), e da preocupação constante em registrar as memórias coletivas que ainda estão vivas no cotidiano atual da cidade (muitas das quais certamente fadadas ao desaparecimento) que poderemos resgatar muito do passado, eternizar o presente, e garantir às gerações futuras um lastro de memória importante para sua identidade (ABREU, 1998, p.87).

Outra utilização do termo “submersas” se deve porque, ironicamente, no caso de Realengo, a água é o elemento que parece literalmente afogar algumas histórias. A inundação

ocorrida no Centro de Memória de Realengo e Padre Miguel demonstra a precariedade de políticas e estratégias de preservação da memória local. Somado a isso, uma de minhas interlocutoras, cujo avô teria sido um fotógrafo importante do bairro, também contou que foi após uma enchente que as fotografias de seu avô foram perdidas. Quando apenas a iniciativa de moradores é o principal motor de preservação de imagens e registros, muitas vezes esses se perdem pela falta de catalogação e armazenamento adequado. Uma iniciativa para mitigar tanto os problemas de acesso a acervos quanto a sua preservação parece ser a digitalização das memórias. Os *blogs* organizados pelo jornalista Luiz Fortes, através das páginas na internet: “história-de-realengo”<sup>41</sup> e “pró.realengo”<sup>42</sup> tem sido fontes de informações relevantes para o acesso e visualização das histórias mais antigas do bairro.

Ao buscar essas histórias, seja nas páginas de bairro ou abordando moradores antigos, percebi que frequentemente o carnaval e a antiga fábrica apareciam evidenciados em suas falas. Havia menções recorrentes a parentes que eram antigos funcionários, às Escolas de samba como a Mocidade e a Unidos de Padre Miguel, também sobre as disputas dos melhores coretos, os diversos blocos organizados na região etc. No curso do trabalho de campo, ouvi histórias sobre o Teatro Operário do 77, blocos como o “beijeiro”, sobre os clubes de jogos de malha, além de ouvir do meu pai sobre os grandiosos festivais de balão do Campo do GREL (Grêmio Recreativo Euvaldo Lodi)<sup>43</sup>, nos tempos em que a manifestação não era proibida e a laje da nossa casa se tornava uma arquibancada privilegiada. Essas são apenas algumas entre outras tantas tradições e iniciativas que aguardam pesquisas e inventários que possam suprir a carência de catalogação, preservação e divulgação das memórias populares na região de Realengo. Neste

---

<sup>41</sup> Disponível em: <https://historia-de-realengo.blogspot.com/> Acesso em 31 de jan. 2022.

<sup>42</sup> Disponível em: <https://pro-realengo.blogspot.com/> Acesso em 31 de jan. 2022.

<sup>43</sup> O conjunto habitacional onde ficava minha casa se chamava Euvaldo Lodi. De acordo com o site do Instituto Euvaldo Lodi, Lodi foi o “Primeiro Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI, Euvaldo Lodi foi um industrial competente e um político hábil. Nascido em Ouro Preto, em 9 de março de 1896, formou-se na Escola de Minas e Metalurgia em 1920. Fundou uma usina siderúrgica em Caeté e dirigiu várias empresas dos ramos siderúrgico, metalúrgico e têxtil. Ainda jovem, na década de 1920, tornou-se Presidente do Centro Industrial de Juiz de Fora. Na década seguinte, já no Rio de Janeiro, integrou o Conselho Diretor da Federação Industrial do Rio de Janeiro. Nesse período, dedicou-se, ao lado de Horácio Lafer, Roberto Simonsen e Vicente Galiez, à organização de sindicatos patronais em todo o país em nome do Centro Industrial do Brasil – CIB, o embrião da CNI. Participou dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, para a qual foi eleito como um dos 17 representantes dos empregadores a partir de novembro de 1933. Fundador da CNI, Serviço Social da Indústria – SESI e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, na década de 1940, Lodi elegeu-se deputado federal em 1947. Ocupou a presidência da CNI até 1954, quando retornou ao Congresso Nacional como Deputado por Minas Gerais. Morreu em 1956, em acidente automobilístico.” Disponível em: <https://www.ielpr.org.br/o-iel/conheca/quem-foi-euvaldo-lodi-1-20802-169721.shtml> Acesso em 02 fev. 2023.

breve capítulo, abordaremos algumas, consideradas mais relevantes por aparecerem com mais frequência nesta pesquisa.

Como sugere Didi-Huberman (2017a, p.35), “(...) se *ver* nos permite *saber*, e até mesmo *prever* algo do estado histórico e político do mundo, é porque a montagem das imagens fundamenta toda sua eficácia numa arte da memória”. A maioria dos relatos a que tivemos acesso nessa pesquisa permaneceram, apenas como relatos orais. Tendo em vista o desejo que o passado emergisse visualmente, essa pesquisa foi perseguir tais registros. Após diversos encontros com personalidades do bairro e um extenso trabalho em rede na busca por materiais e interlocutores privilegiados, foi feita uma seleção que decidiu destacar dois aspectos característicos do passado realenguense: o festivo e o operário. Frequentemente ao decidir de certa forma “sintetizar” a história de um bairro, caímos em reificações que mais do que tentativas de expressar a diversidade da memória dos moradores, termina por reforçar certos lugares pré-estabelecidos. No entanto, considerar o festivo e o operário como características do passado do bairro justamente pelo aspecto submerso dessas memórias. Um passado ainda tão presentes no cotidiano dos moradores, e que carece da valorização necessária. Sendo assim, destacamos o protagonismo dessas temáticas na vida de cada um que me contou sobre sua história pessoal. Histórias essas que aparecem entrelaçadas com a ocupação do bairro. Cabe destacar também que em vista de ser um material de consulta, todo o acervo encontrado ainda não publicizado, foi digitalizado e catalogado.

O intuito, portanto, deste capítulo, consiste em propor um encontro com essa iconografia “submersa”, apresentando memórias do “pedaço” (MAGNANI, 2002)<sup>44</sup>. Relatos e imagens de mães, pais, filhos e avós cuja história pessoal se confunde com o processo de ocupação local. Além de um encontro com imagens do presente, criadas por artistas visuais da Zona Oeste e perfis das redes sobre orgulho suburbano. Os contatos que fiz no caminho, com moradores e ativistas da cultura na região, foram essenciais para encontrar preciosas imagens sobre o passado da Fábrica de Cartuchos, dos antigos blocos de carnaval, dos grupos carnavalescos, das famosas festas nos grêmios recreativos, além das turmas de bate-bola, algumas das quais ativas até hoje. Mais uma vez, agradeço aqueles que foram tão gentis em compartilhar não apenas seus registros, mas também suas lembranças. Através dessas imagens será possível que essas memórias antes apenas orais, agora possam ser também visualizadas. Abaixo, foram inseridas

---

<sup>44</sup> Segundo Magnani (2002, p. 20), “A noção de pedaço, por exemplo, supõe uma referência espacial, a presença regular de seus membros e um código de reconhecimento e comunicação entre eles”.

algumas dessas fotografias, novas e antigas, com breves descrições, para que mais do que ilustrar, fosse possível dividir os sentimentos que evocaram em mim no momento do encontro.

#### 4.1. Realengo festivo

O carnaval, no Rio de Janeiro é uma manifestação artística e cultural evento essencial no calendário anual de festas do país. Diversas atividades acontecem durante esse período, uma das mais conhecidas são os desfiles das escolas de samba. Algumas escolas são agremiações que se fundaram no coração de Realengo, podemos citar a Unidos de Padre Miguel, Unidos de Bangu, Unidos da Vila Kennedy e a Mocidade Independente de Padre Miguel (CABRAL, 1996). Ao longo dos anos, fica cada vez mais evidente que o carnaval opera como uma engenharia social importante, versando sobre a história nacional e os acontecimentos políticos da atualidade.

As escolas de samba, como organismos vivos, tiveram, ao longo de sua trajetória, a rara capacidade de dialogar com a história. As agremiações atuaram como agentes receptoras de influências diversas, moldaram-se ao tempo e, concomitantemente, construíram este mesmo tempo, na fronteira entre a subversão e a manutenção da ordem, entre consensos e conflitos (SIMAS, FABATO, 2015, p. 64).

Dada a importância do Carnaval no calendário cultural, lembrar dos carnavais do passado é resgatar a sociabilidade que fez da região famosa pelas escolas de samba.

O bairro de Padre Miguel, assim como Bangu, acaba configurando ao lado de Realengo um bloco só quando se trata de interlocução. A força cultural e histórica das duas escolas de samba sediadas no bairro (Mocidade Independente de Padre Miguel e Unidos de Padre Miguel), fornecem ao bairro um caráter festivo e cultural, onde os moradores se reúnem para festas de ruas no Carnaval e no período de festas de São João, além de fins de semanas comuns, em que o comércio do sub bairro Ponto Chic se movimenta, com feirinhas e eventos diversos. Os restaurantes e bares que estão por toda a extensão desse espaço pertencente a Padre Miguel, acabam funcionando simbolicamente como um reduto da festa e da sociabilidade, com uma forte presença do samba, e de certa maneira, numa espécie de extensão de Realengo (SILVA, 2017, p.20).

Durante o percurso desse trabalho não foi possível conversar com membros fundadores das escolas, contudo em outros trabalhos em que já se abordava o tema do carnaval, a partir de um enredo da Estação Primeira de Mangueira (BAPTISTA, 2021a), ficava evidente a necessidade em se escavar as histórias do samba. Uma das principais bibliografias utilizadas no trabalho, o livro *Fala Mangueira* (SILVIA, 1980), reúne relatos de membros fundadores da Mangueira e segundo seus autores seria escrito pois essas histórias em breve se perderiam. Devido à carência de tais relatos neste trabalho, as fotografias selecionadas não são do carnaval

das Escolas de Samba, mas dos carnavais de rua e dos clubes. Ressaltando a importância do samba e do carnaval para a história do bairro.

Das fotografias encontradas no percurso da pesquisa, apresentamos abaixo algumas das que foram selecionadas para compor este capítulo. Seja pela importância do diálogo que possuem com os processos de ocupação do bairro, seja pela expressividade visual que revelam. Na fotografia abaixo, uma das mais antigas a que essa pesquisa teve acesso, vemos a família Chaves de Souza, família de Seu Affonsino, trabalhador da fábrica e marido de Dona Pulcina, a família aparece trajada com fantasias iguais, Affonsino na frente, dirige o carro guardado apenas para essas ocasiões especiais e atrás estão as filhas do casal com as amigas. A foto, tirada na rua General Sezefredo, que segundo relatos, nessa época era chamada de Rua Junqueira, data de 1941 e deixa ver ao fundo as chaminés, o telhado de telhas francesas das oficinas da Fábrica de Cartuchos e uma parte do maciço da Pedra Branca, à direita.

**Figura 29 - Família de seu Affonsino e Dona Pulcina no carnaval.**



**Fonte:** Leila dos Santos, 1941.

Nesse imagem podemos vislumbrar o costume de desfilar pelas ruas em carros, que em muito parece originário ao conceito de carros alegóricos no carnaval. Os elementos presentes na foto nos ajudam a compor a topografia do bairro e a relação estabelecida que seu Affonsino, trabalhador e morador da área adjacente à Fábrica, tinha com ela. Já na Figura 30, provavelmente feita no final dos anos 50, podemos ver Leila, neta de seu Affonsino, a quem

gentilmente agradeço a generosidade em abrir sua casa e suas memórias, vestindo as tradicionais fantasias de baiana para o carnaval do bairro.

**Figura 30 - Meninas fantasiadas de baiana.**



Fonte: Leila dos Santos, [s.d.].

A pose, os braços, o semblante sorridente, difere da fotografia anterior. Essa, tirada no quintal da casa de Seu Affonsino, mostra as meninas se preparando para sair nos desfiles dos carnavais de rua. Andando um pouco mais no tempo, as fotografias seguintes datam por volta dos anos 70. Nelas, podemos ver a mudança na indumentária carnavalesca. À época, o marido de dona Leila, fundou um grupo que se chamava “A.M.E.M.”, a sigla, faz um trocadilho com a palavra “amém”, designando, no entanto, “Atenção Mocidade Estamos em Movimento”. Não é novidade a associação entre carnaval e religião, com menções, usos de imagens, inversão de papéis etc.<sup>45</sup>. O aspecto jocoso do nome revela a irreverência do grupo que animava o carnaval. Na fotografia abaixo, seu Luiz Augusto, marido de Leila e seus amigos do A.M.E.M celebrando o carnaval juntos.

---

<sup>45</sup> Os trabalhos “Um Jesus no Carnaval: Considerações sobre Política e Religião no enredo da Mangureira em 2020” (BAPTISTA, 2021) e “Carnaval e Religião em desfile: imagens como produções/ ferramentas sociológicas” (BAPTISTA, 2021a) aprofundam as considerações sobre o tema. Nesses trabalhos, a relação entre carnaval e religião é problematizada a partir do estudo de caso do enredo de uma escola de samba que versava sobre a imagem de Jesus. Como evidenciado nesses trabalhos, Carnaval e Religião estão intimamente ligados e a controvérsia costuma se acentuar nos casos em que símbolos da religião cristã são acionados. As dicotomias “sagrado” versus “profano” que são frequentemente acionadas quando os dois campos entram em relação, são também acionadas pelo grupo A.M.E.M. ao transpor uma palavra do vocabulário cristão frequentemente usada em orações para nomear seu grupo de carnaval. Para outros aprofundamentos sobre o tema ver: MENEZES, Renata de C.; BÁRTOLO, Lucas. *Quando devoção e Carnaval se encontram*. Dossiê Artes em festas, 2018. proa - revista de antropologia e arte | unicamp | 9 (1) | pp. 96 - 121 | jan - jun | 2019.

**Figura 31 - Carnaval em realengo nos anos 1970.**



**Fonte:** Leila dos Santos [s.d.].

Para além da diferença etária, o gestual das imagens revela a irreverência do grupo e parece transmitir em parte de forma mais aproximada a alegria que podemos ver nos registros carnavalescos hoje. Como vemos na imagem acima, e na imagem posterior, os figurinos do grupo A.M.E.M eram comumente compostos por batas e a característica dos grupos autonomamente organizados era reunir o máximo de amigos para apreciar os carnavais de rua e dos clubes.

Na imagem abaixo, podemos ver dois dos trajés usados por eles em diferentes carnavais. No figurino à direita, na estampa, vemos um desenho que trabalha com a técnica da “ilusão de ótica”. Um jogo em que a imagem de Sigmund Freud se confunde com o corpo de uma mulher. A ilusão, possibilita ver ora a mulher, ora o rosto de Freud dependendo de como se olha. A “comicidade” da imagem fica por conta da legenda que diz: “O que eles levam na cabeça”. Isto é, o corpo feminino é o que ocuparia a mente masculina. Já na direita podemos ver as batas em uso nos bailes que ocorriam no Grêmio de Realengo. O espaço que recebeu tantas festas nessa época, mas desde passou a ambiente de feira de artesanatos, casa de shows e agora se encontra abandonado. Na foto, Dona Leila, vestida com o que parece ser uma fantasia de dançarina. Seu Luiz e os amigos com as batas estampadas artesanalmente por eles. Em um dos personagens da foto podemos ver o E.M. de parte da sigla A.M.E.M. Segundo Dona Leila, o nome do grupo ia sempre estampado em algum lugar da fantasia.

As duas imagens relevantes em sua composição ressaltam as duas características ressaltadas anteriormente. A da esquerda, feita no quintal da casa de Dona Leila, sendo a da direita, já em um clube, espaços fundamentais no carnaval nessa época. Não esqueçamos que a

ditadura instaurada no Brasil em 64, possuía entre muitos outros um forte aspecto moralista. Fazendo com que muitas das festividades antes realizadas na rua fossem transferidas para espaços fechados.

**Figura 32 - Figurinos do grupo A.M.E.M.**



Fonte: Leila dos Santos, [s.d.].

Abaixo, na busca por imagens dos carnavais dos anos 80 e 90, uma das fotografias que chegou até mim foi disponibilizada por Luiz Fortes. Luiz, é um importante memorialista do bairro e em seus *blogs*, o filho de Seu Tião narra com orgulho as histórias do pai enquanto artesão e articulador do carnaval, responsável por criar grandes bonecos com quase nenhum recurso que desfilavam nas ruas do Realengo<sup>46</sup>. Os tradicionais bonecos ficaram famosos e já eram esperados pelas ruas do bairro a cada ano. Com o retorno de uma possível abertura democrática, as manifestações parecem voltar a tomar as ruas e brincar o carnaval no subúrbio recebe novamente a criatividade de seus moradores mais engajados. Seu Tião é um nome conhecido nas ruas do bairro por ser alguém inventivo e criativo. Uma personalidade que merece ser lembrada nessa pesquisa. Na fotografia selecionada, a aleatoriedade temática me encanta. Algo que parece um diabo, um palhaço, um homem mascarado montado em um burro e uma fantasia em moldes surrealistas que esconde o rosto do folião e parece estar “do avesso”.

<sup>46</sup> Disponível em: <https://historia-de-realengo.blogspot.com/> Acesso em 28 de jan. 2023.

**Figura 33 - Bonecos carnavalescos de Seu Tião.**



**Fonte:** Luiz Fortes [s.d.]

Carnavais feitos por quem mora no bairro que não acontecem mais. No entanto, Realengo tem se tornado um importante reduto de turmas de bate-bola. Similar à Seu Tião, as turmas escolhem seus próprios temas, costuram suas fantasias e organizam seus desfiles anualmente. Algumas dessas turmas chegam a levar centenas de pessoas fantasiadas pelas ruas em seus desfiles. Lembro que quando era criança saía correndo dos “pai-joão” que passavam nas ruas em turmas fazendo barulho com seus porretes. As turmas eram famosas pelas brigas o que gerou uma estigmatização e marginalização da atividade. Na fotografia abaixo, ao contrário do medo latente, podemos ver uma de nossas interlocutoras ainda criança, feliz, ao lado de dois mascarados na rua em que morava, a Dílson Funaro.

**Figura 34 - Bate bolas na Dílson Funaro.**

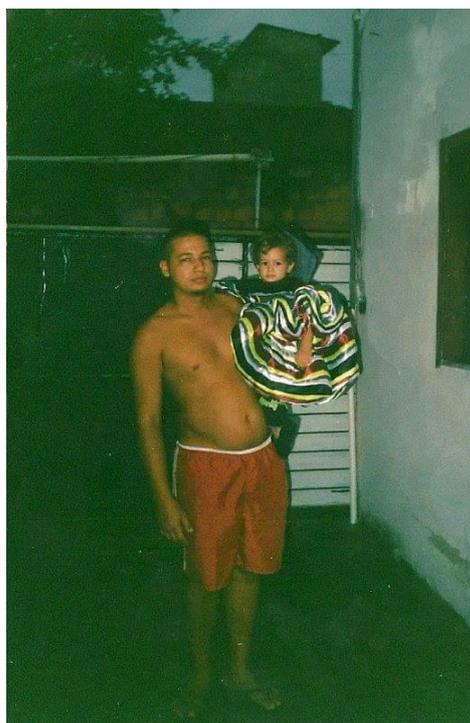


**Fonte:** Sluchem Cherem, 1997

Segundo Gualda (2008), “turmas de bate-bolas são hoje coletivos nos quais se partilha identidade comum, baseada em compreensão específica da manifestação dos bate-bolas”. De forte caráter competitivo, a rivalidade entre as turmas é demonstrada também pela opulência das fantasias. Evidenciada em uma das falas de um dos interlocutores de Gualda, membro de uma turma da Zona Norte, ao comentar sobre as turmas da Zona Oeste. Na fala de Pedro: “O bate bola de verdade é fantasia de pobre, é espontânea, não tem que ficar gastando dinheiro para aparecer nem para arrumar confusão. Gastar dinheiro com pano é coisa da Zona Oeste.” (GUALDA, 2008, p.10). Segundo Gualda (2008), Realengo tornou-se um estilo de bate-bola. O “bate-bola Realengo” é uma fantasia do tipo “emília”, cujas características principais são o uso de perucas e a mistura de elementos como cedros e estandartes. São fantasias mais elaboradas e frágeis e frequentemente também preconizam utilização de mascotes (ibid.).

Os temas das fantasias bate-bola, assim como os enredos carnavalescos, mudam anualmente. Os ateliês onde são feitas frequentemente são extensões das casas ou comércios dos integrantes das turmas. Na Figura 35, podemos ver Rafael e seu pai, um membro fundador da turma “Bolação de Realengo” em que ele aparece ainda bebê já trajado com o figurino bate-bola confeccionado especialmente para ele. O aspecto geracional dessa tradição fica evidenciado na sua trajetória, tendo em vista que Rafael é hoje, um dos líderes do grupo.

**Figura 35 - Rafael e seu pai.**



**Fonte:** Rafael Monteiro, 2003.

Abaixo trazemos duas fotografias de nosso trabalho de campo no dia em que foi inaugurado o muro do grupo KND em que ele aparece ainda sendo pintado. Ao mesmo tempo em que o artista trabalhava, diversas turmas se reuniam no Campo do Periquito para uma grande festa de inauguração, uma, da série de eventos promovidos no bairro antes do carnaval como forma de angariar fundos para a confecção das fantasias e gastos com os desfiles. Na pintura podemos ver o tema do ano da turma: ‘Tropa de Veneza’, pela referência às máscaras características dos bailes venezianos e a frase “a maior turma de Realengo”, indicando o caráter competitivo do grupo.

**Figura 36 - Fantasia KND com tema “Veneza”.**



Fonte: Instagram da KND, 2023.

**Figura 37 - Festa da inauguração do muro da KND no Campo do Periquito.**



Fonte: Autoria própria, 2022.

A KND é uma das maiores turmas da região em número de membros. As fotografias acima foram escolhidas por apresentarem duas das inscrições características desses grupos: uma, a pintura de muros que acontece anualmente como evento, e outra, as bandeiras de cada turma que são penduradas nos encontros. Andando no entorno do Campo do Periquito, diversas outras pinturas puderam ser vistas evidenciando que a pintura no muro é uma característica atual de demarcação territorial de tais grupos, além de funcionar como estratégia de visibilização.

**Figura 38 - Bonde da praça nos arredores do Campo do Periquito.**



Fonte: A autoria própria, 2022.

Nota-se que os registros exibidos dependem de determinados atores e grupos “guardiões da memória” para que apareçam. Fato que indica a importância que as redes sociais possuem no processo de transmissão, como também o aspecto geracional e familiar existente nos processos de preservação dos vínculos coletivos.

Pensar a preservação das memórias periféricas, suburbanas, em particular, de Realengo, invisibilizadas e silenciadas, inclusive pelas políticas públicas é observá-las no contexto de carência por fomento adequado do poder público nos bairros da Zona Oeste (ROSA, 2021). Dos 75 equipamentos culturais sob gestão ou da SMC-RJ (Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro) ou da SECEC-RJ (Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro), apenas 14 deles estão localizados em bairros da Zona Oeste (ROSA, 2021, p.31). A Zona Oeste, que é a região com maior extensão territorial, comporta bairros de grande densidade populacional da cidade e ainda assim possui um baixo número de equipamentos culturais e instituições de memória.

Apesar do desigual acesso a recursos, para quem vive em lugares desprivilegiados da cidade, a força de iniciativas coletivas culturais de sujeitos empenhados em construir outras

possibilidades de vida faz com que seja possível também reivindicar a melhoria dos investimentos para esses espaços da cidade. Rememorar essas histórias festivas, carnavalescas é renovar os vínculos com esse passado-presente no cotidiano dos moradores. Isso, desejando que no futuro essa transmissão também seja possível através de espaços institucionais de arquivo e preservação dessas manifestações culturais tão importantes para a histórica local.

#### 4.2. Realengo Operário

Além do Realengo festivo, o perfil fortemente operário aparece em destaque durante a pesquisa. Ao pensar bairros operários na Zona Oeste, frequentemente Bangu figura em primeiro pela memória da Fábrica de Tecidos Bangu (OLIVEIRA, 2010), e do time de futebol da fábrica que remontam um imaginário pulsante de trabalho e desenvolvimento (ARAÚJO, 2022). Já em Realengo, bairro famoso pela “Praça do Canhão”, a memória mais aparente é a dos quartéis sendo os edifícios militares aqueles que contornam as lembranças sobre o espaço. Entretanto, o bairro de Realengo também possui uma extensa história fabril como observado pelo caso da Fábrica de Cartuchos e Artíficos de Guerra de Realengo, assim como por outras tradições operárias no passado do bairro.

Mais uma vez buscando inventariar as condições de vida e trabalho desses sujeitos em sua inserção local, aciono meus interlocutores, os guardiões e arquitetos da memória do bairro. Apesar da busca não foram encontrados registros da “Fábrica de Louças”, ou dos “trabalhadores do SESI (Serviço Social da Indústria)”, memórias operárias que frequentemente apareciam nos relatos. Por conta do papel da Fábrica de Cartuchos no desenvolvimento da indústria bélica nacional, parece haver maiores registros, o que se evidencia pela coleção exibida aqui. Alguns obtidos por meio de antigos moradores estão destacados nesta análise, reconhecendo a relevância dessas produções imagéticas.

Na primeira fotografia apresentada (  Figura 39), lê-se a inscrição F.C.A.G. indicando “Fábrica de Cartuchos e Artíficos de Guerra”. Como visto na legenda, a fotografia data de 1929, e mostra segundo os relatos, os trabalhadores do Setor 3 da Fábrica. É interessante notar a presença das altas janelas que existem até hoje, preservadas no Setor 1, onde atualmente é o Colégio Pedro II. Durante a pesquisa pude manusear diversos objetos feitos pelos trabalhadores nas horas vagas. Pequenos souvenirs de enfeites criativos como, por exemplo, abridores de lata, pequenos leões e até mesmo um mini canhão, todos feitos de bronze, os mesmos materiais que produziam os cartuchos.

**Figura 39 - Trabalhadores na Fábrica de Cartuchos e Artifícios de Guerra.**



Fonte: Leila dos Santos, 1929.

Como de costume nesse tipo de registro, a posição na foto revela sua importância social: a família dos donos da fábrica e funcionários dos cargos mais altos sentados à frente, e os trabalhadores ao lado e ao fundo. Destaco um recorte da fotografia no qual podemos ver o rosto de Seu Affonsino.

**Figura 40 - Seu Affonsino.**



Fonte: Leila dos Santos [s.d.]

Na Figura 41, sem data, mas provavelmente tirada no final do século XIX, é possível identificar um perfil mais sumariamente masculino, além de crianças e adultos, grande parte segurando ferramentas. Segundo o relato dos familiares se tratava de uma oficina de marcenaria. Seu Affonsino, exímio marceneiro, produziu diversos objetos e peças de mobiliário que até hoje permanecem na casa da família. Mais à frente, em pé, à direita, aquele que parece ser o mestre do ofício.

**Figura 41 - Oficina de Marcenaria.**



**Fonte:** Leila dos Santos, [s.d].

Com as mudanças substanciais com relação à presença do Exército na região, a população que antes advinha principalmente da vida nos quartéis foi gradativamente substituída pela dos conjuntos habitacionais (SLIVNIK, 2020). Nos anos 1940, grandes iniciativas de habitação popular se instalaram na região, uma delas foi o Conjunto do IAPI- Realengo.

Em 1941, o bairro recebe seu primeiro conjunto habitacional de grande porte. As primeiras moradias foram entregues em 1943, possuíam os três andares residências com o térreo destinado a estabelecimentos comerciais. O Conjunto habitacional do Realengo, depois viria ser conhecido por IAPI em referência a sigla do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários, a instituição responsável pela aplicação direta das políticas de habitação popular. O IAPI de Realengo foi uma das primeiras experiências de uma construção deste tamanho na história da política de habitação brasileira (MANGABEIRA, 1982, p.31-32).

O projeto foi desenvolvido pelo arquiteto Carlos Frederico Ferreira, “com concepção baseada nos princípios da arquitetura moderna, introduzindo propostas pioneiras como a utilização ampla de elementos construtivos feitos *in loco*. (SLIVNIK, 2020). Segundo Slivnik (2020), a organização sindical e operária em função da articulação provocada pela presença de edifícios operários e espaços fabris em Realengo, tornou o bairro tão conhecido que durante anos foi apelidado de “Moscuzinho”, pela frequente presença de figuras do Partido Comunista Brasileiro em suas imediações, incluindo uma visita de Luiz Carlos Prestes (Ibid., 2020).

Há também outras formas de habitação popular cujas formas arquitetônicas se devem ao modelo de conjuntos habitacionais construídas durante as décadas de 1970 e 1980. Era o caso da minha própria casa, situada na Rua Tenente Pereira. Segundo relatos do meu pai, e de outros moradores, todas as casas faziam parte de um conjunto habitacional construído para os trabalhadores vinculados ao SESI. Até hoje, ao passarmos na rua, podemos ver a similaridade e padronização nas fachadas e nos telhados das casas. No exemplo abaixo, a parte à direita representa um anexo construído posteriormente que não constava no projeto original, a parte à esquerda, é a original, que pode ser vista até hoje reproduzida nas outras casas da mesma rua.

**Figura 42 - Minha casa da infância.**



**Fonte:** Autoria própria, 2022.

Outros exemplares de habitação popular são os conjuntos da Cohab (Companhia de Habitação) e o Conjunto Habitacional Pedro I, na Rua Capitão Teixeira, inaugurado em 1972 (DATA RIO, 2022). Essa pesquisa aponta a necessidade de que também a memória de seus

trabalhadores seja disposta no espaço público e que edifícios públicos destinados à preservação sejam criados.

A proximidade com edifícios e instituições militares impõe singularidades ao bairro em relação a outros espaços da cidade. Não são todos os bairros do Rio de Janeiro que crescem sob essa égide de possuírem edifícios e aparatos militares tão influentes no espaço urbano. Há fragmentos do passado realenguense que permanecem submersos e podem propor outra forma de enxergar como se deu a organização social do bairro e a vida de seus moradores. Se valorizamos essas memórias é possível se ancorar em outros feitos do passado a fim de inspirar o presente, não apenas o passado/presente militar, mas também o operário.

#### 4.3. A virada suburbana

“(…) a experiência urbana fica inscrita, em diversas escalas de temporalidade, no próprio corpo daquele que a experimenta, e dessa forma também o define, mesmo que involuntariamente” (JACQUES, 2009, p.130).

Fernandes (2011) destaca que a reforma urbana de Pereira Passos, no início do século XX, teve um efeito fundante na ideia de “subúrbio” como algo pejorativo. Ao expulsar as classes populares das regiões centrais da cidade, “modernizando-as”, era o “sertão” (CORRÊA, 2017) que recebia esses moradores expulsos. Ao falar de uma *virada* suburbana, objetiva-se pensar o subúrbio e o que ele representa como consequência de um espaço ocupado tanto a partir de sua determinação física (relevo montanhoso, grandes áreas de pastagem etc.), quanto por esse processo de segregação socioespacial.

Até meados da década de 1880, o processo de retalhamento de terras nos subúrbios era comandado principalmente pelo pequeno proprietário de terra, que retalhava a sua “chácara” em lotes, vendendo-os em leilão. A abertura de três novos eixos de penetração na área suburbana modificou substancialmente esse processo. Atraídos pela perspectiva de lucros fartos e rápidos, diversos bancos e companhias nacionais e estrangeiros logo adquiriram grandes glebas de terra, convertendo-as em lotes à medida que as ferrovias iam sendo inauguradas ou melhoram seu tráfego suburbano. [...] que viabilizou, para muitos e antes mesmo da Reforma Passos, a moradia fora da área central (ABREU, 2003, p.226).

Há uma latente complexidade ao se definir a categoria “subúrbio”. Atualmente é possível pensar “subúrbio” ou “suburbano” como fenômeno associado a signos e práticas, mais

do que a uma característica espacial, reposicionando o termo, portanto, de um *topos*<sup>47</sup> para um *ethos*<sup>48</sup>.

A “virada” ocorre não apenas pelas mudanças atribuídas ao espaço físico, mas também através do pertencimento identitário que ressignifica os estigmas atribuídos ao suburbano, positivando-os. Observando a experiência que viver a cidade inscreve no corpo suburbano, observa-se a emergência de diferentes narrativas por parte de sujeitos que se reivindicam suburbanos. Nessa “virada”, emergem memórias subalternizadas enquanto inscrições não institucionalizadas no contexto urbano (BIZARRIA, GOMES, 2022), principalmente a partir de produções artísticas que consideram novas estratégias de visibilização.

Essa reivindicação aparece expressa na obra de Bea Machado. A artista frequentemente produz obras que tem o piso de cacos de azulejos como tema. Através da frase “O subúrbio é dentro da gente”, Bea evidencia essa mudança topológica, em que aqueles nascidos em bairros do subúrbio levariam esse pertencimento dentro de si, não sendo necessário portanto que se viva efetivamente no subúrbio para se considerar suburbano. Esse movimento de valorização da memória desses locais considerados suburbanos corrobora para o efeito na subjetividade que habitar esses lugares produz em quem ali vive.

**Figura 43 - O subúrbio é dentro da gente”.**



Fonte: Instagram da artista Bea Machado, 2022

A tentativa de discorrer, ainda que de forma breve, sobre ambas as possibilidades de “ser suburbano”, seja pelo *topos* ou pelo *ethos*, se dá pela histórica referência à linha do trem

<sup>47</sup> Vocábulo grego referente à localização, espacialidade, lugar.

<sup>48</sup> Usamos o termo no mesmo sentido etimológico do vocábulo grego que dá origem a palavra 'ética': de um “modo de vida”, uma forma de existir e se expressar no mundo. (FIGUEIREDO, Antônio Macena. *Ética: origens e distinção da moral. Saúde Ética & Justiça*, 13(1), 1-9. 2008.)

enquanto um marcador estrutural do que era considerado “subúrbio” (FERNANDES, 2006) e como hoje outros aspectos podem ser levados em consideração, se pensarmos a prática e não apenas um lugar demarcado por certas infraestruturas urbanas.

Segundo Guimarães e Davies (2018, p.460):

(...) a noção de subúrbio carioca tem sido sistematicamente ressignificada por estudos dos cientistas sociais - como efeito das dinâmicas sociais, políticas e econômicas do país e da cidade, como desdobramento das linhas de pensamento que se difundem, consolidam e se dissolvem nos centros de pesquisa acadêmica, ou ainda pelas opções éticas e ideológicas dos próprios pesquisadores, cujas estratégias de escrita podem conferir significados transcendentais aos eventos observados.

Essa valorização em detrimento do estigma pejorativo dos tempos de Pereira Passos, enseja um movimento de posituação. Nesse processo, as mídias digitais têm sido um importante aliado. Há dois perfis do Instagram “Suburbano da depressão”<sup>49</sup> e “Impressões suburbanas”<sup>50</sup>, que são casos exemplares de uma sintetização do estilo de vida considerado suburbano, seja nos aspectos materiais ou nos modos de vida.

O “Impressões suburbanas” se dedica a uma curadoria arquitetônica de moradias consideradas “autenticamente suburbanas”. Vale ressaltar as descrições minuciosas da pesquisadora Geanine Souza, responsável pelas publicações, em que observa os estilos característicos da época, além de destacar os objetos que fazem também parte desses cenários, como os azulejos de santos nas fachadas das casas e o piso feito de cacos. Essas características, que como vimos também são utilizadas nas obras de artistas contemporâneos como as de Bea Machado, têm ressignificado o sentimento de pertencimento a partir da Estética, atribuindo valor positivo ao ressaltar e definir o “autenticamente suburbano”.

Apesar da complexidade em se definir “periferia” ou “subúrbio”, busca-se aqui um uso operativo dos termos para balizar o espaço que alguns bairros ocupam no espaço da cidade do Rio de Janeiro. Uma forma de classificação que possui as simplificações características de uma generalização, mas que traz um uso político da subjetividade proposta pelos termos, como explicitado pelos artistas em suas obras exibidas aqui. Na imagem abaixo podemos ver o que seria considerada uma “típica” casa de subúrbio. O telhado, o azulejo centralizado na fachada, os detalhes em ferro no muro e nas janelas atribuem um ar bucólico e constroem o que Geanine defende em seu perfil, uma arquitetura “autenticamente” suburbana.

---

<sup>49</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/suburbanodadepressao/> Acesso em 22 de abr. 2022

<sup>50</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/impressoesuburbanas/> Acesso em 12 de mai. 2022.

**Figura 44 - Publicação no “Impressões suburbanas”.**



**Fonte:** Geanine Souza, 2020

Em contrapartida, o “Suburbano da depressão” se empenha a contar diferentes histórias sobre aqueles que vivem o cotidiano de lugares do Rio de Janeiro considerados subúrbios, gerando uma identificação por parte de quem vê na própria vivência as mesmas características contadas ali, de forma cômica. O que fica evidenciado, nos diversos comentários nas publicações da página, é que o suburbano de hoje não vive necessariamente à beira da linha do trem, nas Zona Norte ou Oeste da cidade do Rio de Janeiro. É possível ser um suburbano de São Gonçalo ou de Nova Iguaçu, por exemplo. Cabe em quem se encaixa nesse perfil, agora, não apenas o aspecto espacial, mas também identitário.

Considerando a existência de um movimento de valorização do subúrbio, percebe-se que os mecanismos de segregação socioespacial aparecem não apenas ancorados por processos históricos, mas também por diferenças infra estruturais, que são consequência das desigualdades produzidas historicamente no país. Velho (1973), ao falar sobre o imaginário constitutivo do morador de Copacabana dos anos 70, observa a relação que seus novos habitantes estabeleciam entre morar no bairro e acessar a “modernidade”. Viver em Copacabana, ainda que muitas vezes em conjugados minúsculos, era viver uma certa noção de “progresso” característico do “urbano”. Entre outras palavras “o autor apontou que as categorias subúrbio e suburbano eram mobilizadas pelos moradores do bairro como representações antagônicas aos ideais de vida, hábitos e formas de sociabilidade atrelados à riqueza e sofisticação daquela localidade” (GUIMARÃES, DAVIES, 2018, p.464). Dado esse antagonismo entre o que pode ser considerado “urbano” e o “sertão”, é comum que até hoje muitos moradores de Realengo, ao se deslocar para a região central do Rio de Janeiro, refiram-

se a ela como “cidade”. É frequente ouvir “vou à cidade” quando alguém sai para trabalhar ou em busca de produtos e serviços na região do centro do Rio.

Nos últimos anos artistas periféricos têm produzido obras a partir de suas experiências com essa dicotomia entre o urbano e o sub-urbano. Uma experiência que frequentemente inclui um processo de deslocamento espacial diário, fruto dessa assimetria em acessar espaços de cultura na cidade, algo que conforma nossa psique e a transforma, como já nos alerta Simmel (1973). É preciso se deslocar para acessar espaços formais de arte, universidades, postos de trabalho e serviços em geral, e, nesse processo, produzir formas de adaptação para lidar com as diferenças subjetivas que são engendradas nos nossos corpos.

Como vimos, artistas periféricos têm produzido obras a partir de suas experiências com essa dicotomia entre o urbano e o sub-urbano. Uma experiência que frequentemente inclui um processo de deslocamento espacial diário, fruto dessa assimetria em acessar espaços de cultura na cidade, algo que conforma nossa psique e a transforma, como já nos alerta Simmel (1973). É preciso se deslocar para acessar espaços formais de arte, universidades, postos de trabalho e serviços em geral, e, nesse processo, produzir formas de adaptação para lidar com as diferenças subjetivas que são engendradas nos nossos corpos em nossos trajetos (MAGNANI, 1996).

Ao questionar as diferenças estruturais gritantes que atuam na forma como a desigualdade se apresenta na cidade, Guilherme Kid, morador de Realengo, alavanca-se como um desses artistas que atribui beleza ao que é considerado “sub-urbano”, “menos moderno”, “mais sertão”. Na temática das obras de Kid é possível ver seu cotidiano como morador do bairro. Desde uma obra em que uma mãe de mãos dadas com o filho aparece segurando uma sacola do Guanabara, rede de mercados abundante na Zona Oeste, passando por obras em que há apenas um homem sentado numa mesa de plástico, daquelas características dos bares e botecos do Rio de Janeiro, com uma garrafa de cerveja, ou uma representação de um bate-bola, figura emblemática do imaginário carnavalesco realenguense. Dialogando com a desigualdade latente, no que diz respeito a serviços como áreas de lazer, saneamento básico, transporte de qualidade etc., Kid transforma esses problemas, bem como as soluções criadas pelos moradores para driblá-los, em temáticas artísticas. Em um movimento de “fora-para dentro-para fora”, artistas como Guilherme Kid colocam no mundo suas narrativas e memórias sobre o local em que foram criados.

Como exemplo dessa reinvenção do cotidiano, na imagem abaixo podemos ver dois meninos de cabelos alourados, característico de movimentos favelados que reivindicam o “cabelo de cria”, expurgando o calor exorbitante do bairro em uma caixa d’água.

Frequentemente ao andar na rua, é possível ver que esses objetos são ressignificados pelos moradores. Por isso, o nome da obra “verão no subúrbio”, representando mais uma vez através da arte as narrativas de um *ethos* suburbano ancorado na positividade dos artistas visuais oriundos desse lugar.

**Figura 45 - Série: “Verão no subúrbio”.**



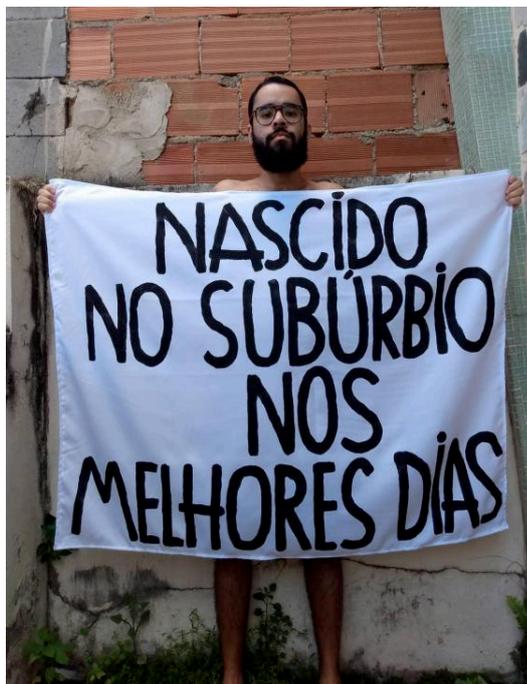
**Fonte:** Guilherme Kid, 2021

Várias outras obras de Kid poderiam ser apresentadas aqui. A obra abaixo configura-se como emblemática, pois ficou em exibição no Museu de Arte do Rio como parte da Exposição “Crônicas Cariocas”, no ano de 2022. A exposição trazia diversos artistas cujas obras dialogam diretamente com esses que estamos considerando “imaginários positivos” sobre o subúrbio e a periferia. Obras feitas com tiras de sandálias havaiana, azulejos tricolores em mosaico, saquinhos de São Cosme e Damião, ou ainda, algumas que remetiam ao famoso hábito de pendurar pares de tênis nos fios da rede elétrica. Havia uma série de fotografias emblemáticas de espaços como o Mercado de Madureira e o clássico Baile Charme, que acontece embaixo do viaduto Negrão de Lima, como exposto em capítulo anterior. A exposição, ao trazer elementos do subúrbio para o que é definindo imagetivamente como “ser carioca”, confronta a ideia de um *ethos* carioca que frequentemente evoca a praia, o surf ou o Cristo Redentor, já que as obras desses artistas-moradores falam de si e da cidade do Rio a partir de suas pertencas e de lugares quilômetros de distância da praia ou do Cristo.

A obra de Kid é uma bandeira com a frase “Nascido no subúrbio nos melhores dias”, verso da música, *Espelho*, de João Nogueira, escrita em 1977 (NOGUEIRA; PINHEIRO,

1977). Ela evidencia a influência do passado no presente, e a perspectiva de futuro, indicando que os melhores dias do subúrbio, dos nossos pais e avós, são agora e serão no futuro. Os melhores dias foram os dias de João Nogueira e são os dias de Kid.

**Figura 46 - Bandeira “Nascido no subúrbio nos melhores dias”.**



**Fonte:** Guilherme Kid, 2021

Fica aparente no relato de Kid<sup>51</sup> a importância de ter nascido no subúrbio para seu ofício artístico. Uma retórica de autenticidade de quem se considera do pedaço (MAGNANI, 1992):

Esse trecho da música "espelho" do mestre João Nogueira me representa muito. João era um suburbano convicto, e deixava isso claro em suas músicas. Assim como ele, eu tento ser verdadeiro em minhas obras e falar sobre a minha vivência suburbana. Ter brincado na rua na infância, ter estourado o tampão do dedo no paralelepípedo jogando bola, ter feito intera pra comprar um Tobi pra beber com os amigos formou minha personalidade. Eu sei que eu seria muito diferente se não tivesse nascido aqui, pois o subúrbio nos faz ter uma ótica específica da cidade. Uma infância indo nas casas da minha família em Bangu e em Bonsucesso, uma adolescência frequentando a COHAB de Realengo e o Barata. Tomar açafá, comer X-tudo, comprar salgado + refresco no geléia em Bangu, torcer pra Mocidade independente de Padre Miguel, criar laços e fincar raízes. Não é fácil a minha vida de artista pobre de Realengo, mas não importa aonde estiver ou pra onde eu for, vou bater no peito e dizer que sou "nascido no subúrbio nos melhores dias" (KID, 2021).

---

<sup>51</sup> Instagram do artista Guilherme Kid, @guilherme\_kid : <https://www.instagram.com/p/COI12C-prvD/> Acesso em 28 de jan. 2022.

O relato de Kid também deixa ver algumas das práticas sociais mencionadas anteriormente. Como observado, há um conjunto de símbolos e rituais que conformam a especificidade do que é considerado um *ethos* suburbano. “O subúrbio carioca é, assim, um dos tantos encontros possíveis entre o factual e o alegórico nas escritas etnográficas, um espaço tanto real quanto imaginado, narrado como forma de crítica social e guiado pelos desejos de transformação social” (GUIMARÃES, DAVIES, 2018, p. 471).

Em um breve relato pessoal, acerca das formas sobre como o corpo suburbano se movimenta em seus trajetos (MAGNANI, 1992) e é por eles afetado (JAQUES, 2009) trago a imagem abaixo:

**Figura 47 - Um galo na Rua Major Cavalcante.**



**Fonte:** Autoria própria, 2016.

No ano de 2015, comecei a estudar em um curso de idiomas na Cinelândia, Centro do Rio de Janeiro. Um dia, durante uma dinâmica de apresentação, a professora perguntou onde cada um morava. De todos os alunos presentes eu era a única da Zona Oeste, os outros eram da região da Tijuca ou da Zona Sul. Ao dizer que morava em Realengo, um dos estudantes indagou, de forma jocosa: “Realengo tem cavalo, né?”. Na ocasião eu ri, e respondi que sim. Pois, afinal,

não era anormal ver carroças carregando todo tipo de coisas nas ruas da região. Entretanto, ao olhar hoje para esse episódio, e sendo esse estudante um morador do Leblon, fica evidente como a construção do imaginário sobre a Zona Oeste está vinculado ao “atraso” em oposição ao “progresso” e o “urbano” das zonas mais centrais.

Se pudesse responder a esse colega hoje, lhe diria que Realengo não tem apenas cavalo, tem galo também. No ano de 2016, frequentemente saía por Realengo com uma câmera na mão. A tentativa era de mesmo titubeando no uso do aparato fotográfico poder registrar o que via ao “flanar” pelo meu bairro. Uma forma de experimentar luzes e composição visual no exercício da fotografia. Essa imagem do galo foi feita em um dia de semana no pôr do sol da Rua Major Cavalcante, ao voltar de um desses passeios. Me deparei com essa cena que automaticamente criou uma ruptura no tempo do urbano dos fios e dos carros que me rodeava. A visão de um galo no meio da rua me transportava para o passado/presente rural desse sertão carioca. Nunca havia visto um galo a próxima à minha casa.

Produzir esse trabalho com imagens próprias é ajudar a compor um relato do tempo presente, algo de muita importância, como sugerido por alguns dos meus interlocutores. A presença dessa fotografia dialoga com uma metodologia corrente em meus trabalhos na defesa do uso de imagens como ferramentas/produções sociológicas (BAPTISTA, 2021b), além de em parte suprir as lacunas que outros materiais previstos para ser analisado neste capítulo, infelizmente deixaram. Entre eles, destaco os cartões postais de Realengo que estariam no acervo do CMRP (Centro de Memória de Realengo e Padre Miguel). Infelizmente, pelas questões de acesso ao acervo já mencionadas, não foi possível visualizá-los. No entanto, vale inserir sua importância no debate, pois a frase que dá título a esse trabalho vem de uma das conversas sobre esse tema.

Segundo uma das interlocutoras da pesquisa, a criação de cartões postais sobre o bairro era uma iniciativa no sentido de “produzir uma memória do presente”. Além, de “disputar o imaginário da cidade maravilhosa”. Afinal, “Por que só pode ter cartão-postal do Cristo Redentor?”. Foi o que escutei como argumentação sobre a ação promovida. A iniciativa demonstra como há tempos vêm se estabelecendo formas de disputar com imaginários existentes na cidade do Rio de Janeiro. Como afirma Roy Wagner (2010), a cultura é uma invenção que se reproduz através de aparatos inventados, sendo assim também passível de reinvenção. Logo, enxergar os movimentos em direção ao reconhecimento da diversidade é uma forma de valorização das memórias locais apresentadas no percurso desta dissertação.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como observado, uma das estratégias para fomentar a valorização do lugar em que vivemos e lutar por melhores condições, é desenvolver sentimentos de identidade e pertencimento utilizando a memória como ferramenta de engajamento. Ao pensar nesses sentimentos pela perspectiva da Memória Social, fica evidente a afirmação de Halbwachs (1990, p. 133) que “não é o indivíduo isolado, é o indivíduo como membro do grupo, é o próprio grupo que, dessa maneira, permanece submetido à influência da natureza material e participa de seu equilíbrio”, ou seja a memória emerge como sentimento coletivo, como transmissão, mas permanece e se atualiza quando engendrada pelo conhecimento sobre a história, pelas materialidades e suportes que a mantêm, pela como um espaço é concebido, pois isso influencia diretamente na percepção desse espaço por seus habitantes (ARAÚJO, 2022). A presença de determinadas inscrições conforma e direciona o sentimento de pertencimento e identificação.

A análise propôs-se a refletir sobre como esse sentimento vem atuando nos corpos suburbanos, considerando as constantes disputas por Direito à Cidade, e as políticas de exclusão às quais estão submetidos. Neste estudo, o Direito à Cidade está em convergência com o Direito à Memória. Tratando-se, portanto, de um aspecto fundamental ao se observar regiões atualmente subalternizadas, considerar a importância política do sentimento de autoestima em relação ao lugar em que se vive.

Didi-Huberman (2010, p. 71) adverte que: “não há que escolher entre o que vemos e o que nos olha. Há apenas que se inquietar com o entre.”. Concordando com sua perspectiva, o aspecto pendular da vivência suburbana nos coloca nesse constante lugar de “entre”. E sendo assim, observar o mundo a partir dos próprios trajetos e percebê-los como lugares de diferentes possibilidades para além dos estigmas e reificações, pode ser a inquietação necessária para que se produzam *novas* imagens, sobre *novos* sujeitos e que emerjam *novas* memórias.

A identidade e o pertencimento em sua relação intrínseca com a memória são matéria-prima de criação dos sujeitos que se apropriam da vivência marcada pelas assimetrias de habitar esse lugar, de ter um corpo suburbano, e valorizar a experiência de quem vive nesse ou em outro subúrbio, “dentro e fora da gente”. Nesse caso, a ausência de instituições de conservação e fomento à memória local nesses lugares é um dos muitos exemplos de desigualdades infra estruturais que conformam a subjetividade do morador de Realengo.

A ideia de “comunidades imaginadas” como ensina Anderson (2008), problematiza como determinadas características e histórias são concebidas e terminam por serem entendidas

como “nacionais” ou “universais”, em detrimento de outras. Essas características, então, tornam-se “valores nacionais”, sendo reproduzidas por meio de estratégias materiais e imateriais, por grupos hegemônicos. Nessa perspectiva, o que não corrobora a narrativa “oficial” se torna fadado ao subterrâneo, ao silenciamento, em um “regime de opacidade”. Nesse sentido, abordar a memória suburbana nesta dissertação, principalmente a partir do paradigma de uma “virada”, indica que essas memórias “não oficiais” estão vivas, disputando espaço na cidade e na imaginação, ainda que submetidas a essas distintas relações de poder. Se segundo a perspectiva de Anderson (2008), é possível “imaginar” comunidade, construir comunidade passa a ser então um exercício cotidiano.

Memórias, histórias, lembranças, espaços, tempos, categorias que trabalham ora de forma antagônica, ora complementarmente. Selecionando os aspectos do passado que permanecem fundamentais para a nossa constituição enquanto sujeitos no presente. Definem a reprodução de valores que se dão não apenas através da transmissão familiar, mas também de forma coletiva e social. Nossas lembranças aparecem reguladas por instituições e mecanismos de reprodução, como a escola, igreja, mídia, institutos de patrimônio etc., mecanismos que formulam aparatos materiais que atuam como referenciais, conformando nossas subjetividades e nossos passados.

Os exemplos analisados apresentaram essas diversas possibilidades de inscrições no espaço público, considerando suas intrínsecas descontinuidades e permanências, o que permite capturar as tensões que marcam as relações de poder constantes na instalação de suportes de memória. Processos que evidenciam quem pode ou não ser lembrado, quem pode ou não escolher compartilhar suas formas de expressão e visibilizar suas memórias no espaço público. A célebre frase de Waly Salomão<sup>52</sup>, “a memória é uma ilha de edição”, já nos adverte: é inerente à memorização o processo de editar e escolher. Ação, que, no entanto, produz não apenas lembranças, mas esquecimentos. Decidir onde se instala uma estátua, que personagens rememorar ou até mesmo o nome de uma praça, ou de uma escola, é um processo que acontece muitas vezes de forma assimétrica e unilateral. A decisão acerca da instalação de monumentos oficiais parte de quem detém o poder de nomeação (POUTIGNAT, STREIFF-FENARTS, 2011), é um fato raro quando é feita de forma participativa e popular. Permitir que se instalem

---

<sup>52</sup> “A memória é uma ilha de edição” é uma famosa frase do poeta e artista multiexperimental, Waly Salomão que se encontra no verso de abertura do poema: “Carta aberta a John Ashbery”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/o-pensamento-quente-de-waly-salomao-9771366> Acesso em 12 de jun. 2022.

certos suportes de memória em detrimento de outros, é definir que passados e valores devem permanecer por meio desses suportes.

Nos capítulos apresentados buscou-se refletir acerca da assimetria dessas instalações na cidade, a partir do conceito de inscrições de memória. Foi possível através desse conceito e do campo das materialidades, discutir Realengo em suas múltiplas complexidades; perceber o que essas inscrições efetivamente produzem no espaço urbano enquanto agentes; abordar experiências de contramemória através da ideia de memórias insurgentes e salientar a importância de um fazer teórico-territorializado. Observou-se como no caso de Realengo há histórias que se tornaram hegemônicas na região, caso por exemplo do passado militar que na atualidade ainda demarca grandemente a identidade local, mas foram apresentadas as lutas de movimentos sociais e coletivos culturais para que outras memórias emergjam. Choque evidenciado pela disputa das áreas do exército ainda não destinadas para áreas públicas de lazer como no caso do Parque de Realengo. Através da luta do Movimento Parquinho Verde, analisou-se como os militares são agentes históricos fundamentais da urbanização do país.

A presença de certas materialidades como definidoras de pertencimentos que podem ou não gerar sentimentos de preservação e valorização, emergiu como um eixo importante na presente análise. Nesta perspectiva, abordou-se a presença do trem enquanto um aparato definidor não apenas das formas de locomoção no bairro, mas também em seu aspecto simbólico, evidenciado pela conexão entre “subúrbio” e “linha férrea”. Da mesma maneira, foram sinalizadas outras inscrições memoriais do bairro, como a Praça Anjos da Paz, concebida como forma de homenagear as vítimas da tragédia da Escola Tasso da Silveira. Salientou-se também a carência de edifícios dedicados à preservação da memória dos grupos periféricos locais, fato evidenciado pela ausência de um espaço definitivo para o acervo do Centro de Memória de Realengo e Padre Miguel, fundado pela professora Martha Nogueira.

Outras inscrições da região foram apresentadas como forma de comparar as diferentes funções da memória no espaço, mas também como ela o organiza, e enseja com ele uma relação de mão-dupla na construção dos imaginários e identidades locais. Nesse sentido, foram inseridas uma série de fotografias e registros imagéticos de duas das principais memórias que apareciam nas falas dos interlocutores da pesquisa consideradas aqui como “submersas”: a de um Realengo festivo e de um Realengo operário. Memórias invisibilizadas devido à dificuldade de acesso e desvalorização do poder público quanto a acervos e arquivos em lugares de subúrbio.

Ao chegar aos termos finais deste trabalho, espero ter cumprido o convite que me foi feito ainda na qualificação de “descrever em minúcias e refletir com sensibilidade os aspectos da vida social de um bairro e suas imbricações à produção de memórias”, enquanto “uma possibilidade única”<sup>53</sup> de pesquisa, pelas minhas condições de moradora-observadora. Ao mapear essas inscrições no espaço urbano, das visíveis às submersas, pretendi esboçar novos caminhos possíveis de olhar Realengo, criados a partir dos meus próprios novos olhares sobre o bairro e sobre mim, enquanto parte da história e da memória desse lugar.

Nesse percurso espero ter conseguido fomentar no leitor a curiosidade e estimulado o reconhecimento da pluralidade dos modos de inscrever as memórias no espaço urbano, entendendo que estas são instrumentos de luta e reivindicação que permitem a grupos se entenderem enquanto parte de um habitar coletivo, conectado por um passado/presente comum. Espero também ter conseguido demonstrar um pouco da diversidade daqueles que continuam incansáveis como produtores de formas de valorização das histórias do bairro, cotidianamente conduzindo processos de transformação social no “nosso lugar”.

Esta dissertação termina, mas os temas permanecem, assim como minhas inquietações sobre os entrecruzamentos apontados aqui em relação ao binômio lembrança x esquecimento, e a como fomentar formas de valorização cultural que não recaiam em novos velhos estereótipos sobre a precariedade enquanto potência criativa e empreendedora.

Finalizo apontando que a memória é uma ferramenta importante nas articulações comunitárias, instrumento eficaz para a implantação de meios mais democráticos de participação civil, incluindo a construção de políticas sociais, não apenas no campo da memória e do patrimônio, mas também em outros. As noções de identidade, memória e pertencimento promovem a união de coletivos e organizações da sociedade civil, que mesmo com lutas diferenciadas se unem pelo embrião comum do “habitar” o bairro, aqui protagonizado por Realengo. Através de narrativas contra hegemônicas passados até agora submersos podem emergir. A expectativa é que esse trabalho sirva de inspiração para futuras pesquisas sobre a relevância das memórias populares e suburbanas. Fazendo votos que os campos das Ciências Sociais e da Memória Social ampliem os olhares sobre as Zonas Oestes em sua diversidade.

---

<sup>53</sup> Agradeço ao professor Frank Andrew Davies por enviar-me por escrito todas as suas considerações e sugestões acerca desse trabalho expressas na qualificação.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Da habitação ao habitat: A questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. Revista do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 10, 2003. Disponível em: [http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista\\_10/10-MauricioAbreu.pdf](http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_10/10-MauricioAbreu.pdf) Acesso em: 12 mai. 2022.

\_\_\_\_\_; Sobre a memória das cidades. Revista da Faculdade de Letras - Geografia I série, Vol. XIV, Porto 1998, pp.77-97

\_\_\_\_\_; A evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: TARDY, C. (Org.); DODEBEI, Vera (Org.). Memória e novos patrimônios. 1. ed. Marseille: OpenEdition Press, 2015.

ABREU, Regina. DINOLA, Sabrina. Desafios da patrimonialização do imaterial no caso da prática performativa do "jongo". Revista Aceno. v. 4 n.7, Universidade Federal de Mato Grosso, 2017. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/issue/view/372> Acesso em 13 de fev. 2023

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

AGENDA REALENGO 2030. Agenda de desenvolvimento local. 2ª ed. Rio de Janeiro: Associação Casa Fluminense, 2022.

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo; tradução Denise Bottmann. -- São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

APPADURAI, Arjun. Introdução: Mercadorias e a política de valor. In: A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008. p.15-88.

ARAÚJO, Fábio. Promessas, expulsões, esperas e materialidades: políticas e poéticas na produção de uma territorialidade urbana. In: Rio a Oeste: Modos de habitar e fazer a cidade. Org: Fábio Araújo e Frank Andrew Davies, 1ª edição, Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2022.

ASSMANN, Aleida. Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural. Tradução de Paulo Soethe. Campinas: Ed.Unicamp, 2011. p. 348–361.

BAPTISTA, Juliana. Um Jesus no Carnaval: considerações sobre Política e Religião no enredo da Mangueira em 2020. Orientadora: GOMES, Edlaine de Campos. 2021. 60. Trabalho de conclusão de curso – Licenciatura em Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais, Unirio, Rio de Janeiro, Rj. 2021a.

\_\_\_\_\_; Carnaval e Religião em desfile: Imagens como produções/ferramentas sociológicas. Texto para o Blog da Sociedade Brasileira de Sociologia. 2021b. Disponível em: <https://www.sbsociologia.com.br/carnaval-e-religiao-em-desfile-imagens-como-producoes-ferramentas-sociologicas1/> acesso em 10 de mai. 2022

BENJAMIN, Walter. O narrador in: Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. Volume I. Editora Brasiliense, 3ª edição. 1987.

BIZARRIA, Julio. GOMES, Edlaine de Campos. Marielle restored? Mortuary graphisms, memory and ritual in intersectional and anti-racist responses to necropolitical violence in Rio de Janeiro. *Memory Studies*, Sage, 2022.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade. Lembranças de velhos - 19ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BRENNAND, Jorgiana Melo de Aguiar. A feira e o Viaduto: espaços de consumo a partir da reconfiguração da principal via de acesso a Madureira. *Revista Diálogo com a Economia Criativa*, Rio de Janeiro v.7 n.20, 2022.

CAIAFA, Janice. Aventura das cidades. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

CABRAL, Sérgio. As escolas de samba do Rio de Janeiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumiar, 1996.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo. 2ª ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo Editora UNESP, 2000.

CASTRO, Celso. A Invenção do Exército Brasileiro: Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CHAGAS, Mário de Souza. ABREU, Regina. Museu da Maré: memórias e narrativas a favor da dignidade social. *MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia*, n.3, 2007. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2004.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. Estação Liberdade: Editora Unesp. São Paulo, 2001.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930/1940). Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

CID, Gabriel da Silva Vidal, A memória como projeto: tensões e limites da patrimonialização da capoeira. 2016, 193f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

CORRÊA, Armando Magalhães. O Sertão Carioca. 2ª ed. Editora Contracapa, 2017.

DAVIES, Frank Andrew. Urbanismo militar na “região olímpica”: dinâmicas de produção do espaço para além dos megaeventos. *Revista Interseções*, v.22 n.2, p. 249-263, Rio de Janeiro, 2020

\_\_\_\_\_; De Deodoro a Realengo: militares na produção da Zona Oeste do Rio de Janeiro. In: *Rio a Oeste: Modos de habitar e fazer a cidade*. Org: Fábio Araújo e Frank Andrew Davies, 1ª edição, Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2022

DIDI-HUBERMAN, George. O que vemos, o que nos olha. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2010.  
\_\_\_\_\_; Quando as imagens tomam posição – O olho da História, I. (tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão) Minas Gerais: UFMG, 1ª ed., 2017a.

\_\_\_\_\_; Cascas. (3a. edição). São Paulo, Editora 34, 2017b.

DOS SANTOS, Maria Carolina de Oliveira. Dos sertões aos quartéis: Uma análise sobre a influência dos militares no processo de urbanização de Realengo. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p.67. 2020.

DOUGLAS, Mary. Pureza e perigo. Lisboa: Edições 70, 1991.

FABRE, Daniel. Catástrofe, descoberta, intervenção ou monumento como evento. *Revista Memória em rede*. Pelotas, v.11, n.21, Jul./ Dez, 2019.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. *Cadernos De Campo*, 13(13), 2005, p. 155-161.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. Os militares e o espaço do Rio de Janeiro: um programa de pesquisa em geografia urbana e geopolítica. *Scripta Nova – Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, v. X, n. 218. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-27.htm>. Acesso em set. de 2020.

\_\_\_\_\_; O rapto ideológico da categoria subúrbio - Rio de Janeiro 1858/1945. Rio de Janeiro. Editora Apicuri/Faperj, 2011.

FERNANDES, João Luís J. Cityscapes: símbolos, dinâmicas e apropriações da paisagem cultural urbana. *Máthesis*, n. 18, p. 195-214, 1 jan. 2009.

FRÓES, José Nazareth de Souza. Terras Realengas. Rio de Janeiro: Conselho das Instituições de Ensino da Zona Oeste, 2004

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. Patrimônio Histórico e Cultural. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009

GIL, Gilberto. Aquele abraço. PHILIPS RECORDS, 1969.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

\_\_\_\_\_; Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. Horizontes Antropológicos, 2005.

\_\_\_\_\_; Antropologia dos objetos. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

GOMES, Edlaine de Campos. MARTINS, Andrea Damascena. Estratégias de preservação do patrimônio religioso cristão edificado em dois contextos europeus. Religião e Sociedade, v.37, p.77-100, 2017.

GOMES, Edlaine de Campos. BIZARRIA, Julio. BAPTISTA, Juliana. Quem pode ser lembrado? Homenagens mortuárias em contexto de políticas de morte. Mediações - Revista de Ciências Sociais, Londrina, v.28, n.,1, 2023. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/46951>

GUALDA, Aline. As turmas de bate-bolas do carnaval contemporâneo. Revista Concinnitas v.2 n.13, Uerj, 2008.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. DAVIES, Frank Andrew. Alegorias e deslocamentos do “subúrbio carioca” nos estudos das ciências sociais (1970-2010). Revista Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro, v.8 457 - 82, mai.– ago., 2018.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Traduzido do original francês “*La memoire Collective*” (2.a ed.). Tradução de Laurent Léon Schaffter. Presses Universitaires de France Paris, França, 1968 © 1950. Presses Universitaires de France. Edições Vértice, 1990.

\_\_\_\_\_; La reconstitución del pasado. in: "Los marcos sociales de la memoria". Caracas: Anthropos Editorial, 2004.

HODDER, Ian. Entangled. An Archaeology of the Relationships between Humans and Things. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012.

HUYSSSEN, Andreas. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo, 2010.

INGOLD, Tim. Ancestry, generation, substance, memory, land. In: Ingold, Tim. *The perception of the environment: essays in livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge, Taylor & Francis Group, 2000. p. 132-152

\_\_\_\_\_; Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropofágicos*, vol. 18 n. 37. 25-44, 2012.

\_\_\_\_\_; A antropologia ganha vida. in: *Estar Vivo*. Editora Vozes, 2015.

IRELAND, Iracy. LYDON, Jane. Rethinking materiality, Memory and Identity. *Public History Review*. Vol 23, 2016. p.1-8

JACQUES, Paola Berenstein. Corpografias urbanas a memória da cidade no corpo. In: VELLOSO, Monica; ROUCHOU, Joelle; OLIVEIRA, Claudia (orgs.). *Corpo-identidade, memória e subjetividades*. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun (Ed.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos. Ensaio de Antropologia Simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994

\_\_\_\_\_; Terceira fonte de incerteza: os objetos também “agem”. In: *Reagregando o social. Uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador, Bauru: Edufba, Edusc, 2012.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 2003.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Da Periferia ao Centro: Pedacos e trajetos. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, v.35, (p.191-203), 1992.

\_\_\_\_\_; De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *RBCS*, v. 17, n. 49, 2002.

MANGABEIRA, Wilma. Lembranças de Moscouzinho (1943-1964): estudo de um conjunto residencial operário in *Revista Dados*, v. 32, n.º 2, 1982.

MANSUR, André. Luiz. *O velho oeste carioca – volume II: mais histórias da ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro (de Deodoro a Sepetiba) do século XVI ao XXI*. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2011.

\_\_\_\_\_. *O velho oeste carioca: história da ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro (de Deodoro a Sepetiba) do século XVI ao XXI*. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2008.

MAUSS, Marcel, 1981 [1921], “A expressão obrigatória dos sentimentos (rituais orais funerários australianos)”, em Marcel Mauss, *Ensaio de Sociologia*. São Paulo, Perspectiva, 325-335.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. Tradução de Carlos Alberto R. de Moura. 2-ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MEYER, Birgit. *Como as coisas importam. Uma abordagem material da religião*. GIUMBELLI, Emerson; RICKLI, João; TONIOL, Rodrigo (Org.) Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019.

MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013.

NOGUEIRA, João; PINHEIRO, Paulo César. *Espelho*. EMI. 1977.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. *Projeto História*, n.10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Tatiana. *Museologia Social: em rede, em movimento, em coletivo e a experiência do Museu Vivo do São Bento*. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 59, n. 15, p. 25-52, 3 Jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/7104> Acesso em 3 de abr. 2022.

OLIVEIRA, Márcio Piñon. *A Trajetória de um Subúrbio Industrial Chamado Bangu*. In: OLIVEIRA, M.P.; FERNANDES, N.N. *150 Anos de Subúrbio Carioca*. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj: EdUFF, 2010

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O trabalho do antropólogo*. 2. ed Brasília: Paralelo 15; São Paulo Editora UNESP, 2000.

PARK, Robert. *A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano*, in G. Velho, *O fenômeno urbano*, Rio de Janeiro, Zahar. 1967

PAZ, Elisete de Souza Ramão. GEVEHR, Daniel Luciano. JUNG, Carlos Fernando. “Identidade E representações Sociais Na construção Da Imagem Da Cidade: Uma análise Conceitual”. *Resgate: Revista Interdisciplinar De Cultura* 29 (00). Campinas, SP. 2021 Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8661426>

PINA CABRAL, João de. *A morte na antropologia social*. *Análise Social* 20 (81/82). 1984. p.349–356.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. *Estudos Históricos* 2 (3): 3–15. 1989.

\_\_\_\_\_; Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

\_\_\_\_\_; A gestão do indizível. *Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall. Web Mosaica*, v.2 n.1 (jan-jun) 2010.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade: seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras*. São Paulo: Ed. UNESP, 2011

ROSA, Sandro Henrique. *Cultura sob o viaduto: O espaço cultural Viaduto de Realengo e dimensões das políticas culturais no Rio de Janeiro*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Produção Cultural, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Produção Cultural. IFRJ, 2018.

\_\_\_\_\_; *O Espaço Cultural Viaduto de Realengo: Reflexões sobre fazer cultural em territórios populares*. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Cultura e Territorialidades. UFF, Niterói, 2021

ROSALDO, Renato. *Culture and Truth. The Remaking of Social Analysis*. Boston, Beacon Press, 1989.

SAHLINS, Marshal. *Notas sobre o sistema de vestuário norte-americano*. In: *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2022.

SANTOS, Luciana Oliveira dos. "Voltando a ser escola": estudo de caso da tragédia de Realengo no município do Rio de Janeiro (RJ). Dissertação (Mestrado), Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2016.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2002.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. Companhia das Letras, São Paulo, 1996.

SILVA, Raphael Ribeiro da. *Modos de ser Realengo: espaço-corpo-arte num memorial afetivo*. Monografia de Conclusão de curso (graduação em Estudos de Mídia). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2017.

SILVIA, Merília T. Barbosa da. Fala Mangueira! Marília T. Barboza da Silva, Carlos Cachaça, Arthur L. de Oliveira Filho. - Rio de Janeiro: J. Olympio, Rio de Janeiro, RJ. 1980.

SIMAS, Luiz Antonio.; FABATO, Fábio. Pra tudo começar na quinta-feira: o enredo dos enredos. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

SIMMEL, Georg. 1973 [1903]. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

SIMONDON, Gilbert. *Imagination et invention*. Paris: (1966) P.U.F. 2014.

SOUZA, Patrícia Rodrigues de. Pensar a religião através das coisas: materialidade religiosa e decolonização. REVER, São Paulo, v. 22, n.2, 2022.

SOUZA, Ricardo Luiz de. A mitologia bandeirante: construção e sentidos. *História Social*, n. 13, p. 151-171, 11, 2007.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TAKAKI, Emika. COELHO, Glauci. A experiência da Ação Cultural Hip-Hop sob o Viaduto de Madureira no Rio de Janeiro. *Revista Risco*, São Paulo n.2 v.8, 2008.

VALLADARES, Lícia do Prado. Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

VELHO, G. Observando o familiar. In: VELHO, G. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

\_\_\_\_\_; *A utopia urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1973.

VIANA, Claudius Gomes de Aragão. História, memória e patrimônio da Escola Militar do Realengo. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_; A Fábrica de cartuchos do Realengo (1898 - 1977). In: *Revista Digital Simonsen*. Rio de Janeiro, n.4, Jun. 2016. Disponível em: <[www.simonsen.br/revistasimonsen](http://www.simonsen.br/revistasimonsen)>

\_\_\_\_\_; Realengo e a Escola Militar: um estudo sobre memória e patrimônio urbano. *Revista Mosaico-Vol. 1 - n.2, 2009*. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19906/62784-134957-2-PB.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 3 de abr. 2022

VIEIRA, William de Souza. Núcleo Socialista de Campo Grande: interações entre memórias e história em contexto local. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Linha de Pesquisa: Memória e Espaço. Orientadora Profa Andréa Lopes da Costa Vieira, 2015.

WACQUANT, Loïc. Corpo e Alma Notas Etnográficas de um Aprendiz de Boxe. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WAGNER, Roy. A invenção da cultura. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WALSH, Catherine (Ed.). Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

WENCESLAU, Carlos Alberto da Cruz. Realengo, meu bem querer. Rio de Janeiro: Conselho das instituições de ensino superior da Zona Oeste, 2004.

### Links

ALFANO, Bruno. Vítimas da tragédia na Escola Tasso da Silveira, em Realengo, vão ganhar memorial. (2015) Jornal Extra. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/vitimas-da-tragedia-na-escola-tasso-da-silveira-em-realengo-vao-ganhar-memorial-17364580.html> Acesso em 12 de out. 2022

BAPTISTA, Juliana. BIZARRIA, Julio. GOMES, Edlaine. A destruição de altares: sobre a homenagem aos mortos do Jacarezinho e a chacina como monumento de Estado no Rio de Janeiro. Plataforma Religião e Poder, 2022. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/a-destruicao-de-altares-sobre-a-homenagem-aos-mortos-do-jacarezinho-e-a-chacina-como-monumento-de-estado-no-rio-de-janeiro/> acesso em 12 de jun. 2022.

CMRP. Centro de Memória de Realengo e Padre Miguel. Acervo CMRP. Disponível em: [https://web.facebook.com/centromrp/photos/a.382054998540690/387854064627450/?\\_rdc=1&\\_rdr](https://web.facebook.com/centromrp/photos/a.382054998540690/387854064627450/?_rdc=1&_rdr) Acesso em: 12 de mai 2022.

ECOMIMESIS, Projeto do Parque Realengo. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/991448/parque-de-realengo-comeca-a-ser-construido-na-zona-oeste-do-rio-de-janeiro> Acesso em 22 de nov. 2022

FANTTI, Bruna. Estátuas de alunos mortos no massacre de Realengo geram polêmica. Folha de São Paulo. São Paulo, 20 de set. 2015. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/09/1684096-estatuas-de-alunos-mortos-no-massacre-de-realengo-geram-polemica.shtml>> Acesso em 23 de set. 2022.

FORTES, Luiz. Justa homenagem aos Anjos de Realengo, mas o local gera controvérsias. Jornal Realengo em Pauta. Rio de Janeiro, 16 de set. de 2015. Disponível em: <[www.realengoempauta.com.br/justa-homenagem-aos-anjos-de-realengo-mas-o-local-geracontroversias/](http://www.realengoempauta.com.br/justa-homenagem-aos-anjos-de-realengo-mas-o-local-geracontroversias/)>. Acesso em 23 mai. 2022.

KID, Guilherme. Nascido no subúrbio nos melhores dias. (2021) Disponível em: <https://www.instagram.com/p/COI12C-prvD/>. Acesso em: 02 de out. 2022.

\_\_\_\_\_; Verão no subúrbio. (2019) Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CTkOCTxrdin/> Acesso em: 02 de out. 2022.

MACHADO, Bea. O subúrbio é dentro da gente. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CI33t7KLH0b/> Acesso em 03 de fev. 2023

MARTINELLI, Flávia. Porque devemos, sim, derrubar estátuas de racistas. Mulheres UOL. 2020. Disponível em: <https://mulherias.blogosfera.uol.com.br/2020/07/03/por-que-devemos-sim-derrubar-estatuas-de-racistas/> Acesso em 28 de julho, 2021.

NOGUEIRA, Martha. Facebook do Centro de Memória de Realengo e Padre Miguel. 2013 Disponível em: <https://www.facebook.com/centromrp/photos/a.382054998540690/531727530240102/> Acesso em 12 de fev. 2022.

OBSERVATÓRIO CIDADE INTEGRADA. Nota do Observatório Cidade Integrada sobre destruição do memorial às vítimas da chacina do Jacarezinho. 12 de maio de 2022. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/nota-do-observatorio-cidade-integrada-sobredestruicao-do-memorial-as-vitimas-da-chacina-do-jacarezinho/>. Acesso em 13 de maio de 2022.

PARQUINHO VERDE. Remoção dos moradores do Ideal para a construção do Parque de Realengo. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CI48SqLLE86/> Acesso em 15 de jan. 2023.

SLIVINIK, Andrej. Lugares de Memória dos Trabalhadores #43: Conjunto Residencial do IAPI de Realengo, Rio de Janeiro (RJ). Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho. (IH-UFRJ) Disponível em: <https://lehmt.org/lugares-de-memoria-dos-trabalhadores-43-conjunto-residencial-do-iapi-de-realengo-rio-de-janeiro-rj-andrej-slivnik/> Acesso em 12 de nov. 2022